



XVI

mostra

de pesquisa



Organizadores desta edição

Gabriel Gaziero

Rodrigo de Azevedo Weimer

XVI MOSTRA DE PESQUISA

1ª Edição

Porto Alegre

Rio Grande do Sul

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS

2023

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Governador Eduardo Leite

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão

Secretária Danielle Calazans

Departamento de Arquivo Público

Diretora Aerta Grazziolli Moscon

Ficha técnica

Comissão de Seleção e Organização da XVI Mostra de Pesquisa

Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – AAAP-RS

Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul – AARS

Associação Nacional de História – ANPUH/RS

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Organização do evento

Comissão de Seleção e Organização da XVI Mostra de Pesquisa

Organização desta edição

Gabriel Gaziero

Rodrigo de Azevedo Weimer

Revisão

Roberta Capelão Valença Scholz

Diagramação

Laiz Flores/Ascom SPGG

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS

VVI Mostra de Pesquisa / Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS. Organização: Rodrigo de Azevedo Weimer, Gabriel Gaziero). Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 2023.

185 p.

ISBN: 978-65-87878-10-2

Disponível em: www.apers.rs.gov.br/publicacoes

Arquivística. 2. História. 3. Linguística. 4. Arquivos. 5. Registros Públicos. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS. II. Título

CDU 930

Bibliotecária responsável: Irma Carina Brum Macolmes – CRB 10/1393

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

INTRODUÇÃO 8

1. ARQUIVOS, MUSEUS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM DEBATE

1.1 12

Resumo: Construindo um jogo no Museu de História da Medicina do RS: mito ou verdade sobre a tuberculose

Kayla Taysha de Paula da Silva Calistro e Sofia Konzen Naime

1.2 15

Dissociação de bens patrimoniais: reflexões alusivas a pesquisa reconstrutiva

Amanda Mensch Eltz e Francisca Ferreira Michelin

1.3 27

Educação patrimonial e ensino de história sobre as ditaduras de segurança nacional no Cone Sul: o sequestro dos uruguaios em Porto Alegre (1978)

Paola Robaski Timm

2. LINGUÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

2.1 41

Subsídios teóricos para a análise de arquivos da área médica: confluências entre o histórico e o linguístico

Silvana Silva

3. HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO E DO TRABALHO LIVRE

3.1 56

Para além da moléstia: trabalhadoras e trabalhadores negros através dos registros hospitalares (Alegrete/RS, 1889-1910)

Guilherme Vargas Pedroso

3.2 66

“Deixo à minha afilhada”: parentesco espiritual e legados testamentários em Rio Grande de São Pedro (c. 1780 – c. 1800)

Rachel dos Santos Marques

3.3 77

Crimes sobre o convés: o uso de processos criminais para o estudo da escravidão marítima (Rio Grande, 1873-1886)

Douglas Reisdorfer

4. HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO E DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS

4.1 94

Colonização e apropriação territorial nas proximidades de São Luiz Gonzaga: a expansão colonial do início do século XX

Mauro Marx Wesz

4.2 110

O “bandido” Paco: relações interétnicas, masculinidade e honra entre imigrantes e descendentes de europeus na região da Serra Gaúcha (final do século XIX e início do XX)

Daniele Turcato Biffi e Maíra Ines Vendrame

5. HISTÓRIA DA FAMÍLIA E DAS RELAÇÕES FAMILIARES: TRAJETÓRIAS E PATRIMÔNIOS

5.1 121

Uma fonte, diversos olhares: os inventários post mortem como fonte e o estudo do consumo em uma região de fronteira

Taís Giacomini Tomazi

5.2 135

De comerciantes a estancieiros: a família Oliveira Guimarães e os campos de São Lourenço

Patrícia Bosenbecker

5.3 153

Relações familiares, trocas de favores e de compadrio no sul do Brasil no século XIX através de inventários post-mortem

Andréa Pagno Pegoraro

6. HISTÓRIA E MEMÓRIA DO REGIME DITATORIAL DE 1964-1985

6.1 165

Uma democracia em plena ditadura: o mito da democracia racial como traço da branquitude e instrumento ideológico da ditadura militar brasileira (1964-1985)

Gabriela Luchese Custódio

6.2 176

“Sim meu pai, valeu a pena”: paternidade e resistência à ditadura no Rio Grande do Sul, 1969-1974

Vanderlei Machado

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Com 117 anos de atividades completos em 2023, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul (Apers), departamento da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) e órgão gestor do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS), tem um histórico de serviços prestados à população gaúcha. Em seu trabalho, que tem por objetivo a normatização e a orientação sobre a política de gestão documental e também a preservação da memória do Estado, o Arquivo Público realiza a cada dois anos a Mostra de Pesquisa, ação cultural para proporcionar um espaço de apresentação, exposição, discussão e difusão de trabalhos científicos na área das ciências humanas.

A edição de 2022, realizada de forma virtual, foi a 16ª organizada pelo Apers e proporcionou, nos dias 17 e 18 de novembro, a apresentação de 14 trabalhos divididos em seis segmentos, com diversas temáticas, entre elas a educação patrimonial, linguística e documentação histórica, história da escravidão e da colonização, história da família e relações familiares e a história e memória do regime ditatorial.

Com alegria trazemos nesta publicação o conteúdo destes trabalhos, que mostram a força da produção acadêmica e relembram a importância da pesquisa e o papel essencial das instituições arquivísticas de referência, entre elas o nosso Arquivo Público do RS, como fontes primárias para o desenvolvimento de estudos.

Uma ótima leitura!

Danielle Calazans

Secretária de Planejamento, Governança e Gestão

INTRODUÇÃO

É com grande satisfação que vemos a Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul chegar, em novembro de 2023, à sua 16ª edição e com ela trazemos a público mais uma edição de seus anais. Trata-se de projeto iniciado no início do século XXI e que se constitui como um importante espaço de produção de conhecimento acadêmico e de debate entre seus participantes. Para esta edição, fazemos um breve balanço de seu papel como espaço de construção do conhecimento e de sua difusão.

Importantes nomes da historiografia, ao longo dos anos, trouxeram suas pesquisas às Mostras promovidas pelo Arquivo Público e contribuíram, da mesma forma, com textos hoje clássicos em seus Anais. Gerações de pesquisadores tiveram as Mostras como espaços privilegiados de sua formação universitária, alguns dos quais hoje atuam, eles mesmos, como profissionais da instituição, da educação básica e do ensino superior em nível estadual e mesmo nacional.

Todos que delas participaram lembram-se das manhãs e tardes que passaram no Arquivo em que campos de estudo consolidados, como os estudos sobre a escravidão e a história agrária, ou em consolidação nas últimas décadas, como o sobre o pós-abolição e a ditadura militar, encontraram um importante local de afirmação e interlocução. O auditório Marcos Justo Tramontini ou, em tempos mais recentes, suas salas virtuais, tornaram-se palco para os debates historiográficos do Rio Grande do Sul. Entendemos, então, o Arquivo como muito mais do que um “Palácio de Papel”, mas como um ambiente fervilhante de profusão de ideias, em sintonia com as necessidades da sociedade e com sua responsabilidade diante dela.

Nos anos desde a primeira Mostra de Pesquisa do APERS, muito mudou na prática de pesquisa histórica e, conseqüentemente, no dia-a-dia do Arquivo Público. Hoje, mais do que nunca, o silêncio da Sala de Pesquisa constitui apenas um dos momentos da pesquisa histórica. Diante do surgimento das tecnologias digitais e da facilidade da fotografia dos documentos para posterior análise em casa, espaços como a Sala de Pesquisa e os intervalos para o café nas imediações do centro histórico, em que os pesquisadores trocavam ideias e tiravam dúvidas, paulatinamente perderam a dimensão de espaço de trocas que antes tinham. O debate entre pares, todavia, segue sendo um momento imprescindível e é também

no atendimento a essa demanda que a Mostra de Pesquisa se reforça em seu propósito com o passar do tempo.

A Mostra de Pesquisa não é mais um espaço monopolizado por historiadores; já há algumas edições contamos com a participação de profissionais da Arquivística e, mais recentemente, da Linguística Histórica e da Arquitetura. Estamos certos de que os acervos públicos devem servir à pluralidade das temáticas, das metodologias e dos campos de saber, e as portas do Arquivo Público estão abertas para todos os cidadãos e cidadãos-pesquisadores interessados na leitura e manuseio da sua documentação.

Nesse sentido, na sua atual edição, as pesquisas que integraram a mostra não poderiam ser mais variadas, o que nos traz como consequência um conjunto de artigos que demonstram não apenas a evolução da pesquisa que desbrava novos territórios e temáticas, mas também as múltiplas possibilidades que os documentos do APERS e de outros arquivos públicos têm a oferecer. Seus acervos aguçam os interesses dos pesquisadores que aqui apresentam trabalhos que transitam entre a história agrária e da escravidão, a da ditadura militar, a história de gênero, bem como estudos sobre o ensino de história e a educação patrimonial.

Esperamos que os estudos aqui reunidos, contribuições tanto de estudantes de graduação como de professores e pesquisadores já consagrados, possam servir de inspiração para que cada vez mais os acervos e as Mostras do Arquivo Público sejam frequentadas e permitam a construção não só do conhecimento histórico, mas de uma sociedade mais democrática. Desejamos a todos uma boa leitura!

Rodrigo de Azevedo Weimer e Gabriel Gaziero (organizadores)

1.1

CONSTRUINDO UM JOGO NO MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA DO RS: MITO OU VERDADE SOBRE A TUBERCULOSE

KaylaTaysha de Paula da Silva Calistro

Sofia Konzen Naime

Resumo: O Museu de História da Medicina do RS (MUHM) tem como proposta envolver os educadores e alunos no processo de uso do espaço museológico como recurso educativo. Em 2020, durante a pandemia do COVID-19, o MUHM inaugurou a exposição “Assistir, Educar e Vigiar: a tuberculose em Porto Alegre”, com o propósito de dialogar com a comunidade sobre a doença e usar esclarecer os principais desafios – ao longo da história – do desenvolvimento de diagnósticos, tratamentos e a descoberta da cura. A Tuberculose é uma das moléstias mais antigas que comete a humanidade, recebendo diferentes denominações ao longo dos tempos, tais como – Peste Branca, Tísica ou Mal do Século – e, ainda hoje faz milhares de vítimas. O Brasil está na lista da Organização Mundial da Saúde como um dos vinte países com maior incidência de Tuberculose, sendo registradas por ano cerca de 4,5 mil mortes decorrentes da doença, que apesar de ter cura, sofre com o abandono do tratamento, que é gratuito, ofertado no Sistema Único de Saúde. A partir disso, o setor educativo, do MUHM elaborou o jogo pedagógico: “Mito ou Verdade sobre a Tuberculose” que possibilita a experiência de aprender mais sobre a doença, de uma forma fácil, divertida e acessível. A ideia é que através dos objetos que compõem a exposição e do conteúdo pesquisado, fornecer um recurso interativo para que os alunos relembrem as informações que foram obtidas durante a mediação da exposição. A atividade é um jogo de perguntas e respostas onde os participantes são divididos em duas equipes, de no máximo 6 pessoas. São utilizadas 28 cartas com perguntas sobre o tema Tuberculose, possuindo duas alternativas de resposta: Mito ou Verdade. Estas questões foram concebidas a fim de esclarecer dúvidas simples sobre a doença e até mesmo estigmas relacionados à mesma. Um representante de equipe escolherá uma carta e fará a pergunta para a equipe concorrente. Após a resposta da equipe será mostrada a placa, pela equipe que fez a pergunta, contendo a resposta “Mito ou Verdade”. Ao final, a equipe que tiver o maior número de acertos vence. Desta forma, através deste jogo, podemos inferir que os recursos pedagógicos possibilitam um aprendizado inovador para o educando e uma experiência museológica, além de ampliar o conhecimento sobre saúde e história.

Palavras-chave: jogo – educativo – tuberculose

REFERÊNCIAS

KISHIMOTO, T.M. *O jogo e a educação infantil*. São Paulo: Pioneira, 1994.

MARANDINO, M (org.). *A Educação em Museus e os Materiais Educativos*. São Paulo: GEENF/USP, 2016, p. 48.

VYGOTSKY, Lev S. *A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança*. Trad. Zoia Prestes. *Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais*, jun. 2008, p. 23-36.

JÚNIOR, Ferraz; BOTELHO, Vinicius. *Dados da OMS mostram que o Brasil é um dos países com maior incidência de tuberculose no mundo*. *Jornal da USP*, 08/04/2022. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/dados-da-oms-mostram-que-o-brasil-e-o-segundo-pais-no-mundo-em-mortes-por-tuberculose/>>. Acesso em: 30/05/2022.

1.2

DISSOCIAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS: REFLEXÕES ALUSIVAS À PESQUISA RECONSTRUTIVA

*Amanda Mensch Eltz*¹

*Francisca Ferreira Michelin*²

Resumo: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – FinanceCode 001. Aborda aspectos relativos ao conceito de dissociação a partir do estudo de caso na coleção de retratos de benfeitores da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Palavras-chave: dissociação – coleções – retratos pintados

1. ENTRE ESTUDOS E DESENHOS DO ESPAÇO E DO SOCIAL: A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE E SEUS IRMÃOS

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (SCMPA) é uma instituição beneficente, projetada em 1803. Exerceu, ao longo de seu percurso histórico, diretrizes assistenciais, algumas já extintas, chamadas de proveres, de cunho “espiritual, presos, doentes (com hospital e botica), expostos e na morte” (ELTZ, 2019, p. 33). Para gerir a empreitada de criação dos espaços assistenciais, em 1815 foi criada e eleita a Irmandade. Na sequência, nos anos de 1819 e 1826, inauguram-se os primeiros edifícios, sendo eles, respectivamente: a Capela Nosso Senhor dos Passos e a Enfermaria (ELTZ, 2019).

Para tanto, visando delimitar os direitos e deveres institucionais e de seus membros, foi publicado, em 1827, o Compromisso Institucional. O documento, à época, define que a gestão da Misericórdia é realizada por um colegiado eleito, a Mesa Administrativa. A receita financeira provinha, majoritariamente, de doações. Isto posto, visando garantir espólio, em especial financeiro, o Compromisso Institucional (1827) estabeleceu o perfil para a adesão e, posteriormente, para promoção social dos irmãos. Dessa forma, abarcava na lista de inscritos homens reconhecidos socialmente por deterem poder econômico, moral e político na capital

e província do Rio Grande do Sul (ELTZ, 2022). Nesse contexto, o historiador Pedro Meirelles (2021, p. 93), salienta que:

Riqueza e poder para influenciar na sociedade, prestígio para ser reconhecido enquanto distinto. Tudo isto entrelaçado, é claro, com a principal característica da sociedade brasileira no período, que era a escravidão do negro, pois a posse de escravaria de vulto, além de servir de ostentação, permitia que seus proprietários escapassem do “defeito de trabalho mecânico”.

Ainda, o documento normatizador, visando garantir a colaboração da comunidade, estipula mecanismos de distinção interna para os contribuintes de valores pecuniários ou por serviços prestados. Dentre as honrarias, estavam as titulações de: Irmão Zelador, Irmão Benemérito e Irmão Benfeitor Benemérito.

Neste artigo, a delimitação contextual percorrerá pelo título de Benfeitor Benemérito, o qual era destinado a irmãos ou fiéis, indiferente do gênero, doadores de bens com valores líquidos acima de 20 mil contos de réis. Como gratidão, a SCMPA levantava e liberava a utilização de sepultura, com monumento, por cem anos no cemitério. Incumbia-se de realizar missas solenes relativas ao sufrágio, e, por fim, encomendava uma pintura de cavalete com a efígie do homenageado a ser exposta no salão nobre. (SCMPA [COMPROMISSO INSTITUCIONAL], 1857. Devorante: CHCSC).

A honraria pela imagem exposta era denominada pela Instituição (1830 - 1890) como Monumento de Gratidão, sendo que a encomenda, produção e exibição no Salão Nobre não acontecia “[...] por demonstração de gratidão interesse àqueles a quem se faz esta honra, mas pelo estímulo que deve inspirar nos outros irmãos, de que a Santa Casa muito pôde esperar (SCMPA [COMPROMISSO INSTITUCIONAL], 1857. Devorante: CHCSC). Percebe-se que inicialmente as pinturas foram instrumentalizadas institucionalmente para “comemorar algo importante, homenagear aquele que o promoveu e enaltecer suas obras caritativas”. (ELTZ, 2019, p. 146).

Neste contexto, Pierre Bourdieu (1996) destaca que as práticas sociais de distinção são representações, ou seja, significações e valores sobre a realidade, conferidas por agentes no *habitus*. Acontece através da classificação, seleção e distinção de personagens do grupo. Através do jogo social de classificação, seleção e exposição no salão nobre, promovia-se a hierarquização, estabelecendo zonas demarcatórias de distinção e poder no *habitus*. (ELTZ, 2022).

Essa prática, conseqüentemente, oportunizou a formação da identidade representativa da irmandade na Misericórdia de Porto Alegre. Os retratos são sociotransmissores que ao longo do percurso foram enquadrados por atores e momentos distintos, para a perpetuação de valores e tradições. Joel Candau (2011) define sociotransmissores como dispositivos facilitadores para o reconhecimento, transmissão e partilha das reminiscências. Despertam a sinapse cognitiva e a decodificação da informação, amparando-se, para tanto, em narrativas expostas e celebradas, verbos imprescindíveis para a preservação da memória. (CANDAU, 2011).

Destarte, as efígies travestidas em monumentos, também são dispositivos tríplice de memória visando registrar a imagem, enaltecer o feito e estimular a todos serem Benfeitores Beneméritos, ou seja, o confrade ideal. A prática memorialística, compreendida como monumento de gratidão, faz raiar a coleção dos retratos dos ausentes, a qual, assim como uma pintura, transforma-se de acordo com os preceitos sociais e indenitários em vigor.

2. ENTRE TRAÇOS E POSES: A COLEÇÃO E O PERCURSO DOS OBJETOS

Atualmente, a formação de acervos pessoais ou coletivos é uma ação praticada por grupos sociais distintos. Poderá ser utilizada como um instrumento ou signo de poder, qualificando narrativas históricas e sociais de seus produtores e mantenedores. Conceitualmente, entende-se coleções como conjuntos de objetos “[...] reunidos, coletados, mantidos, temporária ou definitivamente, [...], submetidos a uma proteção especial”. (POMIAN, 1985, p. 20).

Pode-se entender, que, colecionar e expor retratos pintados de personalidades modelares, não mais presentes no espaço social, é uma busca por representação. Mas o porquê da representação? Para o historiador francês Jacques Le Goff (1990), a memória é um instrumento de poder para a representação do(s) ausente(s). Manifesta-se fenomenologicamente pela narrativa – oral, escrita e imagética – armazenando e legando informações ao futuro.

A ação de classificar, selecionar e expor confrades modelares, ampara-se no tangível, os retratos pintados (ou não), para enaltecer e comunicar o intangível, ou seja, os valores e o exercício do benfeitorado. Logo, o capital simbólico (BOURDIEU, 1990) transforma-se de acordo com os regramentos vigentes, de fruição ou ruptura, os quais são relativizados e hierarquizados pelo tempo (espaço e sociedade). (HARTOG, 2014).

Com a análise do objeto de estudo, o presentificando, percebe-se que ele se “reformula, recicla elementos anteriores da relação com o tempo, para fazê-los dizer outra coisa de maneira [...]”. A passagem de um regime a outro conduz a períodos de cruzamentos [...]”.(HARTOG, 1996, p. 132). No temporal, os tensionamentos ocasionados pelos novos paradigmas sociais, promoveram o choque das experiências (passado) e horizonte de expectativas (futuro), fatos desencadeadores da crise: a ruptura. (HARTOG, 2014).

Destarte, na coleção de retratos de ausentes, se evidencia três grandes momentos. O primeiro, ocorreu entre 1830 a 1888/1890, com a criação, fruição e consolidação da prática de encomendar e expor pinturas de cavalete, na condição de retratos monumentos, como testemunho público e permanente do personagem modelar. Seguidamente, entre 1890 a 1956, os bens da coleção perdem a significância monumental, contudo, permanecem com os princípios já descritos, ou seja, agraciando os contribuintes das obras da Misericórdia. Nesta ocasião, é perceptível a expansão e ápice das práxis de estampar os rostos dos personagens notáveis, devido a campanhas institucionais para a arrecadação de valores para a edificação dos novos hospitais. O episódio promoveu a criação da Galeria de Benfeitores com telas, tal qual, pela introdução de novas técnicas de registro: a fotografia retocada. No terceiro momento, entre 1957 a 1978, verifica-se o declínio da coleção resultante de fatores de risco ao acervo a ser tratado posteriormente. Dessa forma, para convergir ao tema do artigo, dissociação de bens patrimoniais, irei me ater à análise do terceiro momento.

3. REENTELAMENTO DE HISTÓRIAS: DA DISSOCIAÇÃO À PESQUISA RECONSTRUTIVA, BREVIDADES

A dissociação é considerada pela ciência da Conservação Preventiva um dos riscos de deterioração. Esse agente, considerado metafísico, é decorrente de perdas no campo intelectual, informacional, estilístico, estético, físico-químico e outros, como mudanças socioculturais, que sucedem debilidades de contextualização de um objeto ou coleção, ocasionando a perda de valor: histórico, artístico, econômico e cultural. (CATTO; WALLER, 2009). O Instituto Brasileiros de Museus (IBRAM, 2021, p. 16), complementa:

Dissociação: danos gerados a partir da perda total ou parcial de informações sobre o bem musealizado, impossibilitando a associação de dados, o controle e o conhecimento sobre o item do acervo. Suas causas mais comuns estão ligadas à inexistência ou à falta de atualização das ferramentas de identificação, catalogação e gestão dos acervos musealizados.

A dissociação é instrumentalizada nos manuais de gestão de riscos (GR), como um método respaldado por inúmeras agências e institutos, nacionais e internacionais, públicos e privados, de pesquisa, fomento e ações preservacionistas. Na esfera local, o IBRAM, define que “gestão de riscos é a utilização integrada dos recursos e conhecimentos disponíveis, com o objetivo de prevenir riscos, minimizar seus efeitos e responder às situações de emergência”. (IBRAM, 2013, p. 11)

Na concepção do método GR, todo o agente de deterioração e seus impactos, apresentam, em termos, perda de valor. Os fatores e gradações ocorrem por um ou mais agentes, sendo eles: forças físicas, vandalismo (furto e roubo), fogo, água, pragas, poluentes, luz/radiação ultravioleta e infravermelha, temperatura incorreta, umidade incorreta e dissociação. Para o controle e/ou tratamento, algumas ações são recomendadas. No âmbito da mitigação dos riscos são efetuadas ações de identificação, mitigação e bloqueio. Nos momentos de emergência, são acrescentadas práticas responsivas e de recuperação. (IBRAM, 2017).

No caso da coleção de retratos de Beneméritos e Benfeitores da SCMPA, de acordo com o levantamento documental efetuado nos arquivos do Centro Histórico-Cultural Santa Casa (CHCSC), Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), Arquivo do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IA/UFRGS) e Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM), verifica-se algumas situações de emergência entre 1957 a 1978.

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre encontrava-se em uma grave crise financeira. Neste momento, a manutenção predial foi mínima. Em decorrência, inúmeros sinistros foram levantados, por pragas, fogo e água: ataques de insetos xilófagos (estrutura predial e mobiliário), princípio de incêndio em área próxima, destelhamento em tempestade, e, por fim acondicionamento inadequado das telhas danificadas. Após todos os incidentes, entre novembro de 1974 a dezembro de 1978, foi realizado o Termo de Cooperação Técnico-Científico entre a SCMPA e o Departamento de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DA/UFRGS), representado pelo professor doutor Ado Malagoli. O projeto previa a restauração de 35 telas a óleo, sendo que destas, 22 foram finalizadas e transferidas, por comodato, para o Theatro São Pedro, devido a incapacidade de guarda e preservação da SCMPA. Permaneceram nesse local entre 1978 a 1999, momento em que retornaram à Instituição. (ELTZ, 2019).

Destarte, por meio de pesquisas de âmbito acadêmico, nos níveis de mestrado e doutorado (em andamento), foi possível, com o inventário do acervo, diagnosticar que na totalidade de 88 retratos (óleo sobre tela, fotografia retocada e foto-porcelana), 50 índices não possuíam designação dos retratados, ou seja, dissociados. Seguidamente, com vistas de responder e recuperar os dados, foram efetuadas investigações, em fontes documentais e bibliográficas, todavia, as averiguações estão parcialmente finalizadas.

Pode-se tecer algumas considerações sobre a ação. Ao avaliar, não apenas os índices presentes atualmente no acervo institucional como nos inventários publicados em Relatórios da Provedoria SCMPA (1930 - 1960), percebem-se algumas evidências. Primeiramente, são em relação ao perfil dos retratados. Dos “141 retratados existentes em 1962³, no que se refere ao gênero, 87% eram homens proeminentes da política, economia, religião (católica) e social do Estado” (ELTZ, 2022, p. 142). A presença de efígies femininas, traduzia-se a 13% do total⁴. Atualmente, dos 88 registros na referida modalidade, não há alterações significativas, sendo 88,5% figuras masculinas, enquanto 12,5% são de retratos de mulheres.

Da análise dos 11 registros de rostos femininos estampados à óleo sobre linho, observa-se: a) 03 obras identificadas previamente ao inventário; b) 03 telas com pesquisadas e concluídas as recognições; c) 03 retratos com hipóteses a confirmar e d) 02 pinturas sem indícios nas fontes. (CHCSC [Inventário], 2012). Dentre os resultados de agnição estão os retratos de Maria Antônia Rodrigues e Maria Luiza Pinto, os quais, as reconstruções biográficas permitiram refletir sobre os percursos de sociabilidade feminina, entre 1890 a 1920. Para realizar a identificação e a biografia das personagens, foram indiciados documentos localizados nos respectivos espaços: CHCSC, MUSECOM, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN) e Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

Para a construção das narrativas, indagou-se: quem são as mulheres? Para contextualizar, é importante tecer apontamentos relativos à presença desse gênero no cenário social, entre os séculos XIX e XX. Na época, os direitos e a inserção feminina na sociedade, se comparados com a atualidade, eram parcos e segregados. Além dos preceitos religiosos, juridicamente as mulheres eram classificadas como frágeis, passivas e ignorantes, fato que afligia suas identidades. Destarte, independentemente do estado civil, seus corpos, intelectos, vontades e direitos, estavam atrelados a uma figura masculina, geralmente “a cabeça da família”, e o ambiente de convivência basicamente o doméstico. (SELISTER, 2014).

Com a constatação da viuvez das personagens, vou me ater apenas a esse estado civil. Inicialmente, cabe destacar que as retratadas e expostas no Salão Nobre da SCMP eram mulheres com posses. Legalmente, as viúvas não

necessitavam da tutela masculina, exercendo assim o “pátrio poder sobre seus filhos e gerenciar seus bens” (SELISTER, 2014, p. 63). Ainda, na ausência de herdeiros, poderia legar os bens, em testamento, a pessoas físicas e a instituições de caridade, tais como as Irmandades Religiosas e Ordem Terceiras, ambas tanto leigas ou seculares. Por conseguinte, a SCMPA foi um palco de aplicabilidade de legados pios, e para as mulheres que testamentavam bens líquidos acima de 20 mil contos de réis, de acordo com o Compromisso Institucional, recebiam o título de Benfeitora Benemérita, o qual tinha, como uma das obrigações, a produção e exibição do retrato (ELTZ, 2019; 2022).

O primeiro registro recuperado é o de Maria Antônia Rodrigues. Para tanto, após coletadas em fontes documentais, tais como Relatórios da Provedoria e Livros Atas da Mesa Administrativa da SCMPA, verifica-se que em 1905 somente foi produzida a pintura da personagem mencionada. A informação foi confrontada com os registros imagéticos, onde encontra-se apenas um óleo sobre tela, de figura feminina, assinado por Vincezo Cervásio, em 1905.

Maria Antônia Rodrigues (Roiz) era casada com Manuel José de Barcelos, filho de Vicente José de Barcelos e Francisca Maria de Jesus. O consorte faleceu em 1897 (TESTAMENTO [...] de Manuel José de Barcelos, 1897. Devorante: APERS). Filha legítima de Antônio Francisco Rodrigues e Florinda Ignácia de Jesus. Em seu testamento destina a herança, títulos, ações, bens em espécie e divisas em dinheiro, para afilhados, sobrinhos e “crias de sua casa”, tal qual, a SCMPA, sendo para a última legatária uma chácara no bairro Passo d’Areia e dois prédios na rua Duque de Caxias. Ao final do testamento incumbe unicamente a Pia Instituição responsável pelo pagamento das taxas, vintena e despesas associadas ao inventário, assim como, do enterro. (TESTAMENTO [...] de Maria Antônia Rodrigues, 1905. Devorante: APERS). O produto líquido do inventário foi 21:947\$730rs, sendo dessa forma, disposto pela Provedoria:

Cumprindo o disposto no § 4º. Do art. 173 do Compromisso, providenciei logo para ser pintado a óleo o retrato dessa benemérita senhora, a fim de ser erigido na galeria dos Benfeitores do Pio Estabelecimento, e aguardo a terminação do prazo legal para mandar levantar no cemitério, no respectivo quadro, o monumento sob qual deverão descansar por cem anos os seus preciosos restos. Aquele retrato, será hoje inaugurado (SCMPA [Relatório da Provedoria], 1905, p. 25 – 26).

O segundo caso é o retrato de Maria Luiza Pinto (1858 c.C - 25/08/1908). A verificação e confrontação dos documentos foi similar ao do primeiro caso⁵. Para contextualizar, é necessário citar que a cartas testamentárias da retratada e de sua mãe, Francisca de Souza Pinto⁶(desconhecida - 21/08/1902), foram expedidas em 18 de julho de 1879. Percebe-se o mesmo traço gráfico e similitudes nas disposições testamentárias. (TESTAMENTO [...] Francisca de Souza Pinto, 1902; TESTAMENTO [...] Maria Luiza Pinto].

À época, devido à ausência de contrato nupcial, tal qual, de filhos provenientes de seus herdeiros diretos, Francisca institui cláusula: “Se acontecer falecer meu filho e filha sem deixar descendência, passaram a pertencer definitivamente os bens lançados para o pagamento da minha terça” (TESTAMENTO [...] Francisca de Souza Pinto, 1902, p. 04) a instituições de caridade, dentre elas SCMPA, fato apurado posteriormente pela Instituição.

No inventário de Maria Luiza Pinto, aberto em 1908, declarou-se solteira, sem filhos. Determina apenas o usufruto do irmão Lourenço Antônio Pinto. Caso ele falecesse sem deixar herdeiros, o espólio deveria ser dividido entre as instituições: Asilo de Alienados (atual Hospital Psiquiátrico São Pedro), SCMPA, Beneficência Brasileira, Casas de Caridade de outras cidades do Estado e País, e, por fim, para o Recolhimento de Órfãos de Porto Alegre. Dessa forma, a personagem seguiu as disposições testamentárias instituídas pela mãe Francisca. Outras informações foram coletadas em jornais na HDBN, sendo essas, convergentes a publicação do edital dos referidos legados, sem informações detalhadas sobre o percurso de vida dessas mulheres.

4. EXPONDO RETRATOS: CONCLUSÕES, NÃO FINAIS, DOS CAMINHOS DE PESQUISA

Com o breve estudo, podemos chegar a algumas considerações. Primeiramente, essas mulheres pertenciam à elite brasileira, sendo a elas permitido terem suas caras estampadas sobre linho e expostas no salão nobre da SCMPA. As efígies desempenhavam o triplo papel, homenagear, memorizar e educar os demais membros da comunidade, para além muros da Pia Instituição, a contribuir com as causas assistenciais. Tanto Maria Antônia Rodrigues quanto Maria Luiza Pinto não eram irmãs da Misericórdia da capital do Rio Grande do Sul. Logo, simbolicamente seus feitos caritativos, expressados em imagens

personalizadas, adjetivam memorial e educativamente os papéis de abnegada e protetora, expressões, à época, permitidas às mulheres.

No que se refere às dissociações, para solucionar tais lacunas, vejo o quanto é importante compreender o percurso dos objetos, em sua longa duração. Isto somente é possível com a pesquisa bibliográfica e documental, sem ela, parafraseando Pierre Nora (1990) “com os restos”, ou seja, objetos/documentos sem contextos. Por conseguinte, os índices encontrados e confrontados, através do método indiciário, estão permitindo o reentelamento das histórias.

Outras considerações a serem tecidas estão no âmbito da pesquisa, em especial, quando se refere a história das mulheres. No que tange a fonte documental, das narrativas particulares, ou seja, das personagens, são mínimas. Felizmente, a bibliografia apresenta conteúdo expressivo na esfera coletiva, a qual, pretende-se usar na construção analítica da tese. Continuar a pesquisa é preciso! E tenho uma grande convicção, com muita alegria apreendida com a minha profissão, que a ciência e a pesquisa acadêmica, através de suas lutas diárias, tendem a vencer o desconhecimento. Pois só existe uma única verdade, a ciência!

NOTAS

¹Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel). Mestre em Museologia e Patrimônio (UFRGS). Licenciada em História (PUCRS).

²Doutora em História (PUCRS), Mestre em Artes Visuais (UFRGS). Professora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

³Conforme listagem de quadros expostos no Salão Nobre da SCMP, publicado em 1962 (SCMPA [Relatório da Provedoria], 1962, p. 16 – 19. Devorante: CHCSC).

⁴Os retratos (pintados ou fotográficos) inventariados até 1962 são: Leocádia Fagundes Telles (1868), Imperatriz Teresa Cristina (1870), Maria Antônia Rodrigues (1905), Francisca de Souza Pinto (1912), Maria Luiza Pinto (1914), Antonie de Oliveira Maia (1931), Maria de Lourdes Veloso (1935), Ana Amaral de Oliveira (1943), Maria Luiza de Carvalho Palmeiro (1943), Dolores Alcaraz Caldas (1943), Maria Cândida Brito (1943), Josefina Belo Melo Drüg (1943), Jacinta Ferreira Gertum (1943), Fabíola Dornelles (1944), Carolina Schilling (1946), Maria da Conceição Alves Guimarães (1946), Alaíde Amaro Leite (1946) e Emília Barboza Paranhos (1946). ((SCMPA [Relatório da Provedoria], 1962. Devorante: CHCSC).

⁵Entretanto, cabe ressaltar que houve a confirmação de imagem, com o registro fotográfico exposto no mausoléu da Família Pinto, localizado no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. O túmulo, além de estar disposto no Compromisso Institucional SCMPA, foi uma exigência da legatária, sendo “um túmulo de mármore liso, sem luxo, onde se deve sepultar o meu cadáver, da minha filha, filho e os filhos de seus descendentes.” (CERTIDÃO 316, 14 jul. 1879, p. 04. Devorante: CHCSC). Em contrapartida à construção do túmulo, Francisca destina uma apólice da Dívida Pública, valendo 1 conto de réis à SCMPA.

⁶Filha de Francisco Pinto de Souza e Eufrazia de Miranda (TESTAMENTO [...] Francisca de Souza Pinto, 1902). Era casada com Lourenço Antônio Pinto, falecido em 04 de janeiro de 1856. Do matrimônio resultaram três filhos, com as respectivas idades em 1858: Lourenço 7 anos, Maria Luiza 9 anos e uma menina não batizada, 3 anos. (TESTAMENTO [...] Lourenço Antônio Pinto, 1858). No testamento de Francisca, aberto em 1902, para além de seus herdeiros diretos, ela deixa apólices, títulos e bens para o Asilo de Alienados, SCMPA, Beneficência Brasileira, Casas de Caridade de outras cidades do Estado e País, e, por fim, para o Recolhimento de Órfãos de Porto Alegre. (TESTAMENTO [...] Francisca de Souza Pinto, 1902).

REFERÊNCIAS

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016. 221p.

CATO, Paisley S; WALLER, R. Robert .*Disociación*. In: *Agentes de deterioro*. Ottawa: Canadian Conservation Institute [versão em inglês e francês], 2009; [Roma]: ICCROM [versão em espanhol], 2009. Disponível em: https://www.cncr.gob.cl/611/articles-56474_recurso_3.pdf. Acesso em: 30 jul. 2022.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução Teresa Castro. Portugal: Edições 70, 2014.

ELTZ, Amanda Mensch. *Entre a Gratidão e o Poder: uma coleção de retratos pintados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

IBRAM. *Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), 2013. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/programa_PGRPMB_web.pdf. Acesso em: 24 mai. 2022.

IBRAM. *Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro*. CARTILHA. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), 2019. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/cartilha_PGRPMB_2013.pdf. Acesso em: 24 mai. 2022.

HARTOG, François. *Regime de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1ª. Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

POMIAN. Krzysztof. *Coleção*. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985. p. 51-86.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Os Filhos da Mãe Santíssima: Os Terceiros das Dores e os Irmãos da Misericórdia na Porto Alegre do século XIX (1800-1850)*. Tese (doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

SELISTER, Michelle Raupp. *A viúva rica com um olho chora e com outro repica: viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande Do Sul

INVENTÁRIO pós-mortem de *Lourenço Antônio Pinto*. Porto Alegre: 1a. Cartório de Orfãos e Ausentes, processo no. 1820. Testamenteiro Francisca de Souza Pinto, 1858.

TESTAMENTO e inventário pós-mortem de *Manuel José de Barcelos*. Porto Alegre: 1a. Vara de Sucessão, processo no. 0876. Testamenteiro José Guilherme de Moraes, 1897.

TESTAMENTO e inventário pós-mortem de *Francisca de Souza Pinto*. Porto Alegre: 1a. Vara de Sucessão, processo no. 2733. Testamenteiro Maria Luiza Pinto, 1902.

TESTAMENTO e inventário pós-mortem de *Maria Antônia Rodrigues*. Porto Alegre: 1a. Vara de Sucessão, processo no. 2733. Testamenteiro José Guilherme de Moraes, 1905.

TESTAMENTO e inventário pós-mortem de *Maria Luisa Pinto*. Porto Alegre: 1a. Vara de Sucessão, processo no. 1586. Testamenteiro Lourenço Antônio Pinto, 1908.

Centro Histórico-Cultural Santa Casa

CENTRO HISTÓRICO CULTURAL SANTA CASA (CHCSC). *Inventário do Museu Joaquim Francisco do Livramento* [Coleção Pinacoteca]. Porto Alegre: Centro Histórico-Cultural Santa Casa, 2012.

CERTIDÃO 316. *Certidões dos testamentos feitos por Francisca de Souza Pinto e Maria Luiza Pinto*: Porto Alegre. Jurídico SCMPA. Legados, Doações e Testamentos (1879 - 1937), caixa 03, maço 07, 14 julho 1879. [7p.].

CERVÁSIO, Vicente. *Retrato*. Óleo sobre tela, 1905. Foto: Juliana Marques/2012. Acervo Centro Histórico-Cultural Santa Casa, sob registro MJFL-2012.11.0051.

CERVÁSIO, Vicente. *Retrato*. Óleo sobre tela, 1914. Foto: Juliana Marques/2012. Acervo Centro Histórico-Cultural Santa Casa, sob registro MJFL-2012.11.0087.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE (SCMPA). *Compromisso Institucional*. Porto Alegre [apresenta escrita cursiva], 1827.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE (SCMPA). *Relatório Da Provedoria*. Apresentado pelo Provedor Antônio Soares de Barcellos. Porto Alegre: Globo, 1905.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE (SCMPA). *Relatório Da Provedoria*. Apresentado pelo Provedor Waldemar da Silva Job. Porto Alegre: Santa Maria, 1962.

1.3

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE AS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL NO CONE SUL: O SEQUESTRO DOS URUGUAIOS EM PORTO ALEGRE (1978)

Paola Robaski Timm

Resumo: A partir da experiência de ministrar uma oficina virtual com a documentação sobre o sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), reflito como a pandemia modificou o espaço que antes conhecíamos como sala de aula e os novos desafios e questionamentos que surgiram durante o processo de planejamento da oficina. Apesar das dificuldades de acesso à internet e aos documentos que os/as alunos/as tiveram durante a prática, não inviabilizou o debate e a reflexão sobre como o passado ditatorial não passou e as práticas de violações de direitos humanos ainda são frequentes na sociedade brasileira por parte da polícia e das Forças Armadas.

Palavras-chave: educação patrimonial – ensino de história – ditaduras

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo procurei analisar como a pandemia e o governo Bolsonaro têm atingido a Educação no Brasil, para pensar que, apesar de todas as dificuldades que enfrentamos em nosso cotidiano, ainda é possível promover práticas educativas sobre passados sensíveis, por meio do diálogo e da construção coletiva do conhecimento acerca do patrimônio cultural. Também apresento a minha experiência ministrando uma oficina virtual sobre o sequestro dos uruguaios em Porto Alegre (1978) para estudantes do Ensino de Jovens Adultos (EJA), do Colégio de Aplicação (UFRGS), a fim de refletir sobre os medos e as preocupações que possuía antes da atividade e como acabou sendo a oficina. Por fim, pensar como o contato com o documento possibilitou a elaboração de relações entre passado e presente, e como os/as alunos/as, a partir de suas experiências, concluíram que as violações de direitos humanos por parte da polícia ainda é realidade no país.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA E DE GOVERNO BOLSONARO

O escritor e jornalista angolano José Eduardo Agualusa, em 2019, durante o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, escreveu um pequeno conto: *O triste fim de Jair Messias Bolsonaro*.¹ O autor consegue captar em sua escrita o ódio e a política de extermínio que o atual governo representa ao nosso país, ao mundo e ao meio ambiente. O texto começa com a seguinte frase: “Quer saber mesmo o que acho da Amazônia?! Quero que aquela merda arda toda! Aquilo é só árvore inútil, não tem serventia. Mas no subsolo há muito níbio” e o/a leitor/a pode até pensar que foi uma fala dita pelo próprio Bolsonaro, mas não foi, é ficção. Ser ficção não significa que seja mentira, pois sabemos bem a atual situação da floresta Amazônica, do avanço desenfreado do desmatamento e das graves violações que acometem as terras indígenas.

Em uma só semana, vimos nos jornais a situação extrema que se encontra o povo Yanomani, passando fome, com pessoas desnutridas e sem ter acesso a um sistema de saúde capaz de atender a demanda.² Em consequência da política genocida destinada aos povos originários: uma criança indígena de três anos morreu com malária e pneumonia sem receber atendimento médico. Outra notícia, que saiu após o fim da COP26 (Conferência do Clima da ONU), foi o relatório elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe): os dados indicaram uma alta de 22% no desmatamento na Amazônia entre agosto de 2020 e julho de 2021, correspondendo a perda 13.235 km² de floresta e o maior índice de desmatamento desde 2006.³ No conto de Agualusa, Bolsonaro tem um encontro inesperado com Anhangá – um espírito poderoso, protetor das matas, dos rios e dos animais, presente na cosmovisão de diversos povos originários – e com o fim que teve o presidente: “O Brasil, enfim, soltou um fundo suspiro de alívio – e a vida recomeçou”.

Estamos no final de mais um ano e nos encaminhamos para o último do mandato presidencial de Bolsonaro. Contudo, ainda me entristece em saber que muitas pessoas ainda vão morrer e sofrer em razão da ausência de políticas públicas ou com a negação de benefícios sociais. Não basta o Brasil ter retornado para o mapa da fome, o governo federal decidiu terminar com o Bolsa Família e substituí-lo pelo Auxílio Brasil, que deixará de fora 29 milhões de pessoas cadastradas no Cadastro Único.⁴ Durante a pandemia, o governo mostrou a sua face mais perversa com a ausência de qualquer programa a nível federal de combate à disseminação do vírus e de iniciativas para auxiliar financeiramente os setores mais

afetados com as medidas sanitárias. Pelo contrário, incentivou a “imunização de rebanho”, a automedicação com vermícticas e cloroquina, além de ter transformado o cargo de ministro da Saúde, um cargo de fantoches fardados, que não possuem nem autonomia para montar o quadro de servidores do Ministério. Não podemos deixar de recordar a disputa política em torno da vacina entre o governador de São Paulo, João Doria, e o Governo Federal. Ficando evidente, assim, que a principal questão para o governo não é salvar vidas, mas buscar formas de conquistar novos apoiadores para uma possível reeleição – Doria também está atrás disso.

Em consonância com Sonia Regina Miranda e Felipe Dias de Oliveira Silva (2020), também penso que não tem como analisar o ensino de história e a educação no Brasil sem realizar algumas ponderações gerais em relação ao governo federal. Para agora passar a refletir as condições que a maioria dos/as educandos/as enfrentam para conseguir acessar às aulas durante a pandemia. Sobretudo porque aqueles/as que pertencem às camadas mais desfavorecidas da sociedade são as mais impactadas pela pandemia e pelas políticas governamentais, as quais não visam a justiça social, a defesa da democracia e da Constituição. Infelizmente, faz com que hoje a nossa juventude não tenha muita perspectiva de futuro e possibilidade de mudança social através da educação. Os dados que saiu sobre o perfil dos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) exemplifica bem a atual situação de agravamento da desigualdade no país: em 2021, o ENEM teve o menor número de inscritos desde 2007 e, em comparação ao ano passado, houve uma queda de 50% de candidatos pretos, pardos e indígenas na prova.⁵

Neste contexto em que o Estado não cumpre com o seu compromisso constitucional que todos/as têm direito à educação, as escolas e os/as professores/as se viram completamente abandonados/as quando as instituições de ensino fecharam as portas em março de 2020 e somente há alguns meses voltaram (parcialmente) ao presencial. Em geral, temos como principal obstáculo a falta de infraestrutura e de espaço para que todos/as possam voltar às salas de aula com segurança, mantendo o distanciamento social.

Assim, a pandemia produziu uma ruptura em nossas vidas. A impossibilidade de não poder se reunir mais com as pessoas como antes, nos atravessa de diversas formas. Em relação ao cotidiano das salas de aulas e dos espaços culturais, a mudança foi violenta e as necessidades de adaptação à nova realidade de ensino foram inevitáveis. Ninguém estava preparado para enfrentar os desafios impostos ao nosso tempo. A historiadora Lilia Schwarcz refletiu como o surgimento e a

disseminação mundial da COVID-19, marca o fim do século XX – século de duas grandes guerras e da Guerra Fria – e o início do XXI – poderá ser o século das pandemias e das catástrofes ambientais, mudando drasticamente o nosso modo e as nossas condições de vida.

O sentimento de medo e distopia em relação ao futuro, se antes não sentiam, agora todos sentem, depois do que foi e ainda é a morte pela COVID-19. Não sei se esse é o pior vírus que já existiu, mas deixar essa vida sem conseguir respirar, para mim, é uma das piores mortes possíveis. Ainda tem a dor daqueles que ficam, que não conseguem sequer se despedir. Eu não conheço uma família que não foi impactada à medida que o número de casos foram aumentando, principalmente quando fomos nos aproximando das festas de final de ano, em 2020, e do Carnaval. Felizmente, no segundo semestre de 2021: “O Brasil, enfim, soltou um fundo suspiro de alívio” com o avanço da vacinação em massa e com a queda dos números de mortes e internações pela COVID-19.

Apesar do medo nos paralisar, a educação é capaz de transformar a sociedade. A educação não pôde parar durante o ano passado, não parou em 2021 e não vai parar ano que vem. Porque seguimos, seguimos como podemos e, nós que temos compromisso social e político com a educação, fizemos o nosso melhor. Contudo, ministrar aulas de casa, transmitidas em diferentes plataformas e *gravadas*, transformou, “em poucos dias, o que conhecíamos por sala de aula (...) e estamos a pensar e a fazer escola a partir de outros contornos, para os quais temos inúmeros questionamentos” (OLIVEIRA, 2020 *apud* MIRANDA & SILVA, 2020, p. 190). Alguns dos questionamentos que tive no momento de planejar a minha oficina foram em relação ao acesso à internet dos/as estudantes. Como foi uma oficina virtual no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, era essencial que eles/as tivessem uma conexão estável, caso contrário, não seria possível ler os documentos selecionados para a atividade; assim, antes tarefas fáceis e costumeiras da sala de aula, como distribuir cópias de material didático, no ambiente virtual, foram inviabilizadas.

Outra questão que me afligia e me preocupava, era em razão do tema da oficina: o sequestro dos uruguaios em Porto Alegre (1978). O caso se insere no contexto das conexões repressivas das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul, que cooperaram entre si em operações, geralmente, binacionais, mas poderiam envolver agentes militares ou paramilitares de mais países, na perseguição e na aniquilação de militantes, políticos e opositores civis. Muitas dessas pessoas denunciaram no exílio as violações de direitos humanos e as práticas de torturas e de desaparecimentos dos corpos existentes em seu país de origem. Nesse contexto,

as fronteiras nacionais que separavam os países do Cone Sul foram subtraídas a fim de promover a perseguição e a vigilância dos alvos em comum das ditaduras; inclusive, aqueles que se encontravam na Europa e nos Estados Unidos não estavam livres de serem atingidos e vigiados, o que evidencia a dimensão da estrutura montada pela Operação Condor e de seu alcance (FERNANDES, 2020; REIS, 2009a; REIS, 2009b).

Meu medo de tratar desse assunto, então, foi em razão de hoje termos na sociedade brasileira uma significativa parcela de pessoas que fazem apologia à ditadura brasileira, que reivindicam o "outro lado da história". Essas pessoas, com um discurso negacionista, cobram que os/as historiadores/as digam a "verdade", que os militares salvaram o Brasil dos comunistas, da cubanização, da perda da moralidade para os ateus... Contudo, é importante salientar que esses indivíduos não negam a existência de mortos desaparecidos, da prática de tortura – alguns vão dizer que foram excessos, mas não a regra; outros, como o Bolsonaro, já pensam que o erro da ditadura foi ter torturado e não matado (BAUER, 2019). Então, nessa conjuntura de forte disputa pelo passado em torno da ditadura brasileira, o meu medo não era sem motivo. Eles vinham do receio de sofrer algum ataque ou de como eu reagiria se algum aluno/a defendesse a ditadura e a tortura, que seria "justificável" pela ameaça a segurança interna. Ressalto o fato de essa ter sido a primeira oficina que ministrei na vida e a minha primeira experiência como professora. Para agravar a minha aflição: a aula seria gravada para ser disponibilizada aos que não puderam participar de forma síncrona.

Acredito que um último fator que contribuiu às minhas preocupações foi que eu ministraria uma oficina para uma turma do Ensino de Jovens e Adultos, ou seja, pessoas bem mais velhas do que eu que e que, em geral, tendem a ser mais conservadoras e já terem uma opinião formada sobre a ditadura (assim, eu imaginava). Relacionado com a faixa etária também acrescentou a questão da habilidade dos/as alunos/as com as ferramentas digitais. Eu escolhi o Jamboard, por considerar uma das ferramentas mais acessíveis, de fácil manuseio e que possibilitaria a interação de todos/as durante a análise das notícias do sequestro dos uruguaios em Porto Alegre.

AFINAL, O QUE ACONTECEU NA OFICINA?

Para planejar a oficina fazendo uso do patrimônio documental, como uma forma de possibilitar o encontro entre o passado e o presente, mobilizei o conceito de Educação Patrimonial como um campo de estudos e um espaço de vivências, envolvendo conhecimentos teórico-práticos que possibilitam aos sujeitos refletir sobre o patrimônio cultural, o qual é construído entre conflitos e disputas, consensos e dissensos. Divergindo do discurso colonialista que reduz a educação a um instrumento para a preservação do patrimônio, propõe-se uma Educação Patrimonial que não esteja inserida numa lógica assimilacionista e recepcionista do patrimônio por parte da sociedade (TOLENTINO, 2018). Mas que seja capaz de promover a reflexão, o diálogo entre os/as estudantes com os/as educadores/as; bem como, a sensibilização para os temas sensíveis, visando a defesa da democracia e dos direitos humanos e o combate aos preconceitos (LIMA, 2018; BARBOSA & SILVA, 2012; THIESEN, 2019). Para isso, faz-se necessário "uma perspectiva da educação como direito social fundamental e como possibilidade de apropriação social de um patrimônio do qual a população foi apartada" (SCIFONI, 2019). Somente com a criação de novos sentidos e com o acesso aos bens culturais, em conjunto com uma educação libertadora e transgressora (FREIRE, 2011; hooks, 2017), poderemos contribuir para uma mudança coletiva de valores sociais.

Dessa forma, a oficina foi planejada em três momentos: primeiro de análise das três notícias selecionadas sobre o sequestro dos uruguaios em Porto Alegre⁶, com o objetivo que os/as alunos/as conseguissem perceber a forma que foi noticiada o caso na imprensa nacional e as disputas em torno da *verdade* entre diferentes setores da sociedade (OAB, organizações de direitos humanos, parlamentares, Polícia Federal, DOPS, familiares, vítimas etc.) expostas nas páginas dos jornais e as controvérsias que surgiram ao longo do caso. A partir das possíveis manifestações da turma, o segundo momento da oficina era reservado para um debate acerca dos diferentes tipos de narrativas. Essa parte foi inspirada pela reflexão de Alessandra Gasparotto e Caroline Silveira Bauer que a/o docente em História deve diferenciar com as/os estudantes as distinções entre conhecimento histórico, memórias e opiniões, os quais não se equivalem (2021, p. 441). Portanto, busquei problematizar na oficina que notícia, opinião e conhecimento histórico não são a mesma coisa, que um não anula a existência do outro, mas que é preciso saber distingui-los. Por fim, lancei a pergunta "Por que os arquivos da repressão devem ser preservados?" a fim que pudéssemos refletir sobre a importância dos

arquivos à democracia e à sociedade. Tendo como princípio o direito dos povos em conhecer o seu passado, mesmo que seja um passado marcado por violações, ele não pode ser esquecido, muito menos falseado ante interesses vis. Isso foi, de forma resumida, o que eu planejei para a oficina e procurei descrever sucintamente aqui em razão do limite de páginas.

Contudo, como qualquer pessoa que já tenha passado pela experiência de planejar uma aula, neste caso, uma oficina, sabe que quando colocamos o planejamento em prática podemos ser surpreendidos de diferentes formas. Em meu caso, fui surpreendida positivamente! A turma se mostrou aberta para a reflexão e participativa, apesar das dificuldades em torno do acesso à internet e ao material que preparei no Jamboard. A princípio ninguém editou o documento no Jamboard para realizar a atividade de descrição. Dois dias antes da data combinada para a oficina, o professor que me concedeu o espaço para aplicar a atividade com uma turma do EJA, informou-me que a maioria dos/as estudantes participam da aula pelo celular e tem dificuldades em fazer uso de ferramentas digitais. Assim, parti para uma opção alternativa: realizar a transcrição das três notícias e compartilhar com a turma o documento criado no Google Docs. Mas, mesmo assim eles/as não o acessaram.

Apesar das dificuldades já esperadas em relação à internet e à impossibilidade de eles/as usarem as ferramentas digitais se concretizarem, isso não impediu o debate. Pelo contrário, a partir da leitura de somente uma notícia, a discussão já estava aberta e se desenrolando. Neste momento, eu pude “soltar um fundo suspiro de alívio”, porque os princípios orientadores de uma educação patrimonial voltada para restabelecer as relações entre patrimônio e o público, que foi apartado de seu passado, estavam operando. E não houve manifestações de defesa à tortura e à ditadura, motivo de grande alívio para mim. Aliás, a turma se mostrou bastante sensibilizada com o caso de Lilián Celiberti, de seus dois filhos, Camilo e Francesca, e de Universindo Rodríguez.

Ainda durante a análise do primeiro documento, aconteceu algo que eu não esperava. Uma das alunas pediu licença para falar e disse o seguinte:

Eu tenho 54 anos, eu nasci em 1967. O meu pai é de 1912 e a minha mãe, de 1924. Eles pegaram toda essa parte de violência no Rio Grande do Sul, eles eram de Soledade. Os militares iam numa igreja perto, pegavam os animais nos campos, eles matavam. Meu pai contava horrores do que eles faziam. Foi um período muito duro para eles. Eles perderam muitas coisas... De certa forma, a gente passou por essa ditadura. Eu não, porque nasci em 1967. Então, os meus

irmãos mais velhos foram para guerra, dois deles lutaram, foi cruel e eu não sei direito... A minha mãe dizia que lembrar o passado, é sofrer duas vezes. Então, evitávamos falar sobre isso, porque eles sofreram muito. Perderam os animais, perderam coisas, quando menos eles esperavam, [os militares] entravam e pegavam, e não podia falar absolutamente nada. Teve muitas pessoas perseguidas, os meus irmãos foram perseguidos, os meus tios foram perseguidos. Tenho um tio que está desaparecido e até hoje ninguém sabe onde ele está. Nunca mais o acharam. Então, a gente tem uma lembrança ruim. Graças a deus, como sou a última de uma família grande de treze irmãos, eu não passei por nenhum problema grave, mas meus pais contavam muitas barbaridades. Então eu sei mais ou menos. E é bom dizer isso, porque não é sofrer de novo, é lembrar e ver como o Brasil mudou. Tomara que nunca mais volte, às vezes, me sinto ameaçada por isso.

As experiências traumáticas que a família dessa aluna passou durante a ditadura, foram práticas de terrorismo de estado frequentes sobre a população camponesa. E os efeitos do terror imperaram, por meio do silenciamento e do medo de falar, sobre as vidas dos/as camponeses até recentemente. O silêncio somente começou a ser rompido a partir da criação da Comissão Camponesa da Verdade (CCV), em 2012, por iniciativa de diversos movimentos sociais e entidades, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e a Comissão Pastoral da Terra. Esse movimento de organizar grupos de trabalhos possibilitou a investigação sobre as singularidades das violências perpetradas contra os/as camponeses/as e de criar espaços de escuta, para que finalmente eles/as pudessem denunciar os crimes que as suas famílias sofreram entre os anos de 1946 a 1988. O trabalho e o material produzidos pela CCV incidiram sobre o Relatório Final produzido pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), reconhecendo os trabalhadores rurais também como vítimas da ditadura e o seu direito à reparação, como os demais perseguidos políticos que receberam indenizações pelas ações do Estado brasileiro. As pesquisas revelaram que milhares foram alvo da repressão e aproximadamente 1200 foram mortos/as ou desaparecidos/as entre 1961 a 1988 (GASPAROTTO, 2019).

Dois outros aspectos que podemos analisar do testemunho da estudante são acerca da noção de vítima e das violações que os/as camponeses/as sofreram, as quais se distinguem do que a população da zona urbana, como o caso dos estudantes, por exemplo, passara durante a ditadura. Apesar dela não se ver como vítima, podemos

pensar o contrário, tendo em vista a “violência irradiada” e a cultura do medo que o terrorismo de estado promove. Enrique Serra Padrós explica que a “violência irradiada” é um elemento constitutivo do TDE nas Ditaduras de Segurança Nacional:

ela se difere da violência direta, descarregada sobre o alvo “subversivo” e que fica confinada a ele e a sua família. Em realidade, se trata da irradiação, que se expande como um espiral crescente, a partir do entorno mais imediato da vítima direta, atingido seu espaço de atuação e convivência social mais imediato (a família, os amigos, o bairro, o local de estudo ou de trabalho etc) (...) espalham seus medos e inseguranças no interior dos seus próprios espaços particulares de atuação e de convivência, nos quais essa situação volta a repetir-se e assim sucessivamente, até disseminar-se, concentricamente, por toda a sociedade (PADRÓS, 2006, p. 17).

Desta forma, podemos imaginar como a vida da família dessa aluna foi impactada, mesmo ela não se vendo como uma vítima direta da ditadura, ela foi atingida de outras formas. Depois que ela terminou de falar, eu cheguei a falar sobre a “violência irradiada”, sobre a eficiência do TDE em disseminar o medo, o isolamento, o silêncio e o sentimento de desesperança na sociedade através da promoção da “cultura do medo” e que os seus efeitos não acabaram com término da ditadura. Por fim, ela percebeu como, de alguma forma, a ditadura impactou a sua vida; inclusive, ao lembrar do passado, reconheceu como essas lembranças ainda lhe causam sofrimento e medo.

Já sobre as especificidades da repressão aos camponeses, Clifford Welch destaca tipos de violações que foram relatadas pela estudante:

- 1) Violência contra a pessoa (ex. assassinato/ameaça de morte/ferimento/intimidação/tortura/desaparecimento);
- 2) Violação do direito à liberdade (ex. cassação/suspensão de direitos políticos/trabalho escravo/deslocamento forçado ou perigoso/migração enganosa/prisão);
- 3) Violação dos direitos trabalhistas (ex. associação livre para formar ou integrar em sindicato impedida/ superexploração sistemática – dívidas injustas – não pagamento – transporte precário ou perigoso);
- 4) Violação do direito à não interferência na vida privada, da sua família e no seu lar (Artigo XII – direito à habitação); a ser privado de seu bem-estar (Art. XIII – liberdade de movimento/Art. XXIII – direito ao emprego – direito a salário justo) e de sua propriedade (Art. XXV – ex. despejo/expulsão das terras/destruição das lavouras,

pertences/incêndios). (Ênfase nossa; artigos indicados são da declaração universal da ONU) (2014, p. 64).

Como vimos principalmente o primeiro e o quarto tipo de violações foram evidenciados em seu relato. Desta forma, por ser algo constante nos depoimentos dos camponeses, das violações na vida privada e em suas propriedades, Welch problematiza a dificuldade de definir o que são “graves” casos. Pois, a princípio, a CNV considerou como “graves” casos de violação dos direitos humanos, os casos de assassinatos e desaparecimento, e buscou investigar os mais emblemáticos; logo, os demais não seriam tão relevantes naquele momento, também devido ao curto tempo que a Comissão teve para produzir o relatório final. Entretanto, Welch contra-argumenta para a brutalidade das invasões, das violações à propriedade e das destruições de plantações, matando animais, em suma, ações extremas que também aterrorizavam as crianças com a destruição dos meios de subsistência de suas famílias. Ademais, os estudos da História Social do Campo evidenciaram a cooperação entre o aparato repressivo do estado com o patronato rural e de suas milícias privadas para coagir e perseguir aqueles/as que reivindicavam por seus direitos, buscavam se organizar politicamente e que anos atrás haviam lutado pela reforma agrária durante o governo de João Goulart (GASPAROTTO, 2019; WELCH, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da CNV ter possibilitado a elaboração de uma multiplicidade de memórias acerca do período ditatorial e de ter ampliado a noção de vítimas de violações de direitos humanos, agora incluindo novos sujeitos, ainda há um longo caminho a percorrer em torno das disputas pelo passado que a própria criação da Comissão provocou indiretamente. O Ensino de História articulado com a Educação Patrimonial pode ser um importante espaço de discussão e de possibilidade dos/as estudantes se manifestarem sobre as experiências traumáticas que as suas famílias passaram no passado e das continuidades de violações dos direitos humanos perpetrados pelo Estado e pelas Forças Armadas no Brasil. Portanto, a partir do contato de uma notícia informando o desaparecimento de quatro uruguaios exilados no Brasil, em 1978, a mediação possibilitou que os/as discentes articulassem as suas experiências individuais com o processo histórico em curso.

Em razão do presente ser sufocante e amedrontador, eu espero que um dia possamos ainda soltar um fundo suspiro de alívio e voltar a nos reunir como antes. Pois ainda acredito que presencialmente as trocas são bem mais fáceis de se realizar, não precisando depender do acesso à internet e dos aparelhos eletrônicos para poder participar dos debates e das atividades; além das escolas e de outras instituições possibilitarem um espaço reservado e propício ao estudo e à reflexão, que os/as estudantes podem não possuir em suas residências.⁷

NOTAS

¹AGUALUSA, J. *O triste fim de Jair Messias Bolsonaro*, 2019. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/opiniao/a/nem-tudo-e-ficcao/2019-09-26-o-triste-fim-de-jair-messias-bolsonaro/>. Acesso em 20/11/2021.

²RODRIGUES, C. Criança Yanomami de 3 anos com malária e pneumonia morre sem atendimento em comunidade, diz Conselho de Saúde. **G1**, Roraima, 18/11/2021. Disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/11/18/crianca-yanomami-de-3-anos-com-malaria-e-pneumonia-morre-sem-atendimento-em-comunidade-diz-conselho-de-saude.ghtml>. Acesso em 20/11/2021.

³Imprensa internacional repercute maior desmatamento na Amazônia em 15 anos. **G1**, 19/11/2021. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/11/19/imprensa-internacional-repercute-maior-desmatamento-na-amazonia-em-15-anos.ghtml>. Acesso em 20/11/2021.

⁴Começa o pagamento do Auxílio Brasil, mas 29 milhões deixam de receber renda do governo. **G1**, 17/11/2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/11/17/comeca-o-pagamento-do-auxilio-brasil-mas-29-milhoes-deixam-de-receber-renda-do-governo.ghtml>. Acesso em 20/11/2021. O CadÚnico consiste em uma iniciativa governamental para identificar as pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no país, possibilitando que a partir de seu registro na plataforma possam receber programas e benefícios sociais, como foi com Auxílio Emergencial e com o Bolsa Família, agora é com o Auxílio Brasil. Pelo CadÚnico as pessoas também podem conseguir realizar o seu sonho de ter a sua própria casa, por meio do programa Minha casa minha vida, criado durante o segundo governo de Lula (2007-2011).

⁵SOUZA, V. Enem 2021: número de pretos, pardos e indígenas inscritos cai mais de 50%. **G1**, 27/08/2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/enem/2021/noticia/2021/08/27/enem-2021-cai-negros-pardos-indigenas-inscritos.ghtml>. Acesso em 20/11/2021.

⁶Os documentos selecionados foram APOF-1.0005.001.01, APOF-1.0010.001.01 e APOF-1.0066.002.01, disponíveis no Arquivo Particular Omar Ferri. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

⁷A oficina e a escrita do artigo foram realizadas no final do ano de 2021, inseridas no processo de realização do Estágio de Docência em História: Educação Patrimonial, disciplina oferecida pela Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

REFERÊNCIAS

BAUER, Caroline Silveira; GASPAROTTO, Alessandra. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs). *Ensino de História e suas práticas de pesquisa*. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021.

BAUER, Caroline. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. *Relaciones Internacionales*, v. 28, n. 57. 2019, p. 37-51.

WELCH, Clifford Andrew. *Camponeses, a verdade e a História da ditadura em São Paulo*. Revista Mundos do Trabalho, vol. 6, n. 11, jan./jun. 2014, p. 57-78.

FERNANDES, Ananda Simões. *Burocratas da dor: as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2020.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

GASPAROTTO, Alessandra. Movimentos de luta pela terra e repressão aos camponeses durante a ditadura civil-militar no Brasil: reflexões sobre história, memória e justiça de transição. *XVII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Departamento de Historia de la Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Catamarca, Catamarca, 2019.

LIMA, Mônica. História, patrimônio e memória sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. *Outros Tempos*, vol. 15, n. 26, p. 98-111, 2018.

MIRANDA, Sonia Regina; SILVA, Felipe Dias de Oliveira. Para além da Pandemia: notas sobre cidadania, educação e ensino de história no Brasil de Bolsonaro. *Reseñas de Enseñanza de la Historia*, n. 18, nov. 2020, p. 183-205.

PADRÓS, Enrique Serra. Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras de Segurança Nacional latino-americanas. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006.

REIS, Ramiro José dos. Metodologia de Terror de Estado no sequestro e cárcere dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz (1978-1983). *Antíteses*, vol. 2, n. 4, p. 915-935, jul./dez. 2009.

REIS, Ramiro José dos. Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? Resistência uruguaia em Porto Alegre no final da década de 1970. *Estudios históricos*, n. 3, dez/2009.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. *Revista do CPC*, São Paulo, n. 27, v. Especial, p.14-31, jan./jul. 2019.

SILVA, Paulo S, da; LOPES, V. N.; SABALA, Viviane. Avaliação em história e cultura afro-brasileira. In: BITTENCOURT Jr., Iosvaldyr; SABALA, Viviane (orgs.). *Procedimentos didáticos pedagógicos aplicáveis em história e cultura afro-brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 90-100, 2012.

THIESEN, Icléia. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, número especial, p. 06-22, jan./mar. 2019.

2.1

SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DE ARQUIVOS DA ÁREA MÉDICA: CONFLUÊNCIAS ENTRE O HISTÓRICO E O LINGUÍSTICO

Silvana Silva¹

Resumo: Este trabalho visa a oferecer subsídios teóricos para o Projeto de Pesquisa intitulado “Formas e sentidos do imperativo no século XIX: um estudo enunciativo e histórico em textos médicos do Museu de História da Medicina de Porto Alegre (MHMPOA)”, desenvolvido no Instituto de Letras, UFRGS. Estabelecemos hipóteses e conceitos para a análise de textos contidos no Museu de História da Medicina de Porto Alegre. Na Reserva Técnica do MHMPOA, encontramos dois (2) Manuais de Saúde escritos por médicos leigos na segunda metade do Século XIX. No Museu Hipólito José da Costa, encontramos anúncios sobre remédios que referiam, na maior parte dos casos, à procedência francesas. A partir do estudo e da análise enunciativa da conversão da língua em discurso(s) (Benveniste, 1990) presentes nos Prolegômenos do *Manual de Saúde*, do farmacêutico *Raspail* (1860) em consonância com a construção da referência à França, presente em anúncios de remédios em jornais do Rio Grande do Sul, percebemos uma certa organização discursiva. Ainda que nesse período coexistissem diversas racionalidades sobre a doença e a saúde, na Europa (Pombo, 2010; 2011), concluímos que, no Rio Grande do Sul, construiu-se um discurso que eleva a procedência francesa, seja de produtos, seja de manuais de saúde, ao status de detentora do poder dizer o que é e não é uma ‘boa’ medicina.

Palavras-chave: Museu de História da Medicina de Porto Alegre– teoria historiográfica linguística– análise histórico-linguística

INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa a oferecer subsídios teóricos para o Projeto de Pesquisa, em andamento, intitulado “Formas e sentidos do imperativo no século XIX: um estudo enunciativo e histórico em textos médicos do Museu de História da Medicina de Porto Alegre (MHMPOA)”, desenvolvido no âmbito do Instituto de Letras, UFRGS. Temos como objetivo discutir os objetivos e métodos de algumas matrizes historiográficas utilizadas na área de historiografia linguística (Swiggers, 2020) e estudos históricos aplicados ao estudo da saúde pública (Weber e Rossi, 2013; Avila, 2010; Braga, 2018) e cotejá-las com princípios de análise linguística do discurso

(Benveniste, 1989). Assim, na confluência entre o histórico e o linguístico elaboraremos hipóteses, conceitos e metodologias próprias a uma análise histórico-linguística de textos de temática médica escritos na metade final do Século XX.

A pesquisa justifica-se pela importância de compreender formas de comunicação e sua evolução de uma das áreas do conhecimento mais relevantes para a população em geral: a saúde humana. O século XIX foi escolhido pois nesse período começaram diversos processos políticos que culminaram na Independência do Brasil bem como no início da criação de um sistema de saúde próprio, independente de Portugal, com a criação de Faculdades de Medicina, bem como estabelecimento de políticas públicas imbuídas de implementar medidas sanitárias necessárias à promoção da saúde e, especialmente, favorecedora da urbanização das cidades (Lopes, 2003; Weber e Rossi, 2013; Avila, 2010; Braga, 2018).

Certeau (2002) nos auxilia a compreender que a história é antes de tudo feita de *operações historiográficas* que criam uma verdade, pois ela, a história “separa seu presente de um passado. Porém, repete sempre o gesto de dividir. (...). Por sua vez, cada tempo ‘novo’ deu lugar a um discurso que considera ‘morto’ aquilo que o precedeu, recebendo um ‘passado’ já marcado pelas rupturas anteriores.” (2002, p. 15). Porém, nos alerta que esta se trata de uma ‘singularidade ocidental’ (p. 16), já que, por exemplo, “Na Índia, por exemplo, “as novas formas não expulsaram as antigas”. O que existe é o “empilhamento estratificado”. (...) Pelo contrário, um ‘processo de coexistência e reabsorção’ é o “fato cardeal” da história indiana” (p. 16). Esse contraponto nos alerta a ver nas operações historiográficas que arbitrariamente criaremos não tanto ‘cortes’ mas ‘espaços’ de compreensão de processos de emergência da saúde, da doença e do ‘ser saudável’ ou ‘ser doente’ num século que convivia com definições contraditórias e conflituosas de Medicina e do seu exercício (Pombo, 2010; 2011).² Nesse sentido, uma das questões norteadoras desse trabalho é: que discursos sobre o ‘ser doente’ e o ‘ser saudável’ podemos perceber nos textos médicos encontrados nos Arquivos? Esses discursos podem ser considerados coerentes ou apresentam contradições?

Para esse trabalho, elegemos o *Manual de Saúde*, do farmacêutico F.V. Raspail (1860), encontrado na Reserva Técnica do Museu de História da Medicina de Porto Alegre. Do referido Manual, analisaremos as sete (7) páginas que compõem os *Prolegômenos*. Para realizar nossa análise, nos valeremos da proposta de ‘camadas’ de Swiggers (2020), ou seja, a busca de explicação multifatorial para as mudanças linguísticas, em sua relação com uma semântica da enunciação (Benveniste, 1989), em especial sua concepção de *níveis de análise linguística* e com uma antropologia da

enunciação (Benveniste, 1989), em especial sua concepção de *figuração das relações discursivas com o outro*, a chamada alteridade. Em seguida, realizaremos uma análise transversal de três jornais publicados na metade final do século XIX localizados no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, a saber, *Mercantil* (1879), *Jornal do Commercio* (1882) e *A ordem* (1895), observando como a temática da saúde comparece e repercute nesses meios de comunicação e procurando observar as práticas médicas vigentes. Seguimos assim o *modelo sociológico* de pesquisa histórica (Certeau, 2002, p. 36), que está em consonância com a metodologia da pesquisa de Pombo (2010;2011) sobre a influência do farmacêutico Raspail em Portugal. Nesse modelo, temos a necessidade de estabelecer cruzamentos analíticos entre a obra de referência em análise e ‘reconstruir’ uma possível influência dessa obra ou dessa racionalidade médica na mídia da época. Não podemos deixar de dizer que se trata sempre de uma *reconstrução semântica* (Benveniste, 1989), já que as fontes históricas são, em geral, rarefeitas.

HIPÓTESES PARA A ANÁLISE DO DISCURSO MÉDICO

Os estudos sobre a implementação de políticas de saúde pública, em especial os estudos voltados às práticas no Rio Grande do Sul, bem como estudos sobre a história da medicina no Brasil nos informa que existem no mínimo dois discursos em torno da ‘doença’ e da transmissão da doença’, a saber, o discurso *contagionista*, pregavam que as doenças passavam individualmente e por isso prescreviam práticas de controle e de cerceamento, e o *anticontagionista*, que acreditava que o ar e água fossem fatores de adoecimento, e defendiam políticas públicas voltadas para o controle ambiental (Weber e Rossi, 2013). Ávila (2010) indica duas fases na elaboração da saúde pública: a primeira metade do século XIX, voltada para uma perspectiva ‘limpezista’ (de ambientes, de esgotos, de locais, de instalação de hospitais) e uma segunda, a partir da metade do século XIX, perspectiva ‘higienista’ (com foco nos espaços de atuação da saúde, nas doenças e nos doentes). A essas duas perspectivas, acrescenta-se ainda outros discursos, a saber, o *discurso médico higienista*, o *discurso jurídico e criminológico*, o *discurso técnico e estético*, dimensões que também influenciam as decisões governamentais (Ávila, 2010, grifos nossos).

Como o nosso estudo é de foco histórico-enunciativo, nos interessa menos compreender os fatores que motivaram decisões políticas e mais observar que discursos circulavam nos textos que obtivemos nos Arquivos a que tivemos acesso. Acreditamos que não somente os gestores, mas os médicos também tinham

preocupações que transcendiam o fazer clínico. Uma questão importante para a área de estudos linguísticos é sempre estabelecer um modelo de análise que permita ‘mensurar’ em que medida tais discursos estão dispostos nos textos e quais deles apresentam uma relevância textual mais pronunciada na globalidade textual, afetando assim a compreensão do leitor.

Para nos auxiliar na tarefa de construir tal modelo interpretativo dos discursivos, nos valeremos de dois referenciais teóricos, um da historiografia linguística, a saber, Swiggers (2020), por sua reflexão complexificante para a compreensão de fatos histórico-linguísticos, e outro da linguística, Benveniste (1989), pela explicação da enunciação, do emprego da língua, a partir de um aparelho de formas e funções que convertem a língua em discurso, a partir de processos de alocação e referenciação. A questão norteadora de fundo é a seguinte: Que discursos predominam no texto médico em análise? Como esses discursos convergem para a construção da chamada ‘autoridade’ médica?

Swiggers (2020, p.1-2) assim se posiciona sobre o estudo da linguística: “Explicar a dinâmica de uma disciplina é explicar mudanças. Assim como no caso do estudo da mudança linguística. (...) faremos bem em aceitar *causas múltiplas* ou o princípio da multiplicidade fatorial. (...) Além da multiplicidade de interações com outras disciplinas, é apropriado conceber a dinâmizada ciência da linguagem em termos de múltiplo condicionamento e estimulação.” Com isso, entendemos que o estudo da chamada ‘história da medicina’ deve passar pelo estudo historiográfico de diversos discursos – médico, jornalístico, e, também, de gestores, foco privilegiado dos trabalhos a que tivemos acesso. Propõe ainda um metamodelo para a análise de mudanças na história da linguística. Este modelo é composto de quatro camadas – não totalmente sobrepostas, quais sejam, uma camada *teórica* (ideias, insights, declarações teóricas e suposições), uma camada *técnica*, uma camada *documental* (registro de línguas), uma camada *contextual-institucional* (contextos socioculturais e estabelecimentos institucionais específicos) (Swiggers, 2020, p. 4). Neste modelo, a camada contextual-institucional está na base e, por isso, em se tratando de um estudo histórico com fontes rarefeitas, muitas vezes é difícil reconstituir ‘o fundo’ contextual de uma certa configuração discursiva. Assim, na análise dos textos médicos partiremos das declarações e visões técnicas das práticas, isto é, a camada teórica-técnica, observando aí os discursos presentes, e procuraremos alcançar a camada documental pela observação da circulação das ideias sobre práticas de saúde no Rio Grande do Sul – pela via do estudo de Jornais de Porto Alegre - para,

por fim, nesse cotejo entre nível de declaração e nível documental chegar a uma contextualização da 'instituição' médica no Rio Grande do Sul.

Benveniste, no texto *O aparelho formal da enunciação*, se pergunta como estudar a 'conversão individual da língua em discurso' ou 'a enunciação como colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização, aspectos, segundo o autor, "do mesmo problema". Seja pela via do estudo do ato, seja pela via da conversão de uma natureza em outra, o estudo do discurso supõe então a conjunção de no mínimo três fatores, que serão explicitados a seguir. O primeiro é a *apropriação* da língua pelo locutor; o segundo é a implantação do outro diante de si, a *alocução*; o terceiro é a constituição da *referência*, para a expressão de certa relação com o mundo. Entendemos assim que esses três mecanismos são constitutivos dos processos de constituição de discursos.

CRUZAMENTOS ANALÍTICOS

Iniciemos por apresentar brevemente a biografia de nosso autor, P.V. Raspail, bem como uma breve contextualização de seu Manual da Saúde. Pombo (2010) nos informa que: "O químico francês François Vicente Raspail (1794-1878), membro da Academia da Faculdade de Medicina de Paris, editou em 1845 o *Manual de Saúde ou medicina e farmácia domésticas*, uma obra que teve grande aceitação não apenas na França, mas também no resto da Europa. (...) Além das regras de higiene, fornecia também os elementos necessários para a elaboração do sistema Raspail." (Pombo, 2011, p. 5). Como se pode observar, Raspail não tinha diploma de medicina, porém a exercia, abrindo consultório inclusive em Portugal (Pombo, 2011). Sua formação lhe trouxe alguns problemas junto a seus pares médicos: "Os médicos franceses da época tudo fizeram para provar que o seu livro era um atentado à saúde pública, acusando-o por várias vezes de exercício ilegal da medicina. Apesar de várias denúncias, apenas foi multado por se ter recusado receber o diploma de médico que a faculdade lhe tinha oferecido." (Pombo, p. 5). A pesquisa de Pombo detalha outros eventos e situações da clínica de Raspail em Portugal, porém, não localizamos, no Brasil, outra pesquisa que contextualize sua recepção no Brasil³. Dada a escassez de dados, consideramos necessário fazer uma *reconstrução semântica* por meio da coleta de jornais do século XIX e a verificação de uma possível referência a esse químico francês em solo gaúcho.

Antes de apresentar os dados encontrados nos jornais, procedemos à análise das formas de alocação presentes nos *Prolegômenos* do Manual de Saúde. Esse texto foi escolhido por entendermos que se trata de uma ‘carta de intenções’ do Manual, espaço textual de abertura da proposta médica de Raspail. O texto do *Prolegômenos* foi dividido pelo próprio autor em 15 tópicos. Para dar conta da sequencialidade do pensamento do autor, escolheremos uma (1) frase⁴ de cada um dos 15 tópicos para a análise das formas e sentidos da alocação, notadamente a que se refere mais explicitamente ao ‘outro’, seja ele quem for. Assim, excluiremos da análise os tópicos 3, 4, 13 e 15, por apresentarem o mesmo enfoque figurativo do tópico anterior ou apenas uma generalização interlocutora que pouco se aproveita na análise.

Quadro 1. Discursos dos *Prolegômenos* do Manual de Saúde: nível declarativo-técnico

Transcrição do texto	Discursos presentes
“1. A saúde torna o homem em estado de cumprir para com a sociedade os deveres que lhe prescreve a natureza – procrear, e ser útil; estar doente é caminhar na estrada que conduz à morte.”	discurso moral (pelas injunções ao que devem fazer os homens) e Discurso segregacionista (ser útil x estar doente).
2. “Vergonha ao doente que sacrificou sua vida a sórdidos prazeres, a perigos sem utilidade e sem gloria, e as paixões venaes! O remorso não é o último dos seus padecimentos. Por caridade que é tratado, e não por simpatia, porque não tem feito para ser amado!”	discurso moral (pela injunção operada pela frase exclamativa) e discurso estético (pelo julgamento dos tipos de prazeres ‘sórdidos’ ou ‘dignos’).
5. “Mas como tudo isso acontece [não há tratamento que depois de estar em voga tenha sido acusado de ter matado tarde ou cedo todos aqueles que o seguiram], e acontece impunemente, como o médico não é o responsável, por que seu diploma lhe confere o direito de tudo fazer sem dar satisfação a ninguém, e como a legalidade da fórmula cobre a imprudência e a inoportunidade da prescrição, os que sobrevivem não teem o poder nem direito de vingar os mortos, senão com as armas do ridículo (...)”	discurso moral, discurso irônico (pelo rápido jogo e reversão de ideias sobre a eficácia dos médicos) e niilista (pelo apelo aos mortos e aos que não podem reclamar uma situação)
6. “Sim, é ridículo que um corpo de homens, revestidos das leis da mais elevada magistratura social, não seja formado como qualquer outra magistratura, e não apresente jearquia, por garantia de atos de cada um de seus magistrados.”	discurso crítico e discurso comparativo (médicos são profissionais com mais regalias que outros)
7 “Neste pequeno livro, dirigido ao médico de boa fé, e ao doente de bom espírito, devo limitar-me a estabelecer, antes de tudo, quais são os deveres recíprocos do doente e do médico.”	discurso das obrigações morais

8. "O médico, em virtude do seu diploma, não tem direito de vida e de morte sobre o seu doente; o doente não é obrigado a professar uma fé cega ao médico."	discurso da liberdade
9. ""Por que estou eu doente? – É o sangue, diz um – É a bile, diz outro. – É o nervoso, responde um terceiro – como se se pudesse estar doente sem que o sangue, a bile, os nervos estejam interessados. Desafio a medicina atual, se não pode responder de uma maneira, não direi peremptória, mas inteligível, a uma destas tres questões."	discurso da provocação (pela teatralização de um conflito)
10. "Desafio toda a faculdade em batalhão cerrado, a demonstrar que esta medicação, adoptada nos termos deste livro, oferece o menor perigo e compromette o doente. A medicina faz um culpável uso de venenos, causas de novas doenças, quando não da morte. Nós não nos servimos de substâncias que não são curativas, senão porque ao mesmo tempo são hygienicas."	discurso da provocação (pela incitação ao debate e a contraprova), discurso 'naturalista' e higienista (pela diminuição de riscos oferecida por medidas paliativas).
11. " A publicação desse pequeno livro tem por fim fornecer as pessoas, (...) não somente o meio de examinar sabiamente as receitas do medico, mas também de se conservar em boa saúde, de se tratar a si e aos outros no maior número possível de casos por meios simples e fáceis, sem ter a necessidade de recorrer ao médico, ou desafiar sua cólera."	discurso da autoavaliação (examinar as receitas médicas) e discurso da provocação e da ironia (não 'desafiar a cólera médica')
12. "Eu tenho chegado a formular um tratamento prático cujo sucesso se não tem desmentido; há oito anos que dele tenho feito uso em muitas doenças, apesar de uma opposiçãosystemática muito malévola; os médicos mais probos e desinteressados teem adoptado esse método."	discurso da experiência ('há 8 anos...') e discurso da alocação ao outro 'nobre' ('os médicos mais probos e desinteressados')
14 "Os médicos sábios evitam parecer doutos; reputam-se felizes quando são compreendidos, e não quando lhe prestam uma fé cega; (...) que lhes importa que seja com a aguapotavel ou com agua de alcatrão? Com camphora da China ou com o alho de nossas hortas?"	discurso da humildade (médicos 'sábios') e da simplicidade (escolha de remédios de fácil acesso)
16. "Fazer a escolha de um médico (...) é um ato de alta consciência. Aprender a passar sem elle é um acto de alta razão. (...) Quereis evitar seres culpáveis? Fazei-vos vosso próprio médico. Possa esse pequeno livro, que dedico aos médicos probos, e aos pobres doentes, inspirar-vos a vontade, e fornecer-vos o meio de vos iniciar nas regras da arte de conservar e restabelecer a saúde."	Discurso da automedicação e da autoconsciência médica (pela leitura do Manual)

Fonte: elaborado pela autora.

A análise dos *Prolegômenos*, tal como demonstrada na tabela, nos mostra que, além dos discursos elencados por Weber e Rossi (2013) e Ávila (2010), notadamente os discursos higiênicos, morais e estéticos, estão presentes no texto do 'praticante de cuidados médicos' aqui em análise, o discurso irônico, o discurso da provocação, o discurso da simplicidade e da humildade, o discurso da liberdade, todos estes convergindo para o grande discurso final, o discurso da autoconsciência e da automedicação – 'fazei-vos vosso próprio médico'. Dentre eles, o que mais nos pareceu surpreendente foi o *discurso da provocação* – em especial o tópico 10 – em que há menção explícita a uma 'guerra de narrativas' sobre a verdade médica. Mais adiante, com a análise dos jornais veremos se tal guerra de narrativas médicas – que se deu notadamente no contexto de Portugal (Pombo, 2010) – também pode ser constatado em território rio-grandense. Estaria essa camada declarativa, esse discurso, destoando do muro da constituição da autoridade médica?

Nossa coleta no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa localizou três (3) Jornais publicados na metade final do século XIX, a saber, *Mercantil* (1879), *Jornal do Commercio* (1882) e *A ordem* (1895), que continham anúncios de medicamentos. Não localizamos nos referidos jornais artigos ou crônicas sobre saúde, como esperávamos. Não localizamos tampouco referências ao médico Raspail. Encontramos muitos anúncios de remédios (e alguns poucos de serviços médicos), em consonância com os achados de Nicolau e Aldrigue (2018):

Os anúncios de medicamento se tornaram muito constantes nos jornais do final do século XIX, em função de uma série de problemas de saúde que ocorriam nas cidades, que se urbanizavam e não eram muito assistidas pelos governantes. Nessa época, não existiam nessas cidades saneamento básico, hospitais suficientes e vacinas para todas as doenças comuns. À mercê de tudo isso, a população buscava nesses medicamentos, que em seus anúncos mostravam-se milagrosos, a cura para seus males. (Nicolau e Aldrigue, 2018, p. 256)

Uma certa recorrência formal nos anúncios, por seu turno, nos chamou a atenção: nos inúmeros anúncios de remédios contidos nos jornais, observamos que a maioria deles fazia referência à procedência parisiense ou francesa dos remédios. Assim, dos 42 anúncios coletados no *Mercantil*, de Porto Alegre, 39 deles faziam referência à farmácia francesa (92%); dos 59 anúncios do *Jornal do Commercio*(1882), também de Porto Alegre, 53 continham tal referência (89%); já o

jornal *A ordem* (1895), do interior do Estado, não fez referência à França, mas somente à formação do médico. Abaixo apresentamos três anúncios, um de cada jornal, a título de ilustração.

O anúncio das *Pílulas de Blancard* nos mostra uma referência central, logo abaixo do nome do medicamento, e outra referência assinada à 'Academia de Medicina de Paris' e ao 'farmacêutico em Paris'. Além das referências detalhadas, encontramos a descrição da aplicação das pílulas. Também, ao final, há preocupação em atestar a autenticidade do produto ("Como prova de pureza e de autenticidade, deve-se exigir o nosso carimbo de prata"). Observamos nesse primeiro anúncio o discurso da credibilidade e também o discurso polêmico – 'desconfiar das falsificações' – que está em certa consonância com o discurso provocador do Manual de Saúde. A primeira referência está explicada em uma frase completa e bem centralizada. Predomina no anúncio o discurso da propaganda e da origem.

Já o anúncio do *Phosphato de Ferro* apresenta uma única referência, depois do descritivo do remédio, de forma mais discreta, mas ainda na forma de uma frase: "Cada frasco leva o selo do governo francez". Há ainda a referência ao inventor do produto 'pharmaceutico, doutor em Sciencias'. Observamos aqui também o discurso da credibilidade. Predomina neste anúncio também o discurso da propaganda e da origem.

Por fim, o anúncio do *Peitoral de Angico* não apresenta referência à Paris ou a França; no entanto, atesta seu grau de credibilidade pela referência à formação do médico: "formado pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro" e também pela indicação dos médicos da própria cidade (Jaguarão) – "receitado diariamente pelos illustresmedicos d'esta cidade". Há também o discurso da credibilidade, porém, a referência se dá a médicos locais e do País. A ordem da descrição também está diferente em relação aos dois anúncios da Capital: primeiro a aplicação médica e depois o nome do remédio, revelando um discurso menos comercial e mais focado na doença em si. Predomina aí o discurso prescritivo, já que o anúncio se assemelha muito a uma receita. Os anúncios podem ser conferidos na íntegra, abaixo.

Figura 1: Anúncio do *Jornal Mercantil* (julho de 1879)



Fonte: Museu Hipólito José da Costa (foto da autora)

Figura 2: Anúncio do *Jornal do Commercio* (julho de 1895)



Fonte: Museu Hipólito José da Costa (foto da autora)

Figura 3: Anúncio do *Jornal A ordem* (janeiro de 1895)

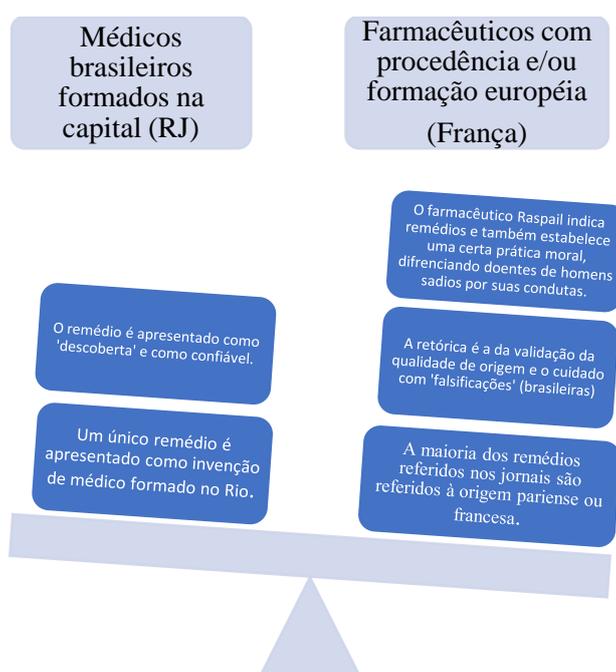


Fonte: Museu Hipólito José da Costa (foto da autora)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PESO DA PALAVRA DE UM PROFISSIONAL FRANCÊS NO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XIX

Apresentaremos uma figura-síntese da análise do Manual de Saúde em consonância com os anúncios sobre saúde nos jornais coletados. Com ela pretendemos interpretar o peso da palavra de um profissional de saúde de origem estrangeira na metade final do século XIX no Rio Grande do Sul. Percebemos a seguinte constituição da orientação de sentido na análise multifatorial e discursiva apresentada: *'Quanto se trata de saúde, tema controverso, é mais confiável a palavra de um profissional da saúde de procedência francesa'*. Há então uma certa forma de 'equilíbrio' na balança entre a palavra de um médico formado no Brasil e qualquer profissional da saúde (inclusive um não-médico) formado na França. Este equilíbrio não é simplesmente uma disputa entre narrativas, uma provocação, como se propõe o discurso de 'desafio' do químico Raspail em contexto de publicação de Portugal. Em terras rio-grandenses, trata-se realmente de camadas sobrepostas, de elos referenciais que se somam, se acumulam (como no anúncio 1), fazendo com que o fiel da balança penda para o lado da confiabilidade de remédios de procedência francesa – em especial em contextos de urbanização, como o da cidade de Porto Alegre.

Figura 4: Balança dos discursos: o peso da palavra de um profissional da saúde estrangeiro



Fonte: Elaborado pela autora.

Com esta pesquisa, demonstramos ainda que, para além dos discursos higienistas, morais e estéticos, que estão frequentemente referidos na literatura sobre saúde pública no RS, pudemos flagrar também discursos de provocação, discursos irônicos e, mesmo, reflexivo-filosóficos – como na lapidar frase ‘sejais vossos próprios médicos’ - que incidem diretamente sobre os modos de proceder e viver da população, num período em que nem os ditos médicos (tampouco os chamados charlatães) tampouco tinham total segurança de suas práticas e prescrições medicamentosas. Por fim, gostaríamos de deixar registradas as próximas etapas da pesquisa, quais sejam, rediscutir o conceito de ‘discurso’ a partir da Historiografia francesa com vistas a tornar esse conceito mais convergente ao fato histórico e ao fato linguístico bem como ampliar o *corpus* da pesquisa para outros textos médicos encontrados nos Arquivos Públicos do Rio Grande do Sul – por exemplo o Acervo de Obras Raras da PUCRS – com o objetivo de confirmar ou retificar nossa análise sobre a coerência do discurso médico no período histórico estudado.

NOTAS

¹Doutora em Estudos da Linguagem- UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras-UFRGS.

²Pombo (2010, p. 5) conclui que: “Relativamente ao melhor método terapêutico, até meados do século XIX, os médicos ou facultativos oscilavam entre as concepções dominantes do século anterior e a ciência, cada vez mais experimental. Parecia-se viver num reino onde todos podiam chegar perante as incertezas terapêuticas que a medicina ortodoxa da época oferecia. Foi nesse ambiente que surgiu o sistema do método Raspail em Portugal.”

³O trabalho de Chepp da Rosa (2016) também analisa o Manual de Saúde de Raspail, porém, focaliza o tratamento da doença sífilis.

⁴Tomamos frase no sentido discursivo do termo e não no sentido formal. Para maiores esclarecimentos, indicamos a leitura de Silva (2019).

REFERÊNCIAS

AVILA, V. F. *Saberes históricos e práticas cotidianas sobre o saneamento: desdobramentos na Porto Alegre do século XIX (1850-1890)*. Porto Alegre, 2010: Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, 201 fls.

BENVENISTE, E. *O aparelho formal da enunciação*. IN:__. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: 1989, p. 75-85.

BRAGA, D.A.R. *A institucionalização da Medicina no Brasil Imperial: uma discussão historiográfica*. *Temporalidades – Revista de História*. Edição 26, V. 10, N. 1 (jan./abri. 2018).

CERTEAU, M. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

NICOLAU, R. B. F.; ALDRIGUE, A.C. de S. Práticas histórico-discursivas na seção 'anúncios' de jornais no Brasil no século XIX. IN: ANDRADE, M. L. C. V.O. GOMES, V. S. *História do Português Brasileiro: Tradições discursivas do Português Brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 234-273.

POMBO, M. D. *Modelos terapêuticos em movimento no Portugal do século XIX: actores, discursos e controvérsias*. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Saúde e da Doença). Escola de Sociologia e Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa. Outubro, 2010.

__. *O livro d'ouro do Povo – O sistema médico de Raspail em Portugal no século XIX*. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v5, n.4, p. 32-44, Dez., 2011.

ROSA, B. C. *Redefinindo um conceito: a sífilis sob o olhar do médico oitocentista e sob a pele do povo da Capital da Província de São Pedro (1843-1853)*. Trabalho de Conclusão de Curso. História. UFRGS. Porto Alegre, 2016, 93 p.

SILVA, S. *Proposição, frase, período: uma questão epistemológica ou hermenêutica?* *Revista do GEL*, 16(2), 2019, p. 129–144.

SWIGGERS, P. *A dinâmica na (/da) história da linguística: posições e deslocamentos de "camadas"*. *Todas as Letras*, vol. 22, n. 1, p.1-9, jan-abr.2020.

WEBER, B.T., ROSSI, D. S. *Apontamentos historiográficos sobre a história da saúde pública*. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 22 a 26 de julho 2013.

FONTES

Reserva Técnica do Museu de História da Medicina de Porto Alegre

RASPAIL, P.V. Manual de Saúde ou Medicina e Farmácia Domésticas. Traduzido livremente em Portuguez. 4ª edição. Lisboa: 1860.

Museu de História da Comunicação Hipólito José da Costa

A ORDEM. Jornal de Jaguarão. Janeiro a julho de 1895.

JORNAL DO COMMERCIO. Jornal de Porto Alegre. Julho a dezembro de 1895.

MERCANTIL. Jornal de Porto Alegre. Julho a dezembro de 1879.

3.1

PARA ALÉM DA MOLÉSTIA: TRABALHADORAS E TRABALHADORES NEGROS ATRAVÉS DOS REGISTROS HOSPITALARES (ALEGRETE/RS, 1889-1910)

Guilherme Vargas Pedroso

Resumo: Estudos sobre a fronteira oeste do Rio Grande do Sul já atestaram que a região abrigou histórias complexas de gentes de todo tipo, para além dos grandes estancieiros e peões. Sabe-se de uma sociedade bastante múltipla, composta, sobretudo, por forte presença de trabalhadores escravizados durante o século XIX. Ao avançarmos ao período pós-abolição, ainda temos a necessidade de compreender os destinos e os projetos de vida empreendidos pela população negra da região. Partindo da análise dos registros hospitalares da Santa Casa de Caridade de Alegrete, os quais oferecem informações como nome, idade, cor e profissão dos sujeitos que passaram pela instituição, este trabalho pretende compreender o pós-abolição a partir das experiências de trabalhadoras e trabalhadores negros no Alegrete, entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX. Ainda, com base nas análises feitas, objetiva-se evidenciar as potencialidades de fontes hospitalares para os estudos do pós-abolição e da história social do trabalho no Brasil.

Palavras-chave: trabalho – pós-abolição – registros hospitalares

INTRODUÇÃO

Genoveva do Amaral¹, mulher negra, solteira e natural deste estado, procurou a *Santa Casa de Caridade de Alegrete* para ser atendida no dia 31 de agosto de 1890. Ela trabalhava, no momento de sua passagem pelo hospital, como cozinheira. Para o trabalho, infelizmente, ela não conseguiu voltar, pois veio a falecer três dias depois da internação, com tuberculose pulmonar, em seus 55 anos de idade. Com um pouco mais de sorte e, ao que tudo indica, menos agravo na saúde, Maria Amalia², solteira, parda, com 17 anos ficou internada por apenas seis dias, entre 09 e 15 de dezembro de 1890, quando saiu curada de uma cistite aguda e pode voltar ao seu trabalho de engomadeira. Já Nazário da Cunha³, de 62 anos, preto, solteiro e brasileiro, pediu para receber alta pouco mais de um mês de ter sido internado por conta de um reumatismo. Provavelmente o pedido de antecipação da alta de Nazário

e outros tantos trabalhadores – que tiveram alta a *pedido* – estava ligado a necessidade de voltar ao trabalho, visto que no caso dele, era jornaleiro, ou seja, dependia da disponibilidade e sazonalidade do trabalho, o que não combinava com muitos dias “parado”, mesmo que isso comprometesse sua saúde.

Acessei os trechos de vida e trabalho de Genoveva, Maria, Nazário e outros tantos trabalhadores e trabalhadoras através dos registros de entradas e saídas do hospital de Alegrete. A partir das informações coletadas, montei um banco de dados onde comuniquei as informações de cada sujeito que passou pela instituição entre os anos de 1889 e 1910.

Nomes, idades, nacionalidades, estados civis, profissões, cores, datas de entradas e saídas e as moléstias daquelas pessoas, foram anotadas pelos funcionários da instituição. Mas *para além da moléstia*, como vai ser possível observar, os dados evidenciaram questões mais amplas, sendo possível debater e analisar o pós-abolição e o mundo do trabalho a partir deles naquela região. A pesquisa aqui apresentada faz parte de um trabalho mais amplo, sobre o cotidiano e as experiências de trabalhadoras e trabalhadores negros a nível de mestrado. Assim, a seguir apresento alguns dados e debates que estão em desenvolvimento.

Em um importante artigo publicado em 2016, Álvaro Nascimento chamou atenção para o fato de que a “historiografia que investiga trabalhadores pobres e o movimento operário na República tende a não incluir o componente cor dos indivíduos pesquisados em suas páginas” (NASCIMENTO, 2016, p. 3). Isso acontece porque ao longo de muito tempo, o protagonismo dado pelos estudiosos da temática priorizou análises sobre trabalhadores em fábricas, a chegada de imigrantes, da urbanização e do capitalismo, reservando aos negros e negras o lugar de figurantes da história do trabalho no país.

Sobre a região sul, o imaginário comum e a produção historiográfica do século XX construíram a ideia de que a presença negra nas terras gaúchas era de menor proporção, em comparação com o resto do país. Isso porque a escravidão por aqui teria sido mais concentrada nas charqueadas ao sul do sul. O que as pesquisas mais recentes já desmontaram, demonstrando que, por exemplo, no caso de Alegrete, a sociedade oitocentista foi formada por diversos grupos sociais, incluindo, em grande medida, negras e negros escravizados (FARINATTI, 2007; GARCIA, 2010).

A historiografia sobre a fronteira mais meridional do Brasil ainda se concentra em abordagens sobre o século XIX (LEIPNITZ, 2018; THOMPSON FLORES, 2014; MATHEUS, 2012; FARINATTI, 2007). Quando avançamos ao pós-abolição, ainda são

escassas as investigações sobre as experiências de trabalhadoras e trabalhadores negros, aqueles que estavam fora de fábricas, de movimentos organizados, de sindicatos. Aqueles os quais, ao longo de muito tempo, não figuraram as páginas da história pela suposta ausência de fontes documentais.

Nesse sentido, nas próximas páginas faço uma rápida discussão sobre a potencialidade das fontes hospitalares para a história do trabalho e do pós-abolição e depois apresento alguns dados detectados através do manejo de tal documentação.

O HOSPITAL COMO OBSERVATÓRIO POPULAR

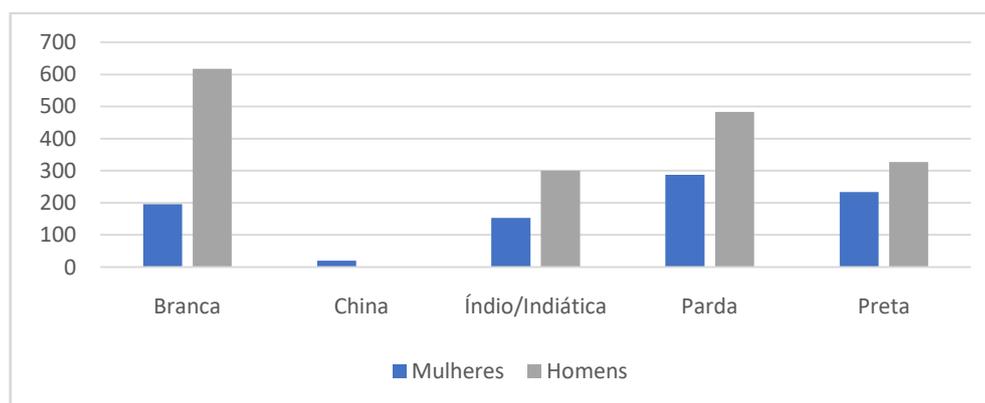
No clássico *Trabalho, lar e botequim*, Sidney Chalhoub toma o botequim como *observatório popular*. O autor percebeu que no cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*, o botequim era extremamente presente, sendo o local onde aconteciam muitas das rixas entre sujeitos pobres analisados por ele. “E mais do que isso, a referência à venda como ‘observatório popular’ sugere que este é um ponto privilegiado, uma espécie de janela aberta, para o estudo de padrões de comportamento dos homens pobres em questão” (CHALHOUB, 2012, p. 312). Tomo emprestada a expressão utilizada por Chalhoub⁴ para pensar os registros hospitalares que utilizo. Isso porque, na época, os hospitais de caridade foram criados e trabalhavam justamente no sentido de auxiliar e amparar os sujeitos mais pobres das cidades⁵. No entanto, observo elas e eles não a partir do conflito ou da solidariedade na mesa do boteco, mas pelas informações pessoais deixadas no momento do ingresso na instituição hospitalar.

Em um contexto de reestruturação das hierarquias sociais, onde elites políticas e econômicas tentavam enquadrar sujeitos pobres dentro do que entendiam como “bom trabalhador”, analisar o mundo do trabalho com recorte racial é de extrema relevância. Sendo assim, os registros hospitalares tornam-se uma boa opção de acesso e observação daquela sociedade, sendo um dos poucos registros que continuam anotando de forma regular a cor dos sujeitos, século XX adentro. Autoras e autores já testaram a partir de diferentes problemas de pesquisa: analisando a presença de negros nos corpos policiais de Porto Alegre/RS (FLORES, 2018); de trabalhadores menores de idade compondo o mercado de trabalho em Santa Maria/RS (BRUNHAUSER, 2018); saúde e cotidiano de mulheres pobres no ambiente urbano da mesma cidade (SANTOS, 2021); o perfil dos trabalhadores que contraíram tuberculose no início do século passado em Pelotas/RS (GIL, 2004); até

localizando ex-escravizados após a abolição em cidades do Recôncavo Baiano (FRAGA, 2014), entre outras tantas pesquisas.

Para esta investigação, entre os anos de 1890 e 1910, identifiquei o registro de 3.085 ingressos na instituição de saúde de Alegrete. Recortando e excluindo aqueles registros repetidos de uma mesma pessoa, restaram 2.663 nomes para a pesquisa. Deles, extrai os seguintes dados:

Figura 1: Sexo e cor nos registros hospitalares (1890-1910)



Fonte: Livro de registros de Entradas e Saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete / Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL).

A primeira questão a ser percebida é que existe uma discrepância entre o número de homens e mulheres presentes na fonte, elas representadas pela cor azul e eles pela cor cinza, no gráfico acima. Homens somam 1.750, enquanto as mulheres 907 registros. Ou seja, muito mais que o dobro de homens em relação as mulheres. Isso se deve ao fato de que naquele momento, o hospital não significava a mesma coisa para todo mundo. As pessoas, sobretudo os pobres, acostumados com outras práticas de cura às suas enfermidades, ainda desconfiavam da figura do médico e das práticas adotadas pela instituição no trato da saúde.

Mesmo aqueles que confiavam, as vezes desistiam no meio do caminho. É o que parece ser o caso do Maria Francisca, indiática, jornaleira, solteira e com 17 anos de idade, quando baixou o hospital em 26 de dezembro de 1892. Maria foi diagnosticada com sífilis. Mas, de acordo com o que consta no motivo de sua alta, fugiu da instituição um mês após ser internada, sem finalizar o tratamento⁶. Ou Felippa Ortiz e Francisco da Silva⁷, que abandonaram a instituição pouco tempo depois da internação, não ficando suas moléstias registradas, apenas que ambos eram negros, solteiros e brasileiros, ela com 21 e ele com 19 anos de idade.

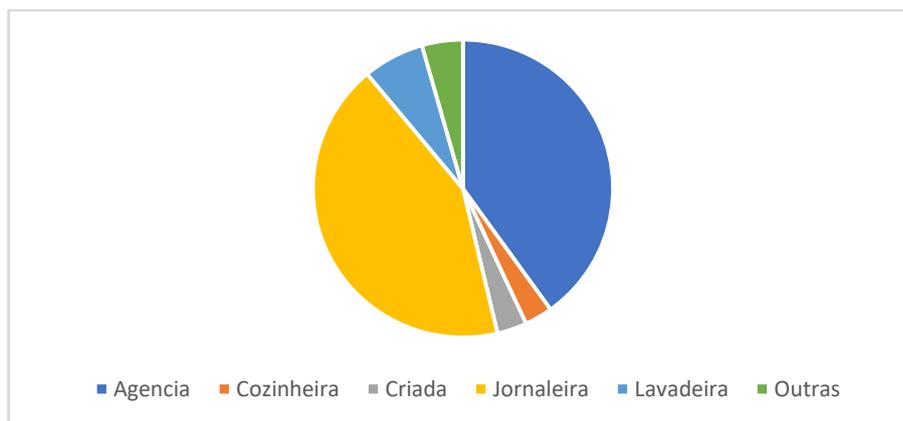
De acordo com Beatriz Weber (1999) o saber médico acompanhou outras práticas de cura, que muitas vezes eram preferidas pelas pessoas mais pobres ao invés do hospital. No que tange as mulheres, a medicina daquele período ainda não conhecia e nem dominava a saúde e o corpo feminino. Autoras como Gabriela dos Santos (2021) e Priscilla Almaleh (2017) explicam que questões como o corpo médico masculino e branco, a falta de conhecimento e a ideia de que as mulheres estavam reservadas ao ambiente privado, ao trabalho doméstico e cuidado dos filhos, contribuem para refletir sobre a baixa expressividade das mulheres nos hospitais.

Sobre as designações de cores do período, compreendo que elas definiam muito mais do que o tom epidérmico das pessoas – embora considere que seja um fator de extrema relevância no momento do registro e do cotidiano no geral – mas estavam imbuídas de perceber a realidade da vida dos indivíduos, suas posições sociais ocupadas em meio a sociedade racializada (FONSECA, 2009; MATTOS, 2013), e isso certamente ligava-se as ocupações laborais das pessoas. No que tange o encontrado na fonte, é possível perceber que a maioria dos indivíduos que passaram pela instituição não eram brancos. Considerando que 68,9%, ou seja, 1.806 registros estavam entre as designações de cor *china, preta, parda e índio/indiática*. Isso demonstra o quanto o hospital, mesmo atendendo majoritariamente as pessoas mais pobres, assistia a presença de trabalhadoras e trabalhadores não brancos em suas instalações. Sendo assim, tais registros, mesmo com falhas, assim como toda documentação histórica, são ricas e potentes fontes para investigar e refletir as experiências de trabalhadoras e trabalhadores no pós-abolição.

PARA ALÉM DA MOLÉSTIA

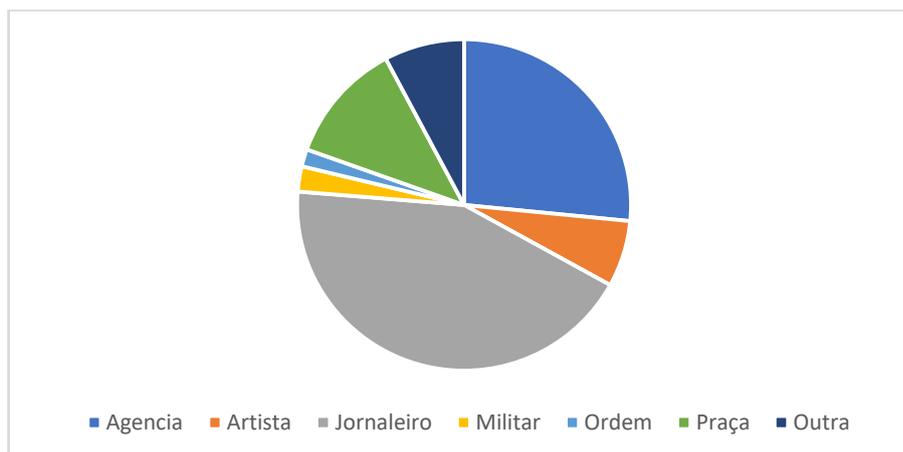
Para além da moléstia, os registros nos oferecem outras diversas informações sobre os indivíduos que pela instituição passaram. Mesmo que os dados anotados sobre cada um sejam representativos apenas do momento em que a pessoa estava no hospital, eles configuram informações relevantes para refletir sobre aquela sociedade. Para o objetivo deste texto, separei apenas os dados referentes as trabalhadoras e trabalhadores negros⁸. Assim, somaram 503 mulheres e 772 homens. Vejamos suas ocupações:

Figura 2: Ocupações das mulheres negras



Fonte: Livro de registros de Entradas e Saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete / Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL).

Figura 3: Ocupações dos homens negros



Fonte: Livro de registros de Entradas e Saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete / Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL).

Conforme os dados apresentados acima, fica evidente que tanto os homens, quanto as mulheres negras desenvolviam atividades ocupacionais sazonais, de baixa especialização e prestígio social. Ser jornaleiro ou agencia, significava trabalhar por jornadas ou agenciar o seu próprio tempo entre um serviço e outro. O que ao que tudo indica, representa um mercado de trabalho pouco diverso, o que é explicativo por conta da região – majoritariamente voltada para uma economia dos campos, sobretudo, envolvendo a pecuária. Mas também pode indicar um certo grau de autonomia daquelas e daqueles que, mesmo em meio a precariedade, preferiam desenvolver atividades laborais a seu tempo e de suas maneiras.

De qualquer maneira, observando separadamente as trabalhadoras e os trabalhadores, percebi que, para além das aproximações entre os números de agencias e jornaleiros, existem diferenças no restante das ocupações. Vejamos:

Entre os homens, 70% empregavam-se em agencia e jornaleiros, já entre as mulheres esse número era maior, representando 83% do total daquelas que declaram a forma de ganhar a vida. O restante dos homens se empregava, em grande número, nas forças responsáveis por manter a ordem pública⁹ (polícia, guarda, exército), representando 16% dos trabalhadores que indicaram sua ocupação, além daqueles 6% que eram *artistas*. Ao olhar para as trabalhadoras negras, a categoria artista – que representa aquele sujeito dedicados a atividades laborais com um certo nível de especialização (a exemplo dos ferreiros, carpinteiros, etc.) ou mantinha algum estabelecimento – nem aparece. Dando lugar aos trabalhos voltados para o ambiente doméstico, como lavadeiras, cozinheiras e criadas, que, juntas, representam 13% do total.

É provável que muitos daqueles jornaleiros e agencias, tanto entre as mulheres, quanto entre os homens, desenvolvessem atividades laborais no meio rural de Alegrete, visto que desde a fundação, o município concentrou sua economia nos campos. Mas muitas trabalhadoras e trabalhadores poderiam estar buscando no espaço urbano emergente, outras possibilidades de vida e trabalho, desenvolvendo também atividades sazonais, mas de outras ordens, como é o caso dos homens do serviço das forças policiais e militares, e das mulheres que trabalhavam na lida doméstica. Independentemente do local onde desenvolviam estas ocupações, trabalhadores e trabalhadoras negras estavam ocupando a cidade, o mercado de trabalho, subvertendo, em certa medida, o ordenamento social e a ideia de bom trabalhador imposta pelas elites políticas, intelectuais e econômicas do período. Entre uma atividade e outra, lançavam mão de estratégias de resistências, experienciando conflitos e também solidariedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das páginas anteriores, busquei demonstrar, mesmo que de forma breve, a potencialidade de um conjunto documental para a história social do pós-abolição e do trabalho. Através de alguns dados, foi possível perceber a diversidade de informações disponibilizadas por tal documentação. É claro que o cruzamento de fontes é essencial e sempre muito bem-vindo. Mas aqui optei por priorizar apenas as informações retiradas da documentação hospitalar, para conversar melhor com o objetivo proposto do presente texto. As ideias para novos olhares e reflexões, deixo a cargo da leitora e do leitor.

Assim como Geneveva, Maria e Nazário, outros tantos trabalhadores compartilharam experiências de conflitos, solidariedades e resistências. Suas ocupações socioprofissionais certamente não dizem tudo sobre eles, mas dizem muito sobre a estrutura social vigente em uma região periférica da República brasileira recém fundada e de um passado muito recente de escravização. Será sempre necessário investigarmos as histórias e experiências dos trabalhadores e trabalhadoras, negros e negras, do passado e do presente, elas nos contam não apenas as experiências particulares observadas pela redução da escala de análise na pesquisa, mas explicam a história social do país de forma mais abrangente.

País este, inclusive, construído *por mãos negras*.

NOTAS

¹ Livro de entrada e saída dos enfermos da Santa Casa de Caridade de Alegrete (1879/1923) / Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 753.

² Livro de entrada e saída dos enfermos da Santa Casa de Caridade de Alegrete (1879/1923) / Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 781.

³ Livro de entrada e saída dos enfermos da Santa Casa de Caridade de Alegrete (1879/1923) / Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 1007.

⁴ A expressão “observatório popular” é retirada por Sidney Chalhoub (2012) da alegação de um processo por ele utilizado.

⁵ Os hospitais de caridade, no Brasil, herdaram os modelos das antigas Misericórdias portuguesas de assistência. Eram locais que atendiam majoritariamente o povo pobre e, na maioria dos casos, eram geridos por ordens religiosas.

⁶ Livro de entrada e saída dos enfermos da Santa Casa de Caridade de Alegrete (1879/1923) / Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 1006.

⁷ Livro de entrada e saída dos enfermos da Santa Casa de Caridade de Alegrete (1879/1923) / Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 212, 213.

⁸ Registros referentes aqueles indivíduos que tiveram suas cores designadas como preta ou parda.

⁹ Sobre isso, indico ver os trabalhos de Claudia Mauch (2017) e Giane Flores (2018).

FONTES UTILIZADAS

Livro de Registros de entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete / Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete.

REFERÊNCIAS

ALMALEH, Priscila. *Estudo de gênero no período pós-emancipação a partir dos Registros de Matrícula da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1889-1895)*. HISTÓRIA UNICAP, v. 3, p. 294, 2016.

BRUNHAUSER, Felipe Farret. *Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917 – 1921)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, p. 83, 2018.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FLORES, Giane. *Sob a farda da polícia: Controle social, trabalho, cor e prestígio (Porto Alegre, fins do século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, p. 214, 2018

FONSECA, Marcus V. *Apontamentos para uma problematização das formas de classificação racial dos negros no século XIX*. Revista de Educação Pública (UFMT), v. 18, p. 201-221, 2009.

FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014.

GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, trabalho e propriedade: A estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 208, 2010.

LEIPINITZ, GinterTlajja. *Vida Independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do brasil (C. 1884 – C. 1920)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 285, 2016.

MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MAUCH, Claudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

NASCIMENTO, Álvaro. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”:* contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, nº 59, setembro-dezembro, 2016.

SANTOS, Gabriela. *Desabusadas e levadas ao diabo: mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903-1918)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

THOMPSON FLORES, Mariana. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

3.2

“DEIXO À MINHA AFILHADA”: PARENTESCO ESPIRITUAL E LEGADOS TESTAMENTÁRIOS EM RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (C. 1780 – C. 1800)

Rachel dos Santos Marques

Resumo: Estudos sobre parentesco espiritual no Brasil escravista seguidamente apontam como hipótese para a escolha de padrinhos e madrinhas a expectativa de recebimento de vantagens materiais. Pouco se verificou se tais expectativas se concretizaram. Este trabalho busca contribuir com esse debate, analisando testamentos, inventários e registros de batismo da localidade de Rio Grande de São Pedro nas últimas duas décadas do século XVIII. Observou-se que a maior parte dos testadores não deixaram legados a parentes espirituais. Ainda assim, pode-se pensar na existência de expectativas de ganhos materiais, ainda que poucas vezes efetivadas, a partir de alguns indícios encontrados. Além disso, os documentos apontam para a existência de relações duradouras e cotidianas entre padrinhos e madrinhas e alguns de seus afilhados, ainda que não todos.

Palavras-chave: parentesco espiritual – testamento – história social

Há pelo menos quatro décadas as relações sociais estabelecidas por meio do batismo (amadrinhamento, apadrinhamento, comadrio e compadrio) são estudadas por historiadoras e historiadores que buscam entender a sociedade formada no que se pode chamar de Brasil escravista. Houve muitas abordagens, e uma variedade ainda maior de resultados possíveis, revelando a dificuldade de estabelecimento de um padrão em tais relações. Ao mesmo tempo, parece haver um esgotamento das possibilidades de estudo da temática com a utilização isolada dos registros de batismo, sendo necessário uso de outros *corpora* documentais, para que novos elementos possam ser percebidos.

Dentre as questões que podem ser revistas a partir do cruzamento de fontes distintas estão algumas hipóteses frequentemente apresentadas a respeito das motivações para a escolha de padrinhos e madrinhas. Como mostrarei adiante, muitos textos apontam como possíveis explicações a expectativa de recebimento de vantagens materiais, a busca de ascensão social, a possibilidade de recebimento de legados testamentários e, especificamente no caso de pessoas escravizadas, a expectativa do alcance da liberdade.

Ainda que sejam considerações importantes e válidas enquanto hipóteses, salvo importantes exceções, dificilmente foram apresentadas evidências que as suportem. Este texto tem por objetivo confrontar determinadas afirmações presentes na literatura historiográfica e antropológica a respeito dos engajamentos materiais de padrinhos e madrinhas com dados empíricos provenientes do estudo da vila de Rio Grande de São Pedro nas duas últimas décadas do século XVIII. São observados testamentos, inventários, cartas de alforria e registros de batismo. Por meio do cruzamento nominal pode-se perceber quantos afilhados, comadres e compadres alguns dos testadores ou testadoras possuíam e, dentre esses, quantos – e quais deles – eram lembrados, seja com legados, seja com a liberdade. Ainda, por meio dos registros das alforrias pode-se observar quantas vezes há menção de pagamento por padrinhos ou madrinhas.

Neste texto utilizarei a expressão *parentesco espiritual* para me referir às relações sociais formadas a partir do batismo, uma vez que esse era o termo oficialmente reconhecido pela Igreja Católica. É importante frisar que se trata de parentesco espiritual, e não fictício ou ritual, termos que podem ter outras acepções. Trata-se de relações de *amadrinhamento* ou *apadrinhamento*, formadas entre a pessoa que é batizada e sua madrinha ou seu padrinho, conforme o caso; e relações de *comadrio* ou *compadrio*, formadas entre a mãe e o pai da pessoa batizada, de um lado, e seu padrinho ou madrinha, de outro. De acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, trata-se efetivamente da formação de parentesco, com os impedimentos matrimoniais decorrentes (VIDE, 2007, p. 153). Questiono até que ponto essa concepção formal católica era incorporada pelos diferentes atores sociais que utilizavam esses laços, porém, por não se tratar do foco do presente texto, e diante do fato de que se tratava de uma nomenclatura oficial, seguirei utilizando o termo *parentesco espiritual*. Além disso, não tomarei posições apriorísticas a respeito de quais os *significados* ou *funções* do parentesco espiritual, ainda que o presente texto possa apresentar elementos para se pensar ambas as questões.

PRESSUPOSTOS HISTORIOGRÁFICOS: ESCOLHA DE PADRINHOS E MADRINHAS VISANDO VANTAGENS MATERIAIS

Diversos trabalhos afirmaram a relação entre a escolha de madrinhas e padrinhos e a busca de vantagens materiais, ou, no caso específico das pessoas escravizadas, visando a aquisição (ou aproximação) da liberdade. O primeiro texto a ser comentado não faz um estudo especificamente do parentesco espiritual, porém trata do compadrio como mais um aspecto de sua análise, e é referência constante em muitos trabalhos que efetivamente estudam o tema. Trata-se do livro de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata* (1969). Nele, a autora afirma que "não apenas o padrinho era obrigado a tomar o lugar do pai, sempre que necessário, mas tinha que ajudar seu afilhado em várias ocasiões" (p. 80). Essa é uma concepção contemporânea a respeito da obrigação de padrinhos e madrinhas de "criarem" o afilhado ou afilhada em caso de orfandade. Diversos trabalhos da antropologia já colocaram em xeque essa visão, ao demonstrarem que, embora essa suposta obrigação seja constantemente repetida pelos informantes, os tutores de órfãos dificilmente eram pais e mães espirituais, seja no século XX, seja nos dois séculos anteriores (FINE, 1994, p. 50). Com relação ao Brasil escravista, tal afirmação ainda carece de sustentação empírica, inclusive com relação à existência desse elemento puramente como expectativa.

Franco também afirma a obrigação de padrinhos (às vezes madrinhas) beneficiarem seus afilhados e afilhadas do ponto de vista material, dentro de uma lógica de "relação de dependência":

[...] Quando os ricos e influentes tomaram sobre si as obrigações decorrentes do batismo de parentes pobres, as promessas religiosas são interpretadas no sentido de encaminhar a criança na vida. Como naturalmente o padrinho deseja cumprir sua promessa com a menor despesa possível, o que de melhor pode fazer senão prover o jovem, tão logo tenha idade adequada, com um emprêgo público? [...] Para que se tenha presente o quanto êsse recurso foi explorado, basta lembrar o significado que "apadrinhar" adquiriu na vida pública e o suporte político representado pelos "afilhados". Ampliando-se as trocas do compadrio para situações sociais, compreende-se como deriva dêle tôda uma intrincada rêde de dívidas e obrigações, infindáveis porque sempre renovadas em cada uma de suas amortizações, num processo que se regenera em cada um dos momentos em que se consome. (FRANCO, 1969, p. 80-82).

Novamente, trata-se de uma concepção própria da primeira metade do século XX, misturando as acepções coloquiais do termo "apadrinhar", normalmente relacionadas à política, com as relações efetivamente formadas a partir do ritual do batismo. Entendo que as relações entre uma coisa e outra são um elemento importante para se pensar o tema, e podem ser reveladoras, mas também penso que não se pode supor um uso tão utilitarista e calculado do parentesco espiritual ao longo dos últimos séculos, em especial sem uma verificação.

De forma menos específica, Donald Ramos (1972) afirma textualmente que o parentesco espiritual poderia ser utilizado como um "mecanismo de mobilidade social" (p. 242), comentando casos nos quais pais teriam ligado seus filhos a padrinhos e madrinhas de "um estrato social superior", pessoas que poderiam "ajudar materialmente tanto a criança como seus pais" (p. 243). Porém, também nesse caso trata-se ainda de uma suposição.

Especificamente com relação à população escravizada, o primeiro texto de que tive conhecimento a afirmar a relação entre apadrinhamento e alforria foi o *Ser escravo no Brasil*, de Kátia Mattoso (1982). Tratando especificamente da escolha de pessoas alforriadas para o parentesco espiritual, afirma a "incessante preocupação dos escravos alforriados de favorecer seus afilhados, sobretudo se estes permanecem 'no cativo' e um legado em dinheiro pode contribuir à compra de sua liberdade" (p. 133).

Também afirma categoricamente a existência de obrigações materiais em vida: "O padrinho tem obrigação de dar assistência ao afilhado: ajuda espiritual, sem dúvida, mas também material, e são raros no Brasil os padrinhos que não levam a sério suas responsabilidades." (p. 132). Todas essas afirmações foram feitas pela autora sem a apresentação de qualquer embasamento, seja empírico, seja teórico.

Obrigações materiais de padrinhos e madrinhas para com seus afilhados e afilhadas também são citadas por Stuart Schwartz (1988), que sugere, de forma mais estrita, a obrigação dos padrinhos arcarem com os custos monetários do batizado, embora não tenha citado a fonte dessa informação. Também sugere "a escolha de uma pessoa livre como padrinho na esperança de que ela compraria a liberdade da criança", relatando que isso "às vezes acontecia" (grifo meu, p. 332). Como fonte da informação, cita um comentário de Koster, e debate brevemente as possíveis diferenças entre expectativa e realidade.

Esse é um elemento importante, que aparece com frequência em trabalhos da área da antropologia que, ao longo do século XX, estudaram o parentesco espiritual entre populações latino-americanas. Já em 1967, George Foster observou uma

grande diferença entre conduta ideal e conduta real do compadrio, afirmando que "possivelmente em nenhuma outra das áreas culturais de Tzintzuntzan a distância entre a conduta ideal e a real é tão grande" (tradução livre, p. 84).

Historiadores também questionaram o enfoque na questão material, valorizando mais a formação de laços por outros motivos. Maria de Fátima Neves (1990) apresenta outras hipóteses que também poderiam explicar a escolha de padrinhos livres para os filhos de mães escravizadas, por exemplo. Isso poderia estar associado ao "desejo do escravo em se ver 'parente espiritual' de alguém mais que um escravo, ao nível social, do que vislumbrar possibilidades de regalias ao contrair dito parentesco." (p. 240).

Diversos outros trabalhos discutiram a relação entre apa/amadrinhamento e benefícios materiais.¹ Porém, pouco se avançou para além da formulação de hipóteses, uma vez que a maior parte desses trabalhos estuda as escolhas de pessoas para atuar como padrinhos e madrinhas registradas nos assentos paroquiais de batismo. Dessa forma, não há, realmente, meios para se testar essas hipóteses, ainda mais se o enfoque do trabalho não for esse. Diante disso, apresento um primeiro experimento de teste de hipóteses sobre esse tema. Utilizando materiais já levantados para pesquisas anteriores, pretendo observar indícios que possam informar novas perguntas e estratégias de pesquisa para um aprofundamento desse debate, seja por mim, seja por outros pesquisadores.

PARENTESCO ESPIRITUAL E LEGADOS TESTAMENTÁRIOS NA VILA DE RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

Inicialmente, busquei observar instâncias em que relações de apadrinhamento e de amadrinhamento estão associadas a legados testamentários. Para isso utilizei registros de batismo, testamentos e cartas de alforria relacionados à vila de Rio Grande de São Pedro nas duas últimas décadas do século XVIII. Nesse período, a localidade estava se reestruturando após uma década sob ocupação espanhola, passando a receber o aporte populacional de diversas outras localidades, incluindo Viamão e Porto Alegre. Por esse motivo, consulte também os registros paroquiais da própria vila antes do período da tomada, e das localidades de Estreito, Viamão e Porto Alegre.

Testamentos são documentos que informam a *última vontade* de seus autores, ou seja, seus desejos e determinações em caso de falecimento, e são bastante ricos qualitativamente. Infelizmente, não são documentos muito

disseminados: em trabalho anterior observei que, dos 1.057 adultos livres falecidos entre 1776 e 1800 na Freguesia do Rio Grande de São Pedro, apenas 58 fizeram testamento, de acordo com os párocos que registravam os óbitos (MARQUES, 2018, p. 151). De qualquer forma, na ausência de outras fontes, como diários, são alguns dos mais ricos documentos em termos de informações provenientes dos próprios atores sociais.

Utilizei para o presente texto 76 testamentos escritos entre 1772 e 1806. O ano considerado foi aquele da escrita do testamento, e não do falecimento do ou da testadora. Dentre esses, 59 foram escritos por homens e 17 por mulheres; com relação ao estado matrimonial dessas pessoas, 34 eram casados(as), 27 solteiros(as), onze viúvos(as), três eram religiosos e em um caso não foi possível saber. Em 40 casos o testador ou testadora tinha herdeiros forçados, fossem eles seus filhos (maior parte dos casos) ou seus pais, o que significa que podiam dispor apenas da terça parte dos bens, fosse para legados pios (missas por sua alma, entre outros), fosse para deixar aos vivos. Já 36 pessoas, não tendo herdeiros forçados, dispuseram da totalidade de seus bens.

Apenas 19 testamentos fazem referência, de alguma forma, ao parentesco espiritual, ou seja, neles constam os termos "compadre", "comadre", "afilhado" ou "afilhada". Nessa primeira aproximação, me restringi aos casos explícitos. Um próximo passo da pesquisa será verificar, a partir dos nomes citados, se algum deles era parente espiritual do testador, ainda que nenhum dos termos tenha sido usado.

Para além da simples referência, observei quantos legaram heranças a pessoas com quem tinham parentesco espiritual. Apenas uma pessoa deixou um legado a uma comadre: Francisco Correia Pinto lembrou das comadres Joana Lima do Nascimento e "Antônia viúva que ficou de meu compadre João Pais Domingues", que deveriam receber 50 mil réis cada uma. Porém, elas foram nomeadas para serem incluídas entre "15 viúvas pobres e honestas deste Continente" a receber o valor referido. Dos inventários estudados por mim anteriormente, o de Francisco Correia Pinto representava o maior monte-mor dentre os 86 investigados, importando em 7.758 libras ou 27.614\$990 réis. Assim, além de ter um valor mais robusto a dispor, outras treze mulheres receberam o mesmo valor que as duas comadres, mesmo sem serem suas "parentes espirituais".

Já a referência a afilhados ou afilhadas é um pouco mais frequente: ocorreu em onze dos 76 testamentos. Com um conjunto tão pequeno, não é possível observar se há diferenças na propensão de citar afilhados no testamento com relação a gênero, estado matrimonial, ou existência de herdeiros forçados.

Ainda assim, chama a atenção tanto a efetiva existência de legados a afilhados, como sua baixa proporção com relação ao total. Pode-se aventar a hipótese de que essas pessoas não tinham afilhados. De fato, encontrei apenas 41 testadores no papel de madrinha ou padrinho, nas localidades de Rio Grande, Estreito, Viamão e/ou Porto Alegre na segunda metade do século XVIII. Provavelmente esse número é menor do que o real, já que só considerei os casos em que apareciam nomes completos e nos quais era possível averiguar com um bom grau de certeza que se tratava do testador ou da testadora. É relevante aqui o fato de que, das 35 pessoas que não foram identificadas como padrinhos ou madrinhas, quatro citam afilhados(as) no testamento. Dos que tiveram afilhados identificados, 23 tinham entre 1 e 5 afilhados, e 5 testadores tinham de 6 a 9 afilhados. Já os que tinham dez ou mais aparecem no quadro abaixo:

Quadro 1 – Relação de testamentos e parentesco espiritual (Vila de Rio Grande de São Pedro, 1772-1806)

Testador	Referência a parentesco espiritual	Legados a afilhados(as)	Quantidade de afilhados(as)
Francisco Coelho Osório	não	não	29
Francisco Correia Pinto	sim	sim	29
Inês de Santo Antônio	não	não	29
José de Brum da Silveira	não	não	25
Vasco Pinto Bandeira	sim	sim	25
Manuel da Costa de Carvalho	sim	não	22
Joaquim Manuel da Trindade	sim	sim	21
José Vieira da Cunha	não	não	18
Manuel Lucas	não	não	16
Antônio Pereira da Silva	não	não	15
Caetana Maria	não	não	14
Domingos Gonçalves Chaves	não	não	13
Manuel Antônio de Araújo	não	não	11

Fonte: ADPRG. **2º a 4º Livros de Óbitos de Rio Grande**. ADPRG. Livros de Batismo da Freguesia de São Pedro do Rio Grande: livros 5 a 8. APERS. **Execuções de Testamento** (Caixas 004.0217 e 005.0670).

Diante das expectativas da historiografia, chama a atenção que pessoas com tantos afilhados não tenham lembrado de nenhum deles em suas vontades últimas. Pode-se argumentar que não tinham muito o que legar. É possível, já que por meio dos testamentos é muito difícil conhecer o padrão de riqueza, uma vez que, mesmo

no caso dos testamentos que apresentam descrição de bens, os mesmos ainda não foram avaliados.

Assim, só posso tecer considerações a respeito dos 17 testadores para os quais encontrei inventário, cujos valores dos montes-mores variaram entre 181\$740 réis (52 libras) e 27.614\$990 réis (7.758 libras). Dentre os sete inventariados cujo monte-mor é maior do que dois mil réis (três deles com mais de 10 contos de réis), quatro deixaram legados a parentes espirituais. Já entre os dez inventários que reportam valores totais menores do que dois mil réis, apenas um deixou legados a afilhados. Não é possível tirar conclusões definitivas a partir destes poucos dados; ainda assim, isso parece indicar que riqueza podia ser um fator necessário, porém não suficiente, para que afilhados(as) fossem lembrados em testamento.

O fato de determinados afilhados não serem citados no testamento de seus padrinhos e madrinhas não significa que não tenham havido outras dádivas ao longo da vida, como presentes e auxílios. De qualquer forma, essa disparidade pode ser entendida como indício de que nem todos os afilhados eram considerados da mesma maneira. Portanto, ainda que pais e mães pudessem ter em vista a aquisição de benefícios materiais ao convidar determinada pessoa para a pia batismal, isso não significa que essa expectativa se cumpriria.

Outra possível expectativa que nem sempre se cumpria tem a ver com as alforrias. Entre 1781 e 1800, identifiquei 42 crianças alforriadas no momento do batismo. Nesses casos, geralmente o assento apresenta uma justificativa, que na maior parte das vezes pode ser resumida como “por ser vontade do senhor”. Essa formulação pode esconder situações não reveladas no registro, mas contrasta com outras mais detalhadas. Nesses casos, em cinco ocasiões foi explicitado que a alforria tinha sido paga pelo padrinho, ou era dada “em atenção” ao padrinho (ADPRG. Livros de Batismo da Freguesia de São Pedro do Rio Grande: livros 5 a 8). As 157 cartas de alforria registradas entre 1766 e 1800 referentes à localidade de Rio Grande fazem referência à ação de um padrinho ou madrinha na compra da alforria apenas cinco vezes (MOREIRA, 2007).

Tanto os poucos legados testamentários como as poucas alforrias vinculadas ao parentesco espiritual são indícios que ajudam a matizar a ideia de benefícios materiais como elemento central nesse tipo de relação. Por outro lado, a existência de alguns legados e de algumas alforrias é elemento que poderia informar as expectativas – mesmo que nem sempre ou dificilmente concretizadas – dos atores sociais ao convidar pessoas para a pia batismal. Ao mesmo tempo, os dados aqui levantados se referem a momentos muito específicos e centrais na vida das

peças às quais os documentos se referem. A ausência de referência ao parentesco espiritual nessas fontes não implica em ausência de auxílios, materiais ou não, de padrinhos e madrinhas a suas afilhadas e afilhados ao longo da vida. Acredito que os dados aqui trazidos indicam a complexidade do tema, e trazem elementos para fomentar pesquisas futuras que o analisem utilizando cruzamento de fontes para além dos registros paroquiais de batismo.

NOTAS

¹Além dos comentados, trazem elementos para essa discussão: OLIVEIRA, 1996; ROCHA, 1999; BRÜGGER, 2003; SILVA, 2004; HAMEISTER, 2006; SOUZA, 2006; ROCHA, 2009; SOARES, 2010; FARIA, 1998; MAIA, 2010; FARIA, 2013; GALDINO, 2013; GONÇALVES, 2014; DEBORTOLI, 2018.

FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS

ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE. Livros de Batismo da Freguesia de São Pedro do Rio Grande: livros 1 a 8.

ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE. Livros de Batismo da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Estreito: livro 1.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Comarca de Santa Catarina, Rio Grande, Processos de Execuções de Testamento, Caixas 004.0217 e 005.0670.

NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio. *Resgate de Fontes Paroquiais: Porto Alegre e Viamão, século XVIII*.

REFERÊNCIAS

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Padrinhos de muitos afilhados: um estudo do significado do compadrio em São João del Rei, séculos XVIII e XIX*. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 22., 2003. Anais [...]

DEBORTOLI, Gabrielli. *Africanos em Desterro: sociabilidade e práticas religiosas de libertos na ilha de Santa Catarina*. 2018. Dissertação (Mestrado) - UFRGS, Porto Alegre, 2018.

- FARIA, Rosani. *Criar laços para viver juntos: a constituição de famílias entre os escravos de Vitória, 1850-1871*. 2013. Dissertação (Mestrado) - UFES, Vitória, 2013.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FINE, Agnès. *Parrains, marraines: la parenté spirituelle en Europe*. Paris: Fayard, 1994.
- FOSTER, George M. *Tzintzuntzan: Mexican peasants in a changing world*. Boston: 1967.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- GALDINO, Maria Rakel Amancio. *Mulheres escravas e forras na Ribeira do Acaraú (1750-1788)*. 2013. Dissertação (Mestrado) - UFC, 2013.
- GONÇALVES, Victor Santos. *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888)*. 2014. Dissertação (Mestrado) - UFBA, 2014.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da vila do Rio Grande através dos registros batismais (c.1738-c.1763)*. 2006. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750)*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, p. 36-54, 2010.
- MARQUES, Rachel dos Santos. *Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776-c. 1800)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NEVES, Maria de Fátima R. *Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX*. In: História e população: estudos sobre a América Latina. 1990. p. 237-243.
- OLIVEIRA, Maria Inês. *Viver e morrer no meio dos seus*. Revista USP, São Paulo, n. 28, dezembro, jan. / fev. 1995, 1996.
- RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726*. University of Florida, 1972.
- ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX*. 1999. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, Campinas, 1999.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. 2009. Tese (Doutorado) - Unesp, 2009.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Denize Aparecida da. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. 2004. Dissertação (Mestrado) - UFPR, Curitiba, 2004.

SOARES, Eliane Cristina Lopes. *Família, compadrio e relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)*. 2010. Tese (Doutorado) - PUC-SP, São Paulo, 2010.

SOUZA, Sonia Maria de. *Parentesco e relações familiares na sociedade camponesa*. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Carvalho de (Org.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

3.3

CRIMES SOBRE O CONVÉS: O USO DE PROCESSOS CRIMINAIS PARA O ESTUDO DA ESCRAVIDÃO MARÍTIMA (RIO GRANDE, 1873-1886)

Douglas Reisdorfer

Resumo: Este trabalho pretende explorar o uso de processos criminais como fonte para o estudo da escravidão marítima. Para realizar esta reflexão, utilizaremos, como estudo de caso, autos criminais ocorridos em Rio Grande, entre os anos de 1873 e 1886. Nossa intenção é apresentar alguns caminhos que podem contribuir para o avançar da discussão. Ao apresentar a documentação escolhida, também desejamos analisar alguns aspectos do mundo dos marítimos, como a resistência que impunham à escravidão e à hierarquia naval, por exemplo. Entendemos o conceito de resistência na esteira da história social da escravidão, abarcando, portanto, tanto as formas mais rupturais de resistir quanto as mais cotidianas. Já para o uso de autos criminais, por sua vez, valemo-nos da abordagem indiciária, consagrada nas reflexões de Carlo Ginzburg e empregadas por diferentes autores brasileiros no estudo da escravidão. Assim, procuraremos demonstrar que os processos criminais têm grande potencial para o exame da escravidão marítima.

Palavras-chave: escravidão – marinheiros – crime

INTRODUÇÃO

A história dos trabalhadores do mar é um objeto de estudos muito promissor. Nos séculos XVIII e XIX, os marinheiros eram trabalhadores cuja faina ligava diferentes etapas do processo produtivo, percorrendo continentes, mares e oceanos (LINEBAUGH, 1983; LINEBAUGH; REDIKER, 2008). O transporte de mercadorias, pessoas e informações os fazia viajar por grandes distâncias, colocando-os em contato com culturas de além-mar. Tal mobilidade tornava o navio um espaço de trocas: nele, constituiu-se a cultura de um grupo profissional diverso, formado por sujeitos de diferentes camadas sociais, religiosidades, etnicidades, nacionalidades e condições jurídicas (RODRIGUES, 2005). Explorados pelo comando naval, os marinheiros resistiam: amotinavam-se, revoltavam-se, cruzavam os braços, cometiam crimes contra os oficiais embarcados. Seus contemporâneos os viam como transgressores por excelência, prontos a cometer barulhos e algazarras.

Eram rebeldes, ébrios, indisciplinados – ao menos na perspectiva dos que procuravam impor-lhes a disciplina. No Brasil, país marcado pela escravidão, muitos marujos eram cativos. Sujeitos à dominação senhorial e às violências do mundo do mar, o crime era uma das formas de oporem-se aos ditames dos senhores e dos oficiais embarcados. Não por acaso, muitos autos criminais têm como réu ou vítima escravizados-marinheiros, envolvidos em situações de conflito a bordo ou em terra (OLIVEIRA, 2013; REISDORFER, 2021b).

Este trabalho pretende explorar o uso de processos criminais como fonte para o estudo da escravidão marítima. Embora algumas pesquisas já os tenham utilizado para investigar o universo social dos trabalhadores marítimos, ainda há muito para ser feito.¹ Para realizar esta reflexão, utilizaremos, como estudo de caso, autos criminais ocorridos em Rio Grande, entre os anos de 1873 e 1886. Não pretendemos esgotar as possibilidades que a documentação criminal oferece para a análise do mundo social e cultural dos marinheiros escravizados; nossa intenção é apresentar alguns caminhos que podem contribuir para o aprofundamento da discussão. Ao apresentar a documentação escolhida, também desejamos analisar algumas características do mundo dos marítimos, como as cisões no interior da cultura marítima, a resistência que impunham à escravidão e à hierarquia naval e o sentido do desembarque para aqueles sujeitos. Partimos do entendimento de que resistir significava muito mais do que só o enfrentamento radical ao sistema escravista e à hierarquia naval; era também ato cotidiano, tecido no dia-a-dia da escravidão através de diferentes alternativas que iam da constituição da família até a manutenção da religiosidade africana (MOREIRA, 2006; REIS; SILVA, 1989). Para o exame dos autos criminais, por sua vez, valemo-nos principalmente da abordagem indiciária, consagrada nas reflexões de Carlo Ginzburg (1989) e empregada por diferentes autores brasileiros que utilizaram este tipo de fonte no estudo da escravidão. Assim, procuraremos demonstrar a potencialidade de tal documentação para a análise da escravidão marítima.

TRANSGRESSORES, ÉBRIOS, INSURRETOS: A ESCRAVIDÃO MARÍTIMA ATRAVÉS DOS AUTOS CRIMINAIS

A vida dos marujos era atravessada por muitas dificuldades. As viagens de um continente a outro os colocavam sob muitos riscos. Tempestades que ameaçavam a embarcação, calmarias que alongavam a duração do percurso e doenças² diversas eram alguns dos perigos com os quais os homens do mar se defrontavam. De causas humanas e sociais, por outro lado, havia as péssimas condições de trabalho: sua extenuante jornada, a má alimentação, a péssima qualidade da água, os castigos e as violências. Daí se afirmar que dois conflitos principais marcavam a vida daqueles trabalhadores: do ser humano contra a natureza, com todas as suas intempéries; e dos marinheiros contra a hierarquia naval (RODRIGUES, 2005). Havia, portanto, um antagonismo de classe: ele opunha os trabalhadores braçais aos oficiais que bradavam ordens e comandos sobre o convés. Mas essas não eram as únicas características da vida dos marítimos. O grupo profissional sobre o qual nos debruçamos elaborou uma cultura particular.³ Como já pontuamos, para além da mobilidade e dos sofrimentos, os marinheiros eram muito diversos. As tripulações eram formadas por sujeitos de diferentes nacionalidades, religiosidades, grupos étnicos. Eram escravizados, livres e libertos; eram portugueses, brasileiros, africanos, ingleses, franceses. Mas eram homens: o gênero constituiu o elemento de unidade da cultura marítima (RODRIGUES, 2005).

Assim como em outros espaços, a escravidão era muito presente nas embarcações brasileiras.⁴ Em Rio Grande, não era diferente.⁵ Ainda, os homens que labutavam sobre o convés não aceitavam facilmente as ordens de seus senhores e/ou comandantes. Os marítimos – livres e escravizados – tinham seu próprio entendimento sobre o que consideravam condições de trabalho aceitáveis. Para se oporem às arbitrariedades do comando naval, manejaram diferentes formas de resistência. Como podemos investigá-las? Como descobrir mais sobre o dia-a-dia de trabalho dos marinheiros, sobre as relações de poder às quais estavam submetidos, sobre as fraturas que atravessavam sua solidariedade de classe? Com qual fonte é possível analisar as características das tripulações, sua nacionalidade, seu perfil etário ou sua composição étnica?

Para fazê-lo, temos algumas alternativas. Neste texto, procuraremos explorar uma das “portas de acesso” ao mundo dos marinheiros, a saber, os

vestígios deixados pela criminalidade.⁶O uso de processos-crime para o estudo da escravidão não é inédito. Autores como Chalhoub (1990), Lara (1988), Machado (2018) e Wissenbach (1998) já os empregaram para conhecer os mundos do cativo e da liberdade. Há boas razões para isso. Na historiografia da escravidão, os documentos jurídicos são utilizados com a finalidade de se obter indícios dos mundos social e cultural de escravizados e libertos.⁷ Isso é possível porque, no momento de investigar e julgar um réu, as autoridades adentravam a vida dos trabalhadores. Interrogando as partes e testemunhas, deixaram nos autos uma série de informações que, se não interessavam para a investigação, são muito valiosas para o historiador do presente (WISSENBACH, 1998).

O mundo jurídico, no entanto, apresenta alguns riscos. Em se tratando de documentação cujo objetivo era julgar e punir o culpado de um acontecimento, a tentação de descobrir a “verdade do que se passou” é um perigo constante. Além disso, a linguagem jurídica coloca algumas dificuldades, filtrando a oralidade das partes e testemunhas (ROSEMBERG; SOUZA, 2009). Uma abordagem possibilita lidar com estes problemas, tornando o uso da documentação criminal bastante proveitoso para os historiadores. Trata-se, aqui, da abordagem “indiciária”, proposta por Carlo Ginzburg (1989). De acordo com o autor, o “paradigma indiciário” emerge nas ciências humanas a partir do final do século XIX. Essa metodologia analisa seus objetos de estudo por meio de seus rastros e indícios marginais – insignificantes e involuntários e, por isso mesmo, bastante reveladores. No caso dos processos-crime, tal raciocínio é muito pertinente. Para seu exame, portanto, é importante observar os depoimentos, as versões que se repetem ao longo dos autos, as contradições e mudanças nos relatos das testemunhas, aquilo que se encontra implícito e/ou subentendido (CHALHOUB, 2012).

Vejamos, então, sua validade para a análise da escravidão marítima. A composição étnica, nacional e social das tripulações pode ser conhecida por diversas fontes. Entre elas, destacam-se os registros de matrículas, pelos quais é possível conhecer os tripulantes não só do ponto de vista social como também de uma ótica profissional, possibilitando observar os cargos e ofícios presentes sobre o convés.⁸Tal documentação não se encontra disponível para o caso do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2013, p. 87). Assim, uma alternativa para conhecermos os trabalhadores dos navios desta província são os processos criminais. De que maneira? Quando um crime acontecia a bordo de uma embarcação ou envolvia seus integrantes, era comum que as testemunhas fossem justamente os marinheiros do

navio. Evidentemente, não são todos os tripulantes que depõem em um processo, mas é possível conhecer bastante sobre os marujos de um navio recorrendo-se à documentação judicial.

Em outro trabalho, analisamos a tripulação de um navio utilizando apenas um processo criminal. O documento foi instaurado para julgar um conflito ocorrido ainda em alto mar. No dia 18 de agosto de 1873, Anastácio, marinheiro escravizado, feriu o contramestre⁹ da embarcação em que era marujo, o brigue *Sublime*. Depois de sofrer algumas “lambadas”, o africano defendeu-se com uma faca que tinha à mão, acertando o oficial. Para testemunhar sobre o fato, foram convocadas algumas testemunhas, em sua maioria tripulantes da embarcação (REISDORFER, 2021b). Podemos extrair informações como a origem dos trabalhadores, sua idade, sua função dentro do navio, moradia e estado (solteiro ou casado):

Tabela 1: Tripulantes do brigue *Sublime*

Nomes	Função no processo	Idade	Estado civil	Profissão	Lugar de origem	Moradia
Anastácio	Réu	40	Solteiro	Marinheiro	Nação mina	Mora a bordo
José Alves Vianna	Vítima	36	Casado	Contramestre	Portugal	Mora a bordo
Elísio da Costa	Testemunha	31	Solteiro	Marinheiro	Portugal	Mora a bordo
Antônio José Francisco	Testemunha	28	Solteiro	Marinheiro	Portugal	Mora a bordo
Antônio da Costa	Testemunha	28	Solteiro	Marinheiro	Portugal	Mora a bordo
Elídio Francisco de Campos	Testemunha	24	Solteiro	Marinheiro	Portugal	Mora a bordo
Joaquim Pereira	Testemunha	20	Casado	Cozinheiro	Luanda	Mora a bordo

Fonte: APERS, Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 303, 1873.

Dos sete tripulantes sobre os quais temos informações, cinco são portugueses e dois são africanos. Destes, somente Anastácio, o réu, é escravizado. A profissão também é um dado pertinente. Por meio dela, podemos conhecer um

pouco sobre a hierarquia das embarcações. Nesse caso, não temos informações sobre outras funções, mas podemos ver que havia ao menos cinco marujos e um cozinheiro. Tudo isso está de acordo com o que a bibliografia aponta: a forte presença dos lusitanos e dos africanos entre a força de trabalho marítima (RODRIGUES, 2005). O estado civil e o lugar de moradia, por sua vez, levantam alguns questionamentos. Não temos condições de respondê-los no presente texto, contudo, vale colocá-los para discussão. Todos os marujos alegaram “morar a bordo”; dois deles, no entanto, são casados. Um marujo que mora na embarcação em que trabalha não é muito surpreendente. Agora, que um trabalhador casado declare morar nela suscita alguma dúvida. Seria simplismo do escrivão, que na pressa de inscrever as informações nos autos preferiu “resumir” a habitação dos marujos dizendo que moravam a bordo? Ou de fato residiam no navio? Nesse caso, como se dava o arranjo entre o marinheiro e sua companheira? Outras investigações serão necessárias para compreendermos melhor este problema.

Além da composição das tripulações, os processos criminais podem nos informar sobre as relações sociais que se desenvolviam no mundo dos marinheiros. Voltemos aos acontecimentos que se desenrolaram sobre o brigue *Sublime*. Qual o motivo do conflito entre marujo e contramestre? De acordo com os autos, José Alves Vianna irritou-se com a postura de seu subordinado -ele o ignorou e não prestou o “louvado” devido a oficiais da embarcação, além de urinar sobre o convés no momento em que se realizava sua limpeza. Voltaremos ao “louvado” mais adiante. Por ora, basta constatar que havia divergências significativas entre o depoimento do réu escravizado e o relato do oficial. Segundo Anastácio, ele foi convocado por Vianna para auxiliar na limpeza do navio. Uma vez no convés, foi à procura de uma vassoura, mas não prestou o “louvado” ao contramestre – suscitando sua áspera reprovação. Em seguida, foi urinar no mijadeiro. Vianna, então, acertou-lhe quatro golpes, ao que o marinheiro procurou se defender. De acordo com seu depoimento, Anastácio, imobilizado, teria sido espancado por seus companheiros. Tudo a mando do oficial. E os outros trabalhadores? Como depuseram nos autos? Os marinheiros presentes no processo eram, em sua maioria, trabalhadores livres e portugueses. Seus testemunhos estavam alinhados com o do contramestre, seu superior hierárquico. Trata-se de um detalhe importante. Isso parece indicar que os marujos, em que pese sua solidariedade de classe, poderiam tomar partidos diferentes em determinadas situações de conflito. Nesse caso, o que parece ter ocorrido é a preferência pelo lado daquele que compartilhava com eles a tez branca, em detrimento do colega de profissão negro e escravizado (REISDORFER, 2021a, 2021b).

O grau dos castigos aplicados ao marinheiro, por sua vez, foi motivo de contradições entre os testemunhos. Como já destacamos acima, de acordo com o réu, além das lambadas, ele recebeu uma surra dos demais tripulantes. Já no relato da vítima e dos outros trabalhadores, a punição se restringiu às três ou quatro pancadas que levava com a escota do traquete.¹⁰ Ora, em um espaço no qual os castigos físicos eram muito recorrentes, inclusive para os trabalhadores livres, por que a punição seria objeto de controvérsia? Aqui podemos retomar a importância de não se analisar os autos com a intenção de lhes extrair a verdade. Em um caso como esse, é impossível. Resta-nos procurar compreender por qual razão os tripulantes procurariam minimizar as violências praticadas contra Anastácio. Procuramos explicá-la por meio de dois aspectos: 1) a postura da Justiça, que àquela época emitia decisões favoráveis a trabalhadores escravizados em determinados casos; 2) e pela provável importância econômica de Anastácio para seu senhor, que era o proprietário da embarcação. (REISDORFER, 2021a). Portanto, o que o processo crime tem a nos dizer sobre as relações sociais do mundo do mar? Nesse caso, a documentação criminal explicitou uma situação de conflito: aberto, entre o marinheiro escravizado e o contramestre; e velado, entre Anastácio e os marinheiros brancos. Os marujos não se solidarizaram com o africano, seu colega de profissão, e compartilharam da interpretação do contramestre sobre os acontecimentos transcorridos no brigue. O que temos aqui é a utilização dos autos criminais para compreender as tensões sociais a bordo dos navios, observando os antagonismos de classe entre marujos e oficiais, por um lado, e as cisões no interior da “cultura marítima”, por outro.

A resistência dos marinheiros é outro elemento que desponta nos processos criminais. Ao ser convocado para trabalhar, Anastácio ignorou o oficial, negando-lhe o “louvado” que era costume na embarcação. Ora, não teria sido um descuido, um deslize ou uma desatenção do africano? Sabemos que o marinheiro não era um iniciante no mundo do mar, pois, no auto de qualificação do réu, afirmou trabalhar como marujo há cinco anos.¹¹ Portanto, a desfeita não foi por desconhecimento. Ao que tudo indica, tratou-se de postura intencional, feita para provocar o contramestre. O oficial também relatou que Anastácio subiu com má vontade para o convés. Isso sugere que o marítimo estava fazendo “corpo mole”, isto é, resistindo ao ritmo de trabalho intenso da embarcação. Por que o marujo assumiu esta conduta? De acordo com os depoimentos de outros trabalhadores do navio, Vianna e Anastácio entraram em atrito durante todo o trajeto. Não temos mais informações, mas é possível que fosse por discordâncias quanto às condições laborais (REISDORFER, 2021a, 2021b).

Não é de se surpreender. Outro estudo, o de Oliveira (2013), também analisou situações de conflito deflagradas por expectativas não atendidas ou exigências exageradas. O autor utilizou os autos criminais para investigar as formas de resistir dos marujos. Entre estas, apontou os conflitos verticais (criminalidade, motim, revolta ou recusa ao trabalho), a fuga e a deserção. Um caso de homicídio, por exemplo, é bastante elucidativo sobre as possibilidades do uso do crime como um meio para o exame da escravidão marítima. Analisando o assassinato cometido pelo marujo escravizado Nicolau, em 12 de março de 1853, o autor pôde apreender significados mais profundos do mundo do mar. Trabalhando no iate *Flor do Arroio*, o marinheiro nagô sublevou-se contra seu patrão, Francisco José de Faria, assassinando-o por causa dos castigos que este lhe aplicou. Qual foi o motivo da punição? Nos autos, Nicolau afirmou que havia sido castigado por não saber cantar na ocasião de içar as velas. De acordo com Oliveira (2013), não se tratou de um deslize, e sim de uma demonstração consciente de descontentamento, pois o marítimo já trabalhava no ramo tempo o bastante para conhecer suas práticas. As atitudes de Nicolau e de Anastácio, embora diferentes, aparentam ter o mesmo sentido: a recusa em cumprir um ritual ou prática do cotidiano de trabalho, em sutil oposição ao comando naval.

Os vestígios da criminalidade podem nos informar sobre outra dimensão das vidas dos marinheiros: o desembarque. Nessa ocasião, as embarcações realizavam a descarga das mercadorias e o carregamento de outras. Para o comando naval, era hora de realizar parte do trabalho. Para os marítimos, no entanto, tinha outro significado. No momento em que aportavam, eles tinham a oportunidade de aproveitar tudo aquilo que a distância do alto-mar lhes recusava. Percorrendo as zonas portuárias nos momentos de descanso, os marujos procuravam lazeres, reencontros, amizades, amores. Divertiam-se nas tavernas, nas ruas e nas casas de conhecidos. Jogavam, bebiam, andavam pelo porto. Encontravam, também, o conflito e a violência (OLIVEIRA, 2013; REISDORFER, 2021b). Foi este o desfecho da noite de Ventura, Joaquim e Manoel, no dia 6 de janeiro de 1873. Os três marinheiros, todos escravizados, estavam à procura de um lugar para jogar. Foram até a casa de Manoel Antônio, também cativo, o qual recusou o convite por ser muito tarde. Descendo a rua, Joaquim e Manoel brigaram – ao menos, é o que disse Ventura. No dia seguinte, um corpo fora encontrado no mesmo local em que os marujos se desentenderam; um exame posterior identificou ser aquele o corpo de Joaquim.¹²

Pela falta de mais provas, o auto foi encerrado, mas suas poucas páginas já trazem importantes indícios sobre as experiências dos marujos na cidade. No processo, o dia em que tudo aconteceu foi referido como “Noite de Reis”, referência a uma data comemorativa da liturgia católica. Como já apontamos em outro trabalho, é de se perguntar se tal ocasião era, para os marujos, um dia de descanso. Não temos maiores informações sobre a comemoração da “Noite de Reis” em Rio Grande, mas não é impossível que os marinheiros – entre eles, os escravizados – tivessem negociado com o comando naval para folgar nesse dia. Por quais meios demandaram que aquela noite fosse dedicado ao descanso, não sabemos; mas sabemos que a utilizaram para encontrar amizades e para jogar (REISDORFER, 2021b).

A razão que os levou ao conflito não é explicitamente referida por Ventura. Contudo, em sua queixa, o escravizado menciona que, “como se desafiassem de novo, retirou-se”.¹³ Impossível saber qual o motivo da discussão, mas podemos sugerir uma hipótese. Ora, em um mundo do trabalho caracterizado pela masculinidade, não é improvável que Joaquim e Manoel tenham se desentendido por assuntos “masculinos”. Para outra situação, contudo, temos boa quantidade de informações. Na noite do dia 25 de dezembro de 1885, o escravizado-marinheiro José envolveu-se em uma briga na região do cais. O marujo conversava com a lavadeira Rosa, quando se aproximou deles o contramestre Bernardo Pereira da Silva, acompanhado de um companheiro seu. Logo que chegou, o oficial colocou as mãos sobre Rosa. José respondeu-lhe, como a retirar-se da situação, que “o senhor se quiser levar essa mulher o poderá fazer”.¹⁴ Bernardo não aceitou o comentário, esbofeteou o marujo e o ameaçou com um tijolo. O cativo, diante da situação, feriu o contramestre com uma faca, do que resultou seu falecimento. Posteriormente, José foi condenado à pena de 100 açoites. Aqui, um dos motivos do confronto é explícito: trata-se de uma disputa pela companhia feminina. Ainda que o marinheiro tenha procurado evitá-lo, Bernardo assim o interpretou.

Nos momentos de desembarque, é possível observar ainda qual a relação desses trabalhadores com a Justiça e com as autoridades policiais. No dia 23 de janeiro de 1874, pela tarde, o preto forro Antônio Pereira Cardoso recorreu aosubdelegado para dar queixa de agressão que havia sofrido. Junto de outros três trabalhadores, entre eles dois escravizados, Antônio estava em um bote, ajudando a carregar um navio com mercadorias. Ao retornar, passando pelo patacho inglês *Ariel*, a correnteza estava muito forte; para evitar de ir de encontro com esta embarcação, Antônio colocou um croque¹⁵ na amarra¹⁶ deste navio. Ao fazê-lo, o capitão do

patacho, Thomas Hill, acertou-o com uma forte pancada na cabeça. Logo que chegou em terra, Antônio foi dar queixa do fato.¹⁷ Não temos o desfecho deste processo, mas se trata de um caso em que um trabalhador marítimo liberto recorreu às autoridades para mediar um conflito ocorrido no cotidiano de trabalho. Outro elemento também é pertinente. Ao interrogar Joaquim Pedro Machado, piloto, uma das testemunhas do processo, o juiz questionou-lhe se a moralidade de Antônio e de seus colegas de trabalho era boa ou má. O piloto confirmou que agiam bem. Ora, no século XIX, os marítimos tinham fama de transgressores, ébrios e insubordinados (OLIVEIRA, 2013). Talvez, tal questionamento seja um indício de que a Justiça compartilhava dessa suspeição.

Certamente, a relação entre marinheiros escravizados e as autoridades públicas era caracterizada por tensões. Em outro trabalho, apresentamos um auto criminal cujo mote era julgar um caso de agressão contra um policial (REISDORFER, 2021c). De acordo com os autos, no dia 12 de novembro de 1884, o marinheiro cativo Firmino encontrava-se na rua General Osório, com uma faca em mãos, agredindo as pessoas que passavam. Ao menos, é o que afirmou o condutor no auto de flagrante delito. Na ocasião, o policial Paulino Antônio Paranhos e seu colega Guilherme Pereira da Silva dirigiram-se ao local para dar a voz de prisão. Firmino, contudo, reagiu com uma faca, do que resultou um ferimento leve em Guilherme. Em interrogatório posterior, Paulino apresentou outros detalhes. Disse que, no dia do ocorrido, estava no quartel, quando recebeu uma queixa de um escravizado - sobre o qual não há nenhuma informação no processo. De acordo com o policial, ele queixou-se que Firmino o havia maltratado com pancadas. Perguntado pelo curador do réu, Paulino afirmou que o motivo da prisão foi a denúncia. O depoimento de outra testemunha acrescentou um elemento importante: “que o réu estava dentro da venda, quieto, quando chegaram os policiais e o puxaram para fora preso, e no meio da rua é que então houve a luta”.¹⁸ Em outras palavras, os policiais não viram Firmino cometer crime algum.

É impossível saber quem falou a verdade. No entanto, nenhuma testemunha, a não ser os policiais, relatou qualquer tipo de barulho causado por Firmino. Não parece provável que os moradores da localidade deixariam de notar um escravizado agredindo pessoas na rua. Portanto, é sensato suspeitar do depoimento do policial Paulino. Mas por que, sendo esse o caso, ele mentiria sobre o motivo da voz de prisão? Acrescentemos outra informação. Em seu último interrogatório, o réu afirmou que, no momento da briga, estava um pouco embriagado. Mais: quando entrou na venda, já estava alcoolizado. Ora, do ponto de vista do controle da

escravidão urbana,¹⁹ a polícia era uma instituição fundamental (SOARES, 2007). Possivelmente, face à presença de um escravizado marinho embriagado, os policiais decidiram intervir, impondo disciplina sobre um trabalhador que aproveitava sua estada na cidade para o descanso e para o lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil oitocentista, a escravidão foi uma das formas encontradas para compor as tripulações dos navios mercantes. Diante das violências que os acometiam, os marujos não deixaram de se unir. Por vezes, no entanto, as situações a bordo e em terra os colocaram em conflito – não raro, levando à criminalidade. Desta advém uma importante fonte para o estudo da história social do século XIX: os autos criminais. Neste texto, procuramos apresentar algumas possibilidades de uso desta documentação para o estudo da escravidão marítima. Por meio de alguns casos ocorridos em Rio Grande, entre os anos de 1873 e 1886, exploramos alguns dos indícios do universo social dos marinheiros, demonstrando algumas de suas características.

Os autos permitem ao historiador o acesso a diferentes aspectos do mundo do mar. Podem informar sobre a composição das tripulações, uma vez que, quando um crime ocorria sobre o navio, seus trabalhadores figuravam como testemunhas. Eles contêm vestígios das fraturas da cultura marítima: em situações de criminalidade, nem sempre os marujos ficavam unidos; um crime poderia revelar divergências entre os tripulantes. Tais documentos também apresentam rastros das formas de resistência dos marujos: as mais diretas, como o motim, a revolta, o homicídio contra oficiais; e as sutis, como o descumprimento de ritos do dia-a-dia de trabalho. Por fim, os processos-crime possibilitam compreender qual o significado do desembarque para os marujos e qual sua relação com a Justiça e as autoridades policiais. Reiteramos que estes são apenas alguns caminhos; sem dúvida, o emprego desta documentação não se esgota nos exemplos apresentados ao longo do texto.

NOTAS

¹Como exemplo de trabalhos que se valeram de processos-crime para analisar o mundo do trabalho marítimo, pode-se mencionar: Oliveira (2013) e Reisdorfer (2021a, 2021b, 2022).

²O exemplo mais conhecido de uma doença que afetava a saúde dos marinheiros é o escorbuto. Trata-se de uma enfermidade resultante da ausência de vitamina C no corpo. Devido às longas viagens que realizavam, os marinheiros, no século XIX, ficavam muito tempo sem consumir alimentos com esta vitamina, como frutas e legumes. Para mais informações, ver: Rodrigues (2016).

³Os marítimos elaboraram até mesmo ritos de passagem. Um exemplo é o “batismo” dos novos marinheiros, destinado aos que atravessavam a linha do Equador pela primeira vez - uma forma de demarcar seu ingresso naquela cultura. Para uma análise minuciosa do ritual, suas características, variações e duração, ver Rodrigues (2016).

⁴Vejamos alguns dados. Segundo Silva (2001), o percentual de cativos entre os marítimos da província de Pernambuco era de 26,78%, ou seja, 150 dos 560 marinheiros registrados. Na Bahia, por sua vez, os marujos escravizados representavam 283 dos 1279 registrados, o que significa que eram 22,12% do total. O número mais significativo é o do Rio de Janeiro. Dos 7971 marinheiros, 4111 eram escravizados: um percentual de 51,57%. O número de escravizados-marinheiros que trabalhavam em Rio Grande também era muito expressivo.

⁵De acordo com Oliveira (2001), em 1846 havia 1308 cativos de 3758 trabalhadores atuando no ramo, uma proporção de 34,82% do total. No ano de 1857, o autor encontrou o número de 1117 escravizados entre os 2773 marinheiros registrados – um percentual de 40,28%. E para 1872, encontramos 788 cativos entre os 2985 marítimos que labutaram na província naquele ano, sendo, portanto, 26,4% do total (REISDORFER, 2021). É interessante compararmos estes números com o perfil demográfico da cidade. De acordo com Scherer (2008), nos anos de 1842, 1858 e 1872, a proporção de escravizados entre a população da cidade foi de, respectivamente, 41,76%, 21,98% e 20,5%. Como se sabe, e o autor demonstra isso para o caso específico de Rio Grande, o fim do tráfico atlântico de escravizados produziu algumas transformações demográficas. Encerrada a principal fonte de mão-de-obra da escravidão, a tendência foi de diminuição dos escravizados entre o total da população. Ora, a maior proporção de trabalhadores escravizados no setor marítimo ocorreu na década de 1850, quando atingiu os 40,28%, no mesmo período em que os cativos eram 21,98% entre a população total. Em outras palavras, trata-se de um indício da importância do cativo para a navegação.

⁶De acordo com Fausto (1984), crime e criminalidade se referem a perspectivas de análise diferentes. A criminalidade remete ao fenômeno social, no que se procura analisar os crimes mais comuns, o perfil dos réus e das vítimas. Em suma, trata-se de uma abordagem quantitativa dos padrões de criminalidade. O crime, por sua vez, é o ato criminoso em sua singularidade. Aqui, neste texto, trataremos sobretudo desta segunda ótica, por meio de uma aproximação qualitativa.

⁷Esta não é a única abordagem da documentação criminal. Alguns autores, como Bretas (1991) e Rosemberg e Souza (2009), apontam a existência de duas vertentes no uso dessa fonte. Há, por um lado, aqueles autores que, como Corrêa (1983) e Zenha (1985), não creem na possibilidade de se acessar a realidade através dos autos; estes informam muito mais do aparato judicial do que sobre a realidade social. Outros, ao contrário, empregam os processos-crime para analisar a sociedade na qual foram produzidos, buscando ir além do discurso jurídico. Neste trabalho, vinculamo-nos a esta segunda perspectiva.

⁸Diversos trabalhos de Rodrigues (2015a, 2015b, 2019) empregam tal documentação para conhecer mais a marinha mercante luso-brasileira, entre os séculos XVIII e XIX. Por meio dela, o autor debruçou-se sobre temas como os cargos e as funções existentes nos navios; a origem étnica e

nacional dos tripulantes; o perfil etário e o tempo de experiência desses trabalhadores; as funções ocupadas por escravizados e libertos, etc.

⁹A hierarquia naval envolve uma série de cargos e funções. Há que se diferenciar, inicialmente, os marinheiros dos oficiais. Os primeiros eram os trabalhadores que executavam as ordens, realizando os trabalhos braçais. Os segundos, por sua vez, eram os que proferiam os comandos. No contexto luso-brasileiro, podemos mencionar três cargos principais do comando naval. O capitão, que era a mais importante autoridade a bordo; tinha como função de contratar os tripulantes, pagar seu soldo, etc. O piloto, que era responsável por dirigir a embarcação para o seu destino. E o contramestre, que cuidava da integridade da carga, realizava a limpeza do navio e comandava os marítimos no dia-a-dia de trabalho. Para mais informações, consultar: Angra (1877) e Campos (1823).

¹⁰Escota é um termo utilizado para designar os cabos que são amarrados nas velas com a finalidade de deixarem-nas bem estendidas. Ver: Angra (1877) e Campos (1823).

¹¹Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 303, 1873.

¹²Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, II Vara Cível e Crime, Auto 4525, 1873.

¹³Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, II Vara Cível e Crime, Auto 4525, 1873.

¹⁴Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 547, 1886.

¹⁵Croque é um gancho de ferro acoplado a uma vara, utilizado para atracar, mover as embarcações pequenas, para evitar que estas se choquem com o costado dos navios, etc. Ver: Angra (1877) e Campos (1823).

¹⁶Cabo que segura a âncora. Ver: Angra (1877) e Campos (1823).

¹⁷Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, II Vara Cível e Crime, Auto 4534, 1874.

¹⁸Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 526, 1885.

¹⁹A dinâmica do cativo urbano envolvia configurações diferentes das que existiam no espaço rural. Falamos, por exemplo, do trabalho ao ganho. Pela própria natureza das atividades desempenhadas na urbe, os escravizados precisavam de maior mobilidade para o exercício de suas atividades profissionais, sejam elas a comercialização de algum produto ou a oferta de determinado serviço. Ver: Soares (2007).

FONTES

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 303, 1873.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).Rio Grande, Processo Crime, II Vara Cível e Crime, Auto 4525, 1873.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).Rio Grande, Processo Crime, II Vara Cível e Crime, Auto 4534, 1874.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri, Auto 526, 1885.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).Rio Grande, Processo Crime, Tribunal do Júri,Auto 547, 1886.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGRA, Barão de. *Diccionario maritimo brasileiro*.Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1877.

BRETAS, Marcos Luiz. *O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente*. BIB, Rio de Janeiro, n. 32, p. 49-61, 1991.

CAMPOS, Mauricio da Costa.*Vocabulário marujo*.Rio de Janeiro: Officina de Silva Porto e Companhia, 1823.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

LINEBAUGH, Peter. *Todas as montanhas atlânticas estremeceram*. *Revista Brasileira de História*.São Paulo: ANPUH, v. 3, n. 6, p. 7-46, 1983.

LINEBAUGH, Peter. REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Justiçando o cativo: a cultura de resistência escrava*. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira (dir.). *História Geral do Rio Grande do Sul: Império*. Vol. 2. Porto Alegre: Méritos, 2006. p. 215-230.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

REISDORFER, Douglas. *As fraturas da Hidra: escravidão marítima através de um auto criminal (Rio Grande, 1873)*. Revista Discente *Ofícios de Clio*. Pelotas: UFPel, vol. 6, n. 11, jul./dez., p. 183-202, 2021a.

REISDORFER, Douglas. *Entre o cais e o Atlântico: estudo sobre marujos escravizados da Cidade de Rio Grande por meio de processos criminais (1873 - 1886)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021b.

REISDORFER, Douglas. *Crime e escravidão marítima: tensões entre um escravizado-marinheiro e as autoridades policiais (Rio Grande, 1885)*. In: TABORDA, Taiane Mendes; PIRES, Pedro Marco Ribeiro; SANTOS, Jordan Brasil dos (orgs.). *História, fronteiras e identidades: trabalho, memória e política*. Porto Alegre: Casalettras, 2021c.

RODRIGUES, Jaime. *Circulação atlântica: idade, tempo de trabalho e funções de escravos e libertos na marinha mercante luso-brasileira, séculos XVIII e XIX*. *História (São Paulo)*, v. 34, n. 2, p. 128-145, 2015a.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780 - 1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, Jaime. *"Marítimo de profissão": as matrículas de marinheiros e a história marítima de Portugal e seus domínios nos séculos XVIII e XIX*. *Almanack*, Guarulhos, n. 21, p. 14-38, abr. 2019.

RODRIGUES, Jaime. *No mar e em terra: história e cultura de trabalhadores escravos e livres*. São Paulo: Alameda, 2016.

RODRIGUES, Jaime. *Um perfil de cargos e funções na marinha mercante luso-brasileira, séculos XVIII e XIX*. Anos 90, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 295-324, dez. 2015b.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica*. Patrimônio e Memória. Assis: UNESP - FCLAs - CEDAP, v. 5, n. 2, p. 159-173, 2009.

SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca de liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. Campinas: Papyrus, 2001.

SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ZENHA, Celeste. *Práticas da justiça no cotidiano da pobreza*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 123-146, março/agosto, 1985.

4.1

COLONIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO TERRITORIAL NAS PROXIMIDADES DE SÃO LUIZ GONZAGA: A EXPANSÃO COLONIAL DO INÍCIO DO SÉCULO XX

*Mauro Marx Wesz*¹

Resumo: Neste artigo procuro explorar questões relacionadas a minha tese em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Ao longo das próximas páginas, apresento o contexto histórico do final do século XIX e início do XX que possibilitou a criação de vários núcleos populacionais na região Noroeste, ou ainda, região das Missões. Nesse contexto, a formação dessas colônias ocorreu com a atuação de descendentes de imigrantes, e populações que já se encontravam nessa região, mesmo que de forma dispersa. As colônias selecionadas metodologicamente situam-se nas proximidades de São Luiz Gonzaga, são elas: Santa Lúcia (atual município de Caibaté), Serro Azul (Cerro Largo), e Roque Gonzáles. Elas possuem potencial explicativo acerca das características socioeconômicas da região. Por fim, também realizo uma breve discussão acerca das fontes cartoriais utilizadas, que até então, ainda são pouco exploradas para a região em questão.

Palavras-chave: Período republicano – Região Noroeste – Colonização.

No início do século XX, a Região Noroeste do Rio Grande do Sul passava por um acentuado processo de mudanças devido à formação de novas comunidades agrícolas. Isso ocorreu quando esta região foi plenamente incluída, do ponto de vista de um planejamento estatal, enquanto uma das prioridades para o Rio Grande do Sul devido a sua capacidade de produção de grãos e gêneros alimentícios para o abastecimento interno. Nesse período o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), estabeleceu medidas para efetivar esse projeto de desenvolvimento econômico, o que valorizou esses espaços. Essa atuação ocorreu muitas vezes ao lado da colonização particular. Tais investimentos do Estado estão postos aqui no âmbito regional e não da União, pois nessa etapa da colonização cabia aos governos locais levarem adiante tais políticas de povoamento, ao contrário de outros momentos observados ao longo do século XIX.

Foi assim que se desenvolveu uma frente de ocupação que passou a envolver cada vez mais questões como a especulação fundiária e a promoção do povoamento com descendentes de imigrantes não ibéricos, que passou a coexistir com populações negras e caboclas na região, por mais que sua presença muitas vezes não seja mencionada. Isso ocorreu via companhias de colonização, associados à própria atuação do Estado e a interferência de diferentes agentes da burocracia estatal. Tais elementos alteraram de forma contundente a realidade social da região. No decorrer desse capítulo 1 serão explorados os elementos relacionados a esse contexto, assim como as próprias definições acerca da delimitação da região, de forma a avançar mais adiante na pesquisa em outras localidades satélites à São Luiz Gonzaga.

Dentre as questões iniciais e fundamentais para a compreensão dos objetivos deste estudo, consta a análise de como ocorreu a colonização especificamente nessa extensa área da região Noroeste, cujo foco desta pesquisa situa-se na região de colonização das Missões na grande área de São Luiz Gonzaga. Após essas definições a pesquisa tratará de adentrar nas formas de atuação de indivíduos ligados à colonização particular, e assim reduzir a escala na história do povoamento inicial de Serro Azul. Nos próximos capítulos, outras localidades próximas a esta colônia também serão objeto de estudo, afim de expandir o entendimento do modo como ocorreu o povoamento sistemático da região.

Os assuntos discutidos nas próximas páginas possuem por eixo central debates próprios da história social agrária, como os modelos de apropriação da terra, as migrações internas que marcaram o Rio Grande do Sul, os grupos sociais localizados nessa área específica de colonização, e a participação de indivíduos e instituições nesse processo. Pretende-se demonstrar assim, quem foram essas pessoas que chegaram inicialmente nessas localidades, se organizaram em torno de uma colônia, vila ou linha colonial, e deram origem, desse modo, a uma nova estrutura produtiva em termos de região.

É possível afirmar que o que ocorreu nesse período foi uma fase de redefinição do território agrário no noroeste do Rio Grande do Sul, que alterou as características da propriedade da terra e da implementação de núcleos urbanos. Em sua maioria, famílias e indivíduos vindos de outras áreas do Rio Grande do Sul, com diferentes motivações, somavam-se a uma população que já se encontrava em tais localidades. A dinâmica social existente nesses espaços nos anos iniciais da Primeira República permite pensar vários aspectos que tendem a contribuir com a análise historiográfica e também sociológica.

Nesse período delimitado para a pesquisa, essa região já possuía colônias mais antigas e estruturadas como Santo Ângelo, Ijuí e Guarani das Missões. Portanto, podem ser feitas algumas relações com a região Norte do Rio Grande do Sul, pois da mesma forma com que a colonização particular e pública atuou naquela região, comunidades rurais com núcleos urbanos mais reduzidos foram sendo criados nos entornos de cidades como Erechim, Passo Fundo ou ainda Palmeira das Missões. A procura pela compra de propriedades nas áreas coloniais das primeiras décadas do século XX, e a grande demanda, levou ao crescimento de inúmeras comunidades agrícolas que, com o passar das décadas, se desvincularam em termos administrativos de seus distritos e tornaram-se municípios. Por essa razão, também serão utilizados estudos que buscaram explorar essa dinâmica e movimentação na região Norte, adentrando assim em questões como a atuação do Estado, a presença de clérigos interessados nesse povoamento e o investimento privado na consolidação dessas colônias.

1. AS ESPECIFICIDADES DA REGIÃO

Na Região Noroeste logo após o início da Primeira República houve um aumento significativo das colônias mencionadas acima. Faz-se necessário a definição mais precisa desse espaço a ser estudado, pois por região Noroeste pode ser entendido desde a região que abrange Cruz Alta, Ijuí ou Santo Ângelo e até mesmo Porto Xavier, que se situa na fronteira com a Argentina, até São Luiz Gonzaga e seus entornos. Para que não ocorra confusão nesse sentido, o foco de análise desta pesquisa se refere aos entornos de São Luiz Gonzaga, e alguns de seus distritos, que foram selecionados metodologicamente para integrar a pesquisa: Santa Lúcia (hoje Caibaté), Serro Azul (Cerro Largo) e Roque Gonzáles.

As ocupações humanas nessa região remontam há séculos de existência de populações indígenas marcadamente nômades. No entanto, foi no século XVII com a colonização ibérica, e a implementação das chamadas reduções jesuítico-guaranis, que os povos indígenas, não sem resistência e conflito, foram organizados em torno das chamadas reduções do Tape (oeste do atual Rio Grande do Sul), região que com o tempo passaria a ser conhecida genericamente como Missões:

O projeto colonial missionário implicou a sedentarização do guarani, na fidelidade à Igreja Católica e aos monarcas espanhóis, em práticas do trabalho índio com regras preestabelecidas, no abandono à poligamia, à antropofagia e divindades tribais. Enfim, na substituição do ser índio pelo ser índio cristão. (QUEVEDO, J. p.115, 2006).

Em relação àquele período que se inserem os estudos historiográficos dedicados a compreender formas de sociabilidade e resistência indígena frente ao avanço das monarquias ibéricas e da tentativa de imposição cultural dos mesmos. Com a desagregação das Missões, após a Guerra Guaranítica (1753-1756), ocorreu a diáspora dessas populações indígenas que se espalharam pelo estado. Tratava-se de um período de definição de fronteiras advindas com a colonização² ibérica. Mais de três séculos marcados por conflitos armados em uma região de fronteira estratégica, inseridos na geopolítica do período moderno.

As origens de São Luiz Gonzaga remetem a esse período do chamado ciclo missionário. Foi fundada em 1687 pelo Pe. Miguel Fernandes, juntamente com três mil indígenas³ cristianizados. A população de São Luiz no ano de 1708 contava com 4.922⁴ indivíduos, em 1745, esse total já sofrera uma redução para 2.968. E, já no período de desagregação, 1765, esse contingente havia caído para 2.207 pessoas.

Diante das disputas entre as monarquias ibéricas e o conseqüente abandono das Missões, não houve povoamento sistemático durante muito tempo. Com os acordos diplomáticos dos Tratados de Madrid (1750) e de Santo Idelfonso (1777), os exércitos portugueses e espanhóis ainda conflitavam acerca da posse da região. Somente em 1801, os portugueses retomaram o local, que com o passar do tempo não mostrava sinais de prosperidade material. Saqueada por uruguaios entre 1828 e 1829, São Luiz Gonzaga permanecia somente um resquício de um povoado. Passado algum tempo, os exércitos portugueses retomaram a área. A partir daí a situação começou a se alterar, mais precisamente em 1880 quando foi elevada à categoria de vila e passou a receber investimentos estatais, muitos deles viabilizados pela atuação do senador José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) que chegou a fixar residência no local por alguns anos.

Essas informações levam à identificação de diferentes realidades existentes dentro da própria Região Noroeste. Por exemplo, mesmo que Santo Ângelo esteja localizada a uma distância relativamente próxima a essa selecionada para a pesquisa, ela já envolve outras variáveis a serem levadas em consideração. Especialmente o período em que foi retomado o projeto de povoamento naquela área, bem como as características socioeconômicas dos primeiros anos enquanto colônia.

Em relação ao século XIX e as formas de ocupação da região das Missões após o declínio da experiência missionária, Zarth (1997) buscou em um relatório da câmara municipal de Cruz Alta alguns indícios de como ocorreu esse processo nos oitocentos:

Tendo os antigos padres da Companhia de Jesus fundado as reduções nesses lugares, então só habitada por índios e fundado os Sete Povos das Missões oriental do Uruguai fizeram alguns estabelecimentos de agricultura e criação em diversos lugares e abandonaram esses estabelecimentos quando não era de vantagem, para colocarem em outros lugares. Visto que eles só habitavam as ditas Missões. Depois de sua extinção os administradores espanhóis conservaram o mesmo regime e depois da conquista é que começou a ser habitada estas missões pelos portugueses e julgando-se administradores e cabildos dos povos com direito de venderem os terrenos de missões, fizeram vendas não só de alguns estabelecimentos que ocuparam, como de terrenos devolutos sobre os quais nem direito podiam ter exceto se considerar-se pertencente as comunidades dos índios todo o terreno da antiga província de Missões. Como era mais fácil as pessoas que vinham se estabelecer nesse lugar comprarem a um cabildo o campo que precisavam por baixo preço, que obter sesmarias, preferiam a esse expediente até que sendo o comandante geral de missões autorizado a conceder terrenos devolutos a quem os queria cultivar, e sendo esse meio ainda mais fácil de obter terrenos a eles se recorriam todos que queriam obter terrenos. (ZARTH, 1997, p.45).

Nos entornos de São Luiz Gonzaga, se desenvolveu uma economia voltada à criação de gado, ou seja, pecuária extensiva e um tipo de agricultura dedicada essencialmente à subsistência, portanto os latifúndios dominavam a paisagem na região. A disponibilidade de terras era imensa, assim, a apropriação territorial que tomou novo impulso a partir da Lei de Terras de 1850, e sua regulamentação em 1854, são essenciais para compreender aquele período que passaria a promover mudanças em um ritmo cada vez mais acelerado nas paisagens naturais que marcavam a região. As questões pertinentes à legislação serão o foco do próximo subitem desse capítulo.

Com a Proclamação da República em 1889, o Estado, a nível regional, se tornou mais atuante não somente nessa grande região de São Luiz Gonzaga. Isso foi o que Jean Roche (1969) chamou de “a segunda colonização provincial” entre 1890 e 1914. Naquele então, novo impulso, o interesse não era atrair imigrantes do exterior, mas acomodar os excedentes das áreas cuja expansão territorial já estava defasada. Além disso, existia um grande interesse do estado sul rio-grandense em regularizar as terras públicas ditas devolutas, o que significava enormes possibilidades de arrecadação de impostos. A atuação estatal, aliada ao interesse particular das companhias de colonização, e também as instituições eclesiásticas, possibilitaram as condições objetivas para a criação de novas colônias, linhas e vilas.

2. A UTILIZAÇÃO DE FONTES CARTORIAIS NO ESTUDO DE PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO TERRITORIAL

Neste subitem, o artigo se dedica a explicar a metodologia de análise que constituirão as tabelas, no entanto, como o número de páginas não permite se delongar nas análises das tabelas em si, aqui estão delineadas questões teóricas e metodológicas que advém da utilização desse tipo de documentação, e que poderão ser encontradas assim que a tese for concluída.

Ao explorar seus respectivos modelos de formação, grupos sociais atuantes, e formas de distribuição das terras, a pesquisa logrará demonstrar a complexidade existente na região de colonização das Missões no início do século XX. Essa aproximação de escala ocorrerá através da utilização e análise das fontes cartoriais produzidas na época, e que atualmente se encontram no APERS. Tal documentação consta de registros de compra e venda, procuração bastante, quitação de dívidas e permutas de terras, dentre outros documentos oficiais que buscavam regradar os negócios entre os moradores do local. Como será demonstrado ao longo das próximas páginas, nesses registros constam informações pontuais acerca das formas de aquisição dos lotes, os valores correntes, a localização, e as profissões de quem as negociava. Somado a isso, outras questões podem ser desprendidas do tipo de informação que constam nessas fontes, e que serão objeto de reflexão no próximo subitem.

A proposição acima significa conferir inteligibilidade a esses documentos para além dos dados e informações básicas apresentadas por eles. Essa proposta se conecta com os procedimentos teóricos e metodológicos utilizados para interpretar essa documentação. Portanto, retomar a discussão somente delineada na introdução, e no primeiro capítulo, acerca dos domínios da História Social Agrária e História Serial, auxiliará no sentido de demonstrar com precisão o tipo de História que essa pesquisa se propõe a construir. Inseridos nessa discussão, a própria composição das categorias sócio profissionais, ou as atividades produtivas, serão objeto de reflexão, pois se trata de uma das bases fundamentais que ajudaram a construir o quadro geral da lógica interna de funcionamento dessas colônias, e assim demonstrar o tipo de sociedade que se estabelecia nos três locais. A partir disso, procura-se delinear algumas possibilidades para adentrar no terreno da formação de hierarquias sociais entre os grupos que se estabeleceram com o passar do tempo. Com essas informações e propostas em vista, será possível explicar as desigualdades sociais geradas pela forma de distribuição das terras?

Ao longo da tese, também pretende-se verificar se o que existia na região era um mercado de terras em suas acepções mais clássicas, ou se essa procura por lotes e propriedades eram casos pontuais sem uma maior regulação ou nivelamento de valores. A observação rápida, induz a interpretação para a primeira afirmação já que, conforme explica o capítulo 1, existiam muitos interesses na capitalização e consequente transformação da região. E nesse ponto é que o estudo aproximado, ao levar em consideração valores, extensões e localização, demonstram a real condição de confirmar ou não a plausibilidade de aplicação de conceitos como mercado de terras para essas colônias do início do século XX.

Tendo em vista que são as informações desprendidas dessas fontes é pautarão a análise mais a frente, é importante explicar que documentação é essa e o contexto no qual foi produzido. Eles foram produzidos nos cartórios de cada distrito, em Serro Azul foram transcritos e sistematizados 199 registros, entre 1928-1929; 164 referentes à Santa Lúcia entre 1930-1934, e 148 para Roque Gonzáles nos anos de 1928-1930. Dito isso, algumas ressalvas devem ser feitas. Tratando-se de um estudo serial e suas implicações, as quais logo adiante serão expostas, quanto maior o volume de documentação analisado mais consistentes seriam as conclusões da pesquisa. O ideal, seria trabalhar com séries envolvendo pelo menos décadas, todavia, o número de documentos transcritos já se trata de um número considerável, e que permite ao pesquisador desprender a partir desses indícios, explicações relacionadas à dinâmica social existente nessas colônias. Isso ficará mais evidente adiante, com a demonstração das categorias criadas para extrair e conferir inteligibilidade a esses registros. Com exceção de Serro Azul, cuja documentação diz respeito a quase três décadas após sua fundação, os outros dois casos situam-se em um período bem próximo a seu marco fundacional. Isso significa que os dados extraídos possuem a capacidade de revelar informações importantes sobre os grupos sociais que estavam circulando em meio as essas colônias da primeira metade do século XX.

Mas antes de explorar propriamente esses dados bem como as interpretações para os mesmos, é importante entender as condições de criação dessas fontes. Conforme foi demonstrado no início do artigo, já vinha ocorrendo desde as últimas décadas do século XIX implementações e reformas administrativas e fiscais que proporcionaram ao PRR importantes avanços em termos de controle burocrático que visavam aumentar os rendimentos para os cofres públicos. Isso ocorreu a partir de novas taxações, inexistentes até então. Elas passaram a ser cobradas em meio à comercialização das chamadas terras devolutas, além de

impostos territoriais incluídos nas negociações entre as pessoas que movimentavam as transações fundiárias. Entende-se que a importância dos cartórios locais e seus responsáveis, cresciam cada vez mais, de modo que era ali que se estabelecia o vínculo entre o Estado e os distritos. Esse processo também estava ligado ao aumento de profissionais nomeados pelo Estado, e que eram os responsáveis por viabilizar essa intermediação por meio da aplicação e coleta de pagamentos.

Nesse ponto que o artigo "*A política fiscal modernizadora do PRR (1889-1930)*" de Luiz Roberto Targa (2007), lança muitas luzes sobre esse tema. Esse texto explica a transição entre a política econômica vigente no Império (ainda marcada pela existência única de impostos relacionados à importação e exportação) para o estado Republicano, que no caso do Rio Grande do Sul, buscou a partir de reformas fiscais tornar-se diversificado, ou "modernizar-se", diante dos avanços do capitalismo. Tal processo implicou em uma nova postura do Estado sul-rio-grandense, que capitaneado pelo PRR, foi inovador, no sentido de que no restante do Brasil não existia uma política fiscal semelhante até então. Conforme nos explica o historiador:

A passagem do escravismo para o capitalismo, inaugurado no plano nacional pelo trinômio Abolição da Escravatura/ Proclamação da República/ Assembleia Constituinte, acelerou no Sul, o processo de fundação do estado burguês. Para que tal fundação ocorresse, foi preciso destruir as estruturas do anterior estado oligárquico e patrimonial, o que exigiu a execução de três tarefas fundamentais: a) criar a autonomia do estado em relação à fração mais importante da classe dominante regional. b) separar a esfera pública da privada. c) realizar a reformar fiscal, abandonando a estrutura fiscal do estado oligárquico, patrimonialista e monoagroexportador. (TARGA, p.250, 2007.

Desse modo, foram as lutas internas entre os diferentes projetos das classes econômicas dominantes é que ajudam a compreender como a doutrina positivista, característica dos setores dominantes do PRR, veio a se consolidar, e um de seus traços principais, também era a crescente burocratização.

A Revolução Federalista de 1893 é essencial para compreender os rumos institucionais tomados pelo estado sul-rio-grandense. Para além da discussão em torno da rusticidade e violência que marcou a busca pelo poder naquela oportunidade, ela deve ser interpretada como marco definidor de novas diretrizes políticas e econômicas. Verificou-se naquele momento o início da hegemonia do

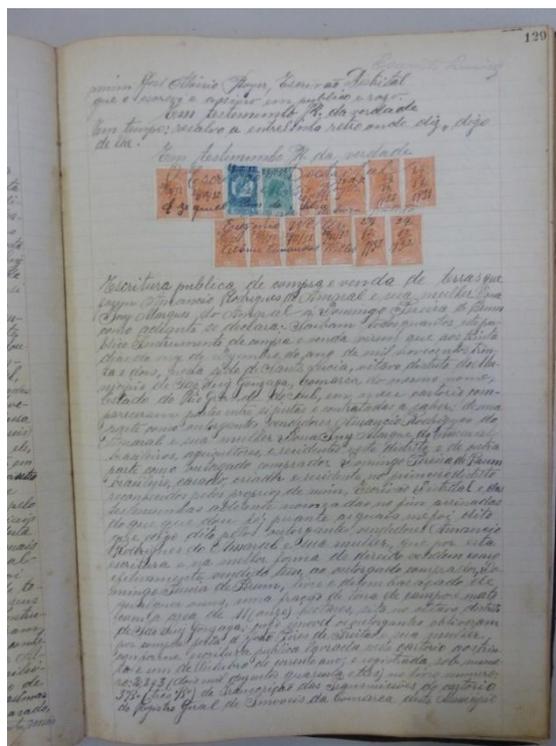
PRR, que seria contestada então, somente em 1923. Foi um longo período sem rupturas, de aprimoramento de um projeto que era pautado, no plano intelectual, pelo positivismo. Na esteira da doutrina positivista, o racionalismo burocrático tão característico, pelo menos desde o final do século XIX:

A originalidade do PRR no cenário nacional é que este foi o único partido a conseguir implementar tanto o Imposto Territorial sobre a grande propriedade quanto promover a reforma fiscal demandada pelo estado burguês em formação, aliviando desse modo, o erário público da dependência do imposto de exportação. Uma vez que essa reforma somente foi possível e durável no RS, é interessante verificar que conjunto de fatores ali interagiram para que tal ocorresse. (...) a grande barreira foi sempre representada pelos interesses dos grandes proprietários fundiários. Foi preciso, então, que o estado sul-rio-grandense enfrentasse o poder dessa classe social e estabelecesse o seu poder sobre os interesses dela. (TARGA, p.260, 2007).

No caso dessa pesquisa, evidencia-se a cobrança de impostos mediante a transmissão das propriedades entre os indivíduos. O que ocorria, por conseguinte, era o avanço da presença do estado, o que explica a existência de órgãos administrativos nas paragens mais longínquas, que se ramificavam pelo território sul-rio-grandense. Os cartórios constituíam um dos exemplos possíveis que expressavam como a crescente burocratização estatal se manifestou, e revela assim, a busca pela manutenção de um elo, neste caso, entre as colônias recém-formadas e as estruturas administrativas do estado.

As fontes cartoriais apresentam-se enquanto possibilidade para compreender não somente o processo de regularização da propriedade da terra, mas os grupos sociais, e as respectivas categorias sócio profissionais predominantes, no sentido da aquisição e manutenção da propriedade fundiária. A sua correta interpretação permite explorar as atividades produtivas existentes. Mas na medida em que existe um grande volume desses registros, é imprescindível a sua sistematização e organização. Além disso, em um primeiro momento, tais fontes parecem ser apenas contratos puramente burocráticos que diziam respeito apenas aos indivíduos daquele período, ou talvez para suas famílias. Para que o leitor tenha a noção exata desses elementos apontados, e da lógica interna do documento, abaixo consta a transcrição de um deles:

Figura: Registro de compra e venda I



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

“Escritura publica de compra e venda que fazem Antonio Rodrigues do Amaral e sua mulher Iny Marques do Amaral a Domingo Pereira de Brum como abaixo se declara: Saibam todos quantos este publico Instrumento de escriptura de compra e venda virem que aos **trinta dias do mês de dezembro do anno de mil novecentos e trinta e dois** nesta **sede de Santa Lucia oitavo distrito do município de São Luiz Gonzaga**, Comarca do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Sul em meu cartório compareceram partes entre si justas e contractadas a saber de uma parte como outorgantes, **vendedores Antonio Rodrigues do Amaral e sua mulher Dona Iny Marques do Amaral, brasileiros, agricultores**, residentes neste distrito e de outra parte como outorgado **comprador Domingo Pereira de Brum, brasileiro, casado, criador** e residente neste primeiro distrito reconhecidos pelos próprios de mim, escrivão Distrital e das testemunhas adeante nomeadas no fim assinadas do que dou fé; perante as quais me foi dito que digo dito pelos outorgantes vendedores Antonio Rodrigues do Amaral e sua mulher que por esta escritura e na melhor forma de direito vendem como efetivamente vendido tem ao outorgado comprador, Domingo Pereira de Brum, livre e desembaraçado de qualquer ônus, **uma fração de terra de campo e mato com a área de 11 (onze) hectares, sita no oitavo distrito de São Luiz Gonzaga**; cujo imóvel os outorgantes obtiveram por compra feita a João Pires de Freitas e sua mulher conforme escriptura publica lavrada neste

cartório aos trinta e um de outubro do corrente ano e registrada sob numero 2.243 (dois mil duzentos e quarenta e três) no livro número 3 "B" (três B) de Transcrição das Transmissões do cartório do Registro Geral de Imóveis da Comarca deste Município tendo dito Imóvel as seguintes confrontações: ao Norte com terras dos outorgantes vendedores, sendo esta divisa já demarcada; ao Nascente com Pedro da Silva Machado; ao Sul e ao Poente em comum com as terras do mesmo comprador. Dito imóvel vendem **pelo preço e quantia certa de 770\$00 (setecentos e setenta mil reis)** moeda corrente do paiz. Ante as mesmas testemunhas me foi dito pelos outorgantes vendedores Antonio Rodrigues do Amaral e sua mulher que já receberam a quantia acima mencionada do outorgado comprador Domingo Pereira de Brum ao qual dão plena e geral quitação transferindo-lhe desde já todo o domínio, senhorio, direito e ação jus e posse que eles, outorgantes, exerciam sobre o imóvel, ora vendido, e obrigando-se por si e seus sucessores a fazer esta venda boa, firme e valiosa em qualquer tempo e a responde a evicção em qualquer época. Pelo outorgado comprador Domingo Pereira de Brum me foi dito ante as mesmas testemunhas que é verdade todo o exposto por quanto se refere a esta escritura e que aceita-a em todos os seus termos e me apresentou o conhecimento de haver pago o imposto de transmissão do teor seguinte: **N151. Transmissão de Propriedade, Exercício de 1932, Imposto: 38\$500; Taxa Escolar 3\$900; Taxa Profissional 3\$100. Taxa de cooperação 1\$000; Total 46\$500. A transmissão corresponde a 5% sobre 770\$000** por quanto compra a Antonio Rodrigues do Amaral e sua mulher, **uma fracção de campo com a área de 11 hectares, sita no 8º distrito deste município no Uruquá.** Colectoria do Estado em São Luiz, 27 de Dezembro de 1932. O Colector Pedro Schwab de Moura. Escrivão: Hiram R. Pinheiro. Certifico em cumprimento ao despacho verbal do senhor Colector, que o imóvel ora vendido nada deve a Fazenda do Estado por esta repartição. Colectoria do Estado em São Luiz, 27 de Dezembro de 1932, Luiz F. Krieger. Escrituraria (sobre estampilhas do **selo estadual no valor de três mil reis** devidamente inutilizadas). Assim me pediram lhe fizesse este Instrumento que lhes li, acharam conforme aceitaram e ratificaram e assinam com as testemunhas Luiz Schoffen e Eugenio Welter, ambos brasileiros, casados, idôneos e residentes neste ditrito. Todos perante mim, José Aloysio Royer, Escrivão distrital, que o escrevi e assino em publico e razo. Em testemunho da verdade. O escrivão Distrital".

A finalidade desse documento na época de sua criação já pressuponha essa rigidez textual, característico dos documentos oficiais. A grosso modo, é possível perceber a própria organização da estrutura burocrática, desde o escrivão distrital

até o coletor de impostos do estado além dos valores correntes. Conforme será demonstrado no decorrer do capítulo, os próprios sobrenomes dos integrantes dos contratos são capazes de conferir indícios acerca das origens dos grupos sociais existentes naquele período em tais colônias.

Todavia para que possa tornar-se inteligível e fornecer possíveis respostas para além da sua função de época sua sistematização e organização são essenciais. Por isso, as informações tomadas como base para elaborar as tabelas do próximo subitem foram categorizadas levando em consideração principalmente as marcações acima em negrito: a. Controle b. Livro c. Folha d. Foto e. Data f. Local do Registro g. Vendedor 1 h. Vendedor 2 i. Comprador 1 j. Comprador 2 k. Moeda l. Preço m. Profissão Vendedor 1 n. Profissão Vendedor 2 o. Profissão Comprador 1 p. Profissão Comprador 2 q. Tipo de Bem r. Tamanho s. Distrito do Bem t. Localização do Bem u. Confrontante 1 v. Confrontante 2 w. Confrontante 3 x. Confrontante 4 y. Confrontante 5 z. Confrontante 6 aa. Confrontante 7 ab. Coletor ac. Escrivão ad. Testemunha 1 ae. Testemunha 2 af. Testemunha 3 ag. Testemunha 4 ah. Profissão Testemunha 1 ai. Profissão Testemunha 2 aj. Profissão Testemunha 3 am. Profissão Testemunha 4 an. Observações.

A partir delas foram organizadas tabelas, cuja finalidade foi sistematizaresses dados em agrupamentos que apresentavam sentido entre si, ou que podem ser chamadas de informações reiterativas:

- a. Tipos de Contratos;
- b. Negociações envolvendo terras;
- c. Tipos de Bens;
- d. Localização do Bem;
- e. Profissão dos Vendedores;
- f. Profissão dos Compradores;
- g. Sobrenomes ibéricos/não ibéricos.

Essas categorias e tabelas foram criadas levando em consideração as características das fontes disponíveis, conseqüentemente, a metodologia serial desde a suas proposições, como será averiguado na sequência, contribuiu com sugestões de propostas de análise. O ponto de partida dos dados econômicos, próprios desse tipo de documentação, assim como o alto volume de registros existentes, foram algumas das questões que levaram à utilização da História Serial.

Nesse ponto de vista, como explicou Farinatti (2008), existem alguns pontos fundamentais que caracterizam essa perspectiva metodológica:

Um dos espaços de pesquisa em que a construção de séries estatísticas ganhou maior expressão e, sobretudo, no qual sua aplicação se ligou a um tipo de investigação que se propunha não ser apenas econômica, mas também social, foi entre os historiadores franceses ligados ao grupo dos Annales. Tratava-se de tomar fontes que fossem massivas (ou seja, que abarcasse uma parcela alargada do meio social estudado), reiterativas (que se repetissem no tempo por pelo menos algumas décadas), e homogêneas (que possuíssem o mesmo tipo de informação), e, a partir das informações ali retiradas verificar sua variação no tempo e indagar sobre as razões dessa variação.)

De acordo com a citação acima, a variação no tempo é uma das grandes valências dessa forma de estudo das sociedades. No caso dessa tese, esse será um dos pontos que talvez seja possível somente demonstrar parcialmente as incidências, e variações, mas que já possibilitou projetar estimativas acerca das atividades produtivas.

Essa metodologia agregou-se às propostas teóricas relacionadas aos temas e interesses que são próprios da História Social Agrária. É assim que a inclinação para a investigação das estruturas econômicas e o coletivo, para além de determinados indivíduos ou instituições, podem fornecer novas percepções sobre seu funcionamento. Com relação a isso, é importante notar que a História Serial se aprimorou e passou a ser usual enquanto metodologia, juntamente com as contribuições propostas pela Escola dos Annales, o que resultou na criação de novos paradigmas para a disciplina historiográfica:

Desde os anos 1920 até meados do século, a história econômica e social – especialmente na França – viria a alcançar um enorme sucesso, ao ser assumida pelo grupo dos Annales (desde 1929) como área de investigação privilegiada, por vezes de modo quase exclusivo. Com efeito, embora certos trabalhos, então elaborados, apontassem já para algumas tendências futuras – história das mentalidades, “business studies”, biografia, etc – a esmagadora maioria situava-se no âmbito da *história econômica e social* – por muito identificada com a *história*, mais geralmente conhecida por *nova história* – denunciando um certo “imperialismo” científico.

Certamente o interesse pela História Econômica e Social, e desse modo a aplicação dos métodos seriais, não ocorria por mero acaso, mas sim, como resposta às demandas próprias de seu tempo. Ao longo dos anos 1920 e 1930, marcadas pelos cenários de crise econômica, viram o desenrolar de um fazer científico voltado à quantificação:

É a volta dos preços que se efectua, no início dos anos 1930, a mutação da história econômica. Mutação colocada sob o signo de uma aplica o ao passado de conceitos e métodos pedidos emprestados   economia política e de adop o de técnicas estatísticas simples, mas rigorosas, permitindo uma medida matemática e uma apresenta o gráfica das flutua es de curta como de longa dura o [...] Os historiadores descobrem com ela um nível científico de explica es [...] e uma liberdade nova em rela o ao tempo: uma periodiza o fundada sobre as fases de expansão e de retra o da economia e sobre as crises que lhe marcam as articula es, em substitui o do recitativo tradicional dos reinados e dos grandes episódios políticos. [...] Graças ao aperfeiçoamento de métodos quantitativos e ao recurso   história serial – designadamente através da utiliza o sistemática dos registros paroquiais, como fontes privilegiadas –, a tradicional história das popula es transforma-se em demografia histórica. Esta entra assim no seu período áureo (anos 1950-1970), em países como a França, a Grã-Bretanha, Espanha e Portugal. (MENDES, J, p.7, 1994).

Essas informa es auxiliam a compreender o momento em que os estudos quantitativos passaram por reformula es que os permitiu atingirem outro nível explicativo. No caso dessa pesquisa, a tipologia das fontes tem total rela o com as propostas do que se consolidou com a História Serial.

CONSIDERA ES FINAIS

Nesse artigo, procurei demonstrar algumas linhas gerais que estarão postas em minha tese, ainda em andamento no PPGH da UFSM. Especialmente a região que vem sendo estudada, a chamada região colonial das Missões, e também a documenta o que se encontra no APERS e trouxe novas informa es relacionadas às 3 colônias selecionadas para a pesquisa. Por uma questão de número de páginas, essas tabelas não puderam ser expostas aqui, mas com certeza, foram

demonstradas sugestões para o estudo desse tipo de documentação que ainda são pouco explorados no Brasil.

NOTAS

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

²Sobre o assunto ver: QUEVEDO, J; **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata**. Bauru, Edusc, 2000. E também QUADROS, E, L. **A Defesa do Modo de Ser Guarani: o caso de Caaró e Pirapó em 1628**. Porto Alegre: Edigal, 2012.

³RAMOS, A. **A formação histórica dos municípios da região das Missões do Brasil**. Instituto Andaluz del Patrimonio Historico, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Patrimônio Nacional, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Santo Ângelo, 2006.

⁴População das Missões da bacia do Rio Uruguai, do governo de Buenos Aires (1708-1765). IN: **História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 1, Colônia**. QUEVEDO, J. As Missões Jesuítico Guaranis. p. 116, 2006.)

REFERÊNCIAS

CARON, M; TEDESCO, J, C. O Estado positivista no norte do RS: a questão da propriedade da terra e a fundação da colônia Erechim (1890/1910). IN: História Unisinos. V.16 nº2. Maio/Agosto de 2012. p.221-231.

CARON, M. dos S. Mapear, demarcar, vender... A ação da Empresa Luce, Rosa e Cia LTDA no Alto Uruguai gaúcho – 1915-1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2008.

CHRISTILLINO, Cristiano L. Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). 2010. 356f. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS.

NASCIMENTO, J, A, N. Derrubando Florestas, plantando povoados: a intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. 2007.400f. Tese. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Porto Alegre, RS.

NEUMANN, R. M. Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Mayer no Rio Grande do Sul. 2009. 634f. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Porto Alegre, RS.

_____, ___, _____. Estado, colonização e intrusos no Planalto Rio-grandense na Primeira República. IN: Coletânea Memórias Brasileiras, Conflitos Sociais. Edital Capes n.12/2015.

OLKOSKI, W. História agrária do Médio Alto Uruguai – RS: Colonização, (re)apossamento das terras e exclusão (1900-1970). 2002. 135f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, RS.

RAMOS, A. A formação histórica dos municípios da região das Missões do Brasil. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Patrimônio Nacional, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Santo Ângelo, RS. 2006.

SILVA, M, A, B. Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925). 2011. 348f. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, RJ.

_____,_____,_____,_____. Por uma lógica camponesa: Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense (1850-1900). 2004. 183f. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS.

TAGLIETTI, D, B. Lei de Terras e colonização como pressupostos da normatização agrária do Médio Alto Uruguai. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

_____,_____,_____. Um olhar sobre o elemento nacional no período da colonização da Região do Médio Alto Uruguai – RS (1917-1950). Revista de Ciências Humanas. Universidade Regional Integrada (URI). Frederico Westphalen, RS.

TEDESCO, J. C; ZARTH, P. Configuração do território agrário no norte do Rio Grande do Sul: apropriação, colonização, expropriação e modernização. História: Debates e Tendências – v.9,n.1/jan/jun.2010, p.151-171 publ. no 1º semestre de 2010.

4.2

O “BANDIDO” PACO: RELAÇÕES INTERÉTNICAS, MASCULINIDADE E HONRA ENTRE IMIGRANTES E DESCENDENTES DE EUROPEUS NA REGIÃO DA SERRA GAÚCHA (FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX)¹

*Daniele Turcato Biffi*²

*Maíra Ines Vendrame*³

Resumo: O presente artigo refere-se à parte inicial de uma pesquisa de iniciação científica, na qual buscamos analisar as relações interétnicas entre os imigrantes europeus e seus descendentes na Serra Gaúcha, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, através de fontes judiciais. Nosso enfoque é o terceiro processo-crime envolvendo Francisco Sanches Filho, o Paco. Francisco é descendente de espanhóis, em uma região marcada pela imigração italiana e foi réu em diversos processos. A região estudada caracteriza-se, além da forte presença de imigrantes italianos e descendentes, como um espaço marcado por disputas e conflitos de natureza diversa, principalmente para um descendente de espanhóis, como é o caso de Francisco. Através da transcrição dos primeiros processos-crime em que Paco é réu, buscamos analisar as relações interétnicas entre os membros da família Sanches e os imigrantes italianos, bem como aspectos ligados à masculinidade e honra na região colonial.

Palavras-chave: bandido social – serra gaúcha – relações interétnicas

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte inicial de uma pesquisa de iniciação científica, em que se pretende compreender mais sobre as relações interétnicas, a masculinidade e a honra nas regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul, sobretudo as localizadas na Serra Gaúcha, entre o final do século XIX e início do século XX.

Esse lugar, apesar de ser identificado como de colonização italiana, também recebeu imigrantes de outras nacionalidades, sendo, portanto, ocupado por grupos de origens étnicas diversas. Apesar do predomínio dos italianos, é preciso considerar a presença de estrangeiros de nacionalidades distintas, bem como contato e relações conflituosas entre esses imigrantes. Diante disso e buscando

compreender a relação entre a população imigrante na região colonial da Serra Gaúcha, vamos acompanhar a trajetória de Francisco Sanches Filho, mais conhecido como Paco.

Descendente de imigrantes espanhóis, Paco e sua família residiam em Alfredo Chaves (atual Veranópolis). Os pais de Sanches eram agricultores e sua vida era cercada por mistério, o que os imigrantes italianos residentes nos arredores tratavam de preencher com muitas histórias, dizendo até que a mãe de Sanches, Antônia, era parte da família real espanhola⁴. Assim, Paco cresceu entre mais três filhos do casal, uma realidade que não lhes permitia muitas abundâncias. Visando compreender e analisar a trajetória de Sanches, utilizamo-nos das fontes criminais que, além de Alfredo Chaves, abrangem os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Antônio Prado.

Na dissertação de mestrado de Márcia Londero, intitulada “Paco: Sociedade e Simbolização no Processo de Construção de um Bandido Social no Rio Grande do Sul” (1997), a autora aborda, através de entrevistas, a história de Francisco Sanches Filho. Tal pesquisa está sendo fundamental como obra complementar ao processo crime que será usado neste texto. Essa dissertação trouxe algo que os processos crime não demonstram tão facilmente: a visão da sociedade sobre Paco.

Ao procurar entender mais sobre a região estudada e as relações travadas pelos imigrantes entre si e com diferentes grupos étnicos, Maíra Ines Vendrame nos oferece, em “O Poder na Aldeia: Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)” (2016), um panorama sobre as redes familiares e os usos da justiça entre os imigrantes italianos. Outra obra sua, “‘Não tinha medo dos gringos’: violência e crime nas regiões de colonização italiana do sul do Brasil” (2020), retrata, precisamente, um conflito interétnico na região da colônia de Caxias do Sul, envolvendo imigrantes italianos e um homem negro - também fundamental para a compreensão desses conflitos no cenário aqui analisado.

Para compreender a trajetória de Paco, especialmente os eventos em que se envolveu, iremos utilizar como fonte para este artigo um dos processos crime em que ele apareceu como réu. Neste caso, Sanches é denunciado por agressão contra Angelo João Grigoletto, em uma venda no interior de Alfredo Chaves. Além desse, existem outros nove processos criminais em que Francisco Sanches aparece sendo investigado por ações criminosas na região⁵. Ademais, outras fontes foram utilizadas, como as correspondências do Fundo Policial de Bento Gonçalves e a bibliografia existente sobre o assunto.

O INÍCIO DA TRAJETÓRIA DE PACO

Francisco Sanches Filho, nascido na antiga colônia Dona Isabel, atual Bento Gonçalves, era filho de Francisco Sanches Collados e de Antônia Buenazella Foan, ambos de origem espanhola. Durante sua vida, a questão da diferença étnica tornou-se presente, em uma sociedade e época em que a masculinidade e a defesa da honra eram parte fundamental do caráter de um homem, que é justamente o que buscamos no processo analisado.

Precisamente pela diferença étnica da família Sanches em relação à maioria dos moradores da região, que eram imigrantes italianos ou descendentes destes imigrantes, a relação entre eles, como Londero (1997) aponta, era de proximidade e estranhamento. Ao mesmo tempo em que praticavam atos parecidos com os italianos da região, como ir à missa e a criação dos filhos, eles eram vistos como não sendo iguais, detentores de um passado misterioso e de costumes diferentes.

Sanches casou-se com Maria Fachini, descendente de italianos, em 1911. E será seu sogro, José Fachini, que moverá o primeiro processo contra Francisco, em 1912, acusando-o de furto. O réu acabou sendo inocentado, mas abriu-se um precedente⁶.

Esse primeiro processo possui características importantes para compreender a sociedade que estamos estudando, como o fato de tanto o denunciante como as testemunhas fazerem parte da família, já que José (o denunciante) e Angela, uma das testemunhas, são seus sogros. A segunda testemunha, Nicola Marini, era compadre de José, portanto, também fazia parte das redes familiares dos sogros de Sanches. Outro fator que chama a atenção, neste processo, é a mudança de alguns depoimentos, em especial de Angela, que inicialmente cita o rapto de sua filha por Sanches, mas não traz a acusação à tona em nenhum outro momento do processo. O que sugere que a abertura do processo foi uma tentativa de impor limites à Sanches pela família de sua esposa - a utilização dos recursos da justiça, pelos imigrantes, muitas vezes era feita quando estes achavam necessário, visando atingir seus objetivos (VENDRAME, 2016).

Dois anos depois, em 1914, Francisco responde a uma acusação de agressão a Benjamim Rossatto, em uma venda. O caso teria ocorrido após uma discussão entre alguns homens que estavam jogando cartas, entre eles Paco, que responderá como réu. Após o desenrolar do processo, o réu é condenado a sete meses e quinze dias de prisão. Seu defensor recorre da decisão, diminuindo a pena de Sanches para três meses de prisão⁷.

Os motivos da briga podem ser dois, o primeiro, pela questão da honra, já que Sanches acusa um dos presentes de “não ter dinheiro para pagar”. Já o segundo ponto de vista pode apontar para uma certa diferenciação entre Sanches e os demais jogadores, todos de origem ou descendência italiana, já que Sanches afirma que um dos presentes teria tentado fazê-lo arcar com todas as despesas da partida.

Sanches terá muita fama pela região, atuando, inclusive, como cabo eleitoral, ao lado de figuras públicas importantes. Chegando a compará-lo a Lampião⁸, muitas histórias - como de ser inatingível, grande amante, valente e/ou violento - serão difundidas pela região colonial, publicadas nas páginas de periódicos e gravadas nas memórias de seus conterrâneos.

O tema proposto neste artigo será melhor discutido a seguir, através de um dos processos em que Sanches foi réu.

“O INDIVÍDUO PACO É O TERROR DA POVOAÇÃO ORDEIRA DAS MARGENS DO RIO DAS ANTAS”

Entre os diversos processos envolvendo Sanches, selecionamos um, datado de 1921. O processo de nº 334, de Alfredo Chaves, trata da denúncia de agressão de Angelo João Grigoletto por Francisco Sanches Filho (31 anos de idade, casado, brasileiro, agricultor)⁹, que teria jogado e acertado um copo de vidro em Grigoletto.

De acordo com os autos, no dia 28 de fevereiro de 1921, Francisco teria se dirigido à casa de negócios do italiano Carlos Mezzomo, localizada no segundo distrito de Alfredo Chaves, onde teria convidado os presentes para jogar cartas. Neste momento, Angelo João Grigoletto teria intervido.

Angelo João Grigoletto, com 21 anos, solteiro, brasileiro, deste Estado, residente no 2º districto deste município. Inquerido disse que no dia 28 de Fevereiro ultimo, ás 19 horas, mais ou menos, achava-se na casa de negocio de Carlos Mezzamo, [...] em companhia de Antonio Cumunello, João Zanchetta e outros, entre os quaes achava-se o individuo Francisco Sanches Filho, conhecido por Paco, tendo este convidado para jogar o jogo, denominado ‘dois azes’, o depoente não acceitou o convite [...] o depoente tratou de reitar aquele dizendo que não continuasse a jogar porque aquele jogo não era licito [...].¹⁰

Segundo o Código de Posturas de Alfredo Chaves, de 1922, o art.º 243 institui: “Não são lícitos os jogos de azar, isto é, aquelles que o ganho e a perda dependem exclusivamente da sorte”¹¹. Porém, como a própria justiça, ao julgar o caso, não leva em conta esta afirmação de Grigoletto, é possível que o jogo não representava problemas, talvez por não haver menções de apostas.

Diante deste trecho do depoimento de Angelo João Grigoletto, percebemos, inicialmente, a tentativa de declarar a agressão cometida como algo sem fundamento, causada por motivos frívolos, tal como consta no relatório da denúncia, feito pelo Delegado de Polícia Augusto de Lavra Pinto.

No dia 28 de fevereiro findo, pelas 19 horas, mais ou menos, na linha Jacob Ely, lote nº 4, deste municipio, na casa de negocio de Carlos Mezzamo, Francisco Sanches Filho, conhecido por ‘Paco’, agrediu, sem motivo justificado a AngeloJoão Grigoletto, produzindo-lhe o ferimento constatado do auto de corpo de delicto de fls.¹²

Nos trechos acima destacados é importante percebermos a forma como Sanches é denominado: “indivíduo”. O termo será recorrente nos autos enquanto tramitam em Alfredo Chaves, não sendo utilizado para se referir ao queixoso ou a nenhuma das testemunhas. Nota-se, então, certa diferenciação, no espaço local, entre Sanches e os demais integrantes deste processo.

O ferimento a que se refere o relatório acima foi descrito no auto de corpo de delito, realizado no dia 03 de março, como um ferimento na têmpora direita, que poderia resultar em deformidade no rosto de Grigoletto. O perito, Dr. Salvador Caruso Mac Donald, avaliou o dano causado no valor de 10.000\$000 (dez contos de réis).

Buscando deixar claro a reputação de Sanches, o Delegado Augusto de Lavra Pinto pede anexação de um “phonograma”¹³ enviado pelo Delegado de Polícia de Bento Gonçalves, Josué Leite, solicitando “corretivo” a Francisco Sanches Filho, por ter agredido um trabalhador da estrada de ferro, um ano antes.

Fica evidente, através deste processo, a fama que Francisco já possui na região de Alfredo Chaves e Bento Gonçalves, como podemos verificar através das afirmações que seguem do Delegado de Polícia Augusto de Lavra Pinto: Paco “se trata de um indivíduo de má catadura e conhecido turbulento”¹⁴; ele “(...) é o terror da povoação ordeira das margens do Rio das Antas, portadora de queixas e reclamações constantes sobre o procedimento mau de Paco”¹⁵. Apesar de ter sido

réu em apenas dois processos anteriores, a fama de Sanches já é indiscutível, sobretudo em Alfredo Chaves, onde Paco irá passar a maior parte do seu tempo.

Durante o processo, é possível perceber uma parcialidade do Delegado com relação a Francisco Sanches Filho. O oficial chegará a opor Sanches - retratando-o como desordeiro, com maus antecedentes -, à população ordeira - vista como desejada, possuidora de bons valores - das margens do Rio das Antas, em sua grande maioria imigrantes italianos e seus descendentes.

Nos próximos depoimentos prestados pelas testemunhas, percebe-se que os acontecimentos começam a ser melhor esclarecidos. Carlos Mezzomo, dono da venda onde a cena toda aconteceu, relata, em seu depoimento no dia 06 de maio de 1921:

Foi então que Angelo João Grigoletto como um aviso aos presentes disse-lhes que não jogasse com Francisco Sanches Filho o jogo em questão porque perderiam; [...] que nessa ocasião Paco estava exasperado e Grigoletto disse-lhe que si quisesse brigar ele o enfrentaria, assim a relho como a bala.¹⁶

Em uma sociedade onde a honra norteava todos os âmbitos da vida, onde a valentia e a coragem eram valores prezados (VENDRAME, 2016), um desafio como este não poderia ser ignorado. Ainda mais quando, como os depoimentos de outras testemunhas confirmam, Angelo João Grigoletto teria jogado em Sanches um relho. Não parando por aí, Antonio Comunello, tio de Angelo João Grigoletto, que também estava presente no momento da discussão, afirma que o sobrinho teria chamado Sanches de “bagaceira”. Diante de tantas afrontas à honra de Sanches, fica nítido o motivo do início do conflito.

Estranho é pensar que Grigoletto não conhecia Sanches antes daquela noite, como afirma em depoimento. Sugere que seu comportamento teria sido causado por dois motivos: por já conhecer as histórias e a fama de Sanches ou por tê-lo caracterizado como diferente desde o início.

Grigoletto é submetido a um novo exame, com a finalidade de verificar o ferimento sofrido na noite em questão. O perito, desta vez, é o Dr. Vico Barbieri, que afirma que o ferimento não resultará em deformidade, contrariando o exame de corpo de delito já feito em Angelo, assim como o valor de indenização sugerido pelo primeiro perito.

O defensor de Sanches, neste processo, será Antonio Tagliari Filho, que irá solicitar o depoimento de Fernando Luzzatto, subintendente do 2º distrito de Alfredo Chaves. Este relata o mau comportamento de Angelo João Grigoletto na região, já tendo feito Grigoletto trabalhar no distrito, como corretivo, diversas vezes. Assim, tem-se que, por mais que a população local tenha sido caracterizada como “pacífica e ordeira”, nem sempre este era o caso.

Antonio também encaminha documento acusando o Delegado de Polícia de Alfredo Chaves de ter assumido “(...) o compromisso de acusador particular”¹⁷, adulterando depoimentos, juntando aos autos informações do processo respondido por Sanches em 1914 e contestando o auto de corpo de delito produzido pelo Dr. Salvador Caruso Mac Donald - esta última já tendo sido contrariada pelo novo exame realizado em Angelo João Grigoletto.

Para a Audiência do Jury, o Ministério Público encaminha libelo acusatório “(...) nas penas máximas do art. 303 do Cod. Pen. da Rep., por ter sido o crime acompanhado das circunstâncias agravantes do art. 39 § 4º e 19 do mesmo código”¹⁸.

Segundo o Código Penal da República, de 1890, consta no Art.º 303: “Offender físicamente alguém, produzindo-lhe dor ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue: Pena - de prisão celular por tres meses a um anno”¹⁹. Já o Artigo 39 trata de circunstâncias agravantes, das quais o processo indica “§4 Ter o delinquente sido impellido por motivo reprovado ou frívolo” e “§19 Ter o delinquente reincidido”²⁰.

O libelo aponta para a desconsideração de ofensa verbal e física praticada por Angelo João Grigoletto, mantendo a alegação de que Sanches teria agredido o queixoso sem motivo ou “por motivo frívolo”.

Após a audiência, o Jury inocentou Francisco Sanches Filho do crime. A alegação feita pelo advogado do réu, de que Paco teria agido em legítima defesa é aceita. O Promotor Público Olinto Fagundes d’Oliveira Freitas informa que irá recorrer da decisão, no entanto, apesar da demora para a conclusão da apelação (cerca de nove meses), o Superior Tribunal do Estado mantém a decisão do Jury, inocentando Sanches e encerrando o processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste processo, percebemos alguns fatores importantes para compreender a sociedade na região da Serra Gaúcha, entre o final do século XIX e início do XX, sobretudo as questões relacionadas à masculinidade, honra e relações interétnicas, através da trajetória de Francisco Sanches Filho, o Paco. Apesar de ter respondido apenas a dois processos anteriores ao aqui estudado, e com alguns anos os separando, percebe-se que Sanches já possui fama na região colonial próxima a Alfredo Chaves.

O historiador Eric Hobsbawm, em “Bandidos” (1969), foi importante para a apreensão do conceito de banditismo social, na direção em que elucida como funcionam e reagem às sociedades que se veem diante de tal movimento. Apesar de não nos ocuparmos da função de encaixar ou não Sanches dentro desta classificação, a forma ambígua que as sociedades retratam alguns dos casos analisados por Hobsbawm nos auxiliaram na compreensão do caso estudado por nós.

Hobsbawm também nos auxiliou no que encontramos depois: as muitas facetas de Paco. Importantíssimo ressaltar que as diferentes pessoas que conviveram com Sanches irão possuir percepções distintas a respeito dele. Assim como o Francisco Sanches Filho que viveu no início do século XX e que é por nós analisado através dos processos crime será diferente do personagem resgatado posteriormente pela historiografia - produzida, sobretudo, a partir do centenário da imigração italiana e em um momento de consolidação dos ideais dos “imigrantes desejados”.

O processo aqui analisado apresenta uma situação de agressão, feita por Francisco Sanches Filho em Angelo João Grigoletto, em uma venda no interior do município de Alfredo Chaves. Com seu desenvolvimento, compreendemos que a situação foi resultado de uma ofensa verbal e física realizada por Grigoletto, contra Paco - fato impossível de ser ignorado em uma sociedade em que a honra, aliada à masculinidade, eram fatores de suma importância para designar o caráter de um homem.

Paco é um personagem complexo do período, descrito sempre de forma ambígua: ora é valente, ora violento; ora é um homem mau, ora é alguém que auxilia quem precisa. Isso é acentuado pela sua origem espanhola, diferente da grande maioria dos moradores da redondeza, que possuíam origem italiana. No entanto, pelo fato de o pai de Paco ter ocupado o cargo de inspetor de quartelão, significa que conquistar o respeito da população local não era impossível.

Além disso, Sanches não parece se importar com a fama e a atenção que estava recebendo, pelo contrário, parecia gostar e até mesmo incentivar tais atitudes. Um exemplo é encontrado em Londero (1997), que cita o fato de Francisco cantar músicas e cantigas a respeito de seus feitos. Para Paco, "(...) Cantar suas façanhas era uma forma de divulgar sua versão sobre o ocorrido e aparecer como um homem tranqüilo frente aos acontecimentos mais perigosos de sua vida" (LONDERO, 1997, p. 148) - era, também, uma forma de se manter vivo na memória da população.

Com este artigo, buscamos demonstrar como, para além dos crimes em que Sanches esteve envolvido, outros fatores se fizeram presentes em sua trajetória, as questões de diferenciação étnica, de masculinidade e honra, que aliadas à fama que foi sendo construída por e para ele, transformaram-no em uma das figuras mais intrigantes da região. Essa pesquisa, que ainda está em desenvolvimento, pretende analisar mais a trajetória de Francisco Sanches Filho, através dos demais processos crime em que esteve envolvido e na bibliografia existente sobre ele.

NOTAS

¹Este artigo faz parte de um projeto maior coordenado pela professora Dra. Maíra Ines Vendrame com financiamento do Programa Pesquisador Gaúcho - PqG/FAPERGS.

²Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade do Rio dos Sinos - Unisinos e Bolsista de Iniciação Científica Pibic/Fapergs.

³Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista Produtividade CNPq.

⁴LONDERO, Márcia. Paco: sociedade e simbolização no processo de construção de um bandido social no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1997.

⁵Todos os processos encontram-se no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS.

⁶Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 322, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 12, 1912.

⁷Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1914.

⁸Reportagem do Estado do Rio Grande. In: Guertler, Gustavo. Paco: Uma história escrita com chumbo. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001. P. 121.

⁹Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1921.

¹⁰Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1921.

¹¹Código de Posturas do Município de Alfredo Chaves, 1922, Arquivo Público Municipal de Veranópolis, p. 35.

¹²Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1921.

¹³Segundo a definição encontrada no Dicionário Online de Português, fonograma é um telegrama ditado por telefone, utilizando um código de detração, para a exatidão da mensagem ser assegurada.

¹⁴Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1921.

¹⁵ Idem

¹⁶Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1921.

¹⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1921.

¹⁸Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 334, Comarca de Bento Gonçalves, Maço 14, 1921.

¹⁹Código Penal da República, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm.

²⁰Código Penal da República, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm.

REFERÊNCIAS

GUERTLER, Gustavo. *Paco: Uma história escrita com chumbo*. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

LONDERO, Márcia. *Paco: sociedade e simbolização no processo de construção de um bandido social no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1997.

VENDRAME, Maíra Ines. “*Não tinha medo dos gringos*”: violência e crime nas regiões de colonização italiana do sul do Brasil. *História Unisinos*: São Leopoldo, Vol. 24, Nº 3, set./dez. de 2020, p. 502-515.

VENDRAME, Maíra Ines. *O Poder na Aldeia: Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo: Oikos, Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

5.1

UMA FONTE, DIVERSOS OLHARES: OS INVENTÁRIOS POST MORTEM COMO FONTE E O ESTUDO DO CONSUMO EM UMA REGIÃO DE FRONTEIRA

Taís Giacomini Tomazi

Resumo: Inventários *post mortem* são documentações conhecidas da historiografia e utilizadas em diversas áreas de estudo. As fontes aqui investigadas estão alocadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e se referem a coleta de dados (em construção) para as vilas de Alegre, São Borja e Uruguaiana na segunda metade do século XIX. O objetivo deste texto é propor, então, olhares possíveis, demonstrando quais novos caminhos o pesquisador pode se ater em suas pesquisas. Mesmo sendo uma fonte massivamente investigada, é possível construir novos diálogos com o passado, neste caso especificamente o século XIX e o estudo do consumo, e análise dos bens inventariados, denominados teoricamente aqui de “coisas” para tentativa da compreensão do que e de como se constituía o passado fronteiriço e suas relações com as transformações causadas pela modernização e prática de consumo regulares. Foi possível perceber no decorrer dos anos de pesquisa as possibilidades investigativas desta fonte, importante e usual para o período, trazendo para a discussão historiográfica outros elementos e formulando questões que possam ajudar a compreender temas como consumo, cotidiano, comércio e análise de bens/coisas no tempo e espaço designados. Para isso, o texto aborda primeiramente a estrutura da fonte, na sequência usos mais recorrentes em pesquisas, metodologias utilizadas e, por fim, novas possibilidades temáticas no trabalho com inventários. O que resultou em um exercício analítico, cujo ensaio apresenta e se coloca como um texto em formato de relato de trabalho com fonte e sua compreensão histórica e investigativa.

Palavras-chave: inventários post mortem – fronteira oeste – pesquisa histórica

O elemento chave desta pesquisa são os inventários post mortem como fonte para a pesquisa do consumo e suas implicações no cotidiano¹. O processo de pesquisa atual se desenvolveu a partir dos questionamentos a respeito de bens existentes nas fontes analisadas para projeto de pesquisa ainda ao longo da graduação, tornando-se parte da pesquisa de doutorado no Programa de Pós Graduação em História da UFSM². A pesquisa pretende identificar as *coisas*³ contidas nas avaliações e descrições dos bens de inventários de vilas da região da

fronteira oeste do Rio Grande do Sul, buscamos investigá-las como possibilidade de análise sobre as vidas cotidianas dos indivíduos e suas famílias⁴. Por isso, o objetivo deste texto em específico é trazer reflexões sobre o uso desta fonte e apresentar suas potencialidades, inspiradas nos processos pelo qual a pesquisa passou até o momento. Por fim, demonstrar que, apesar do uso recorrente desta documentação na pesquisa histórica, ainda há lacunas e novos temas passíveis de investigação.

Os inventários *post mortem* são processos realizados a partir do falecimento de um indivíduo para pagamento de dívidas, impostos, divisão de bens, listagem de propriedades e tudo que envolve a vida deste e sua família⁵. Um inventário consiste (em geral) das seguintes partes: 1) Capa; 2) Apresentação; 3) Título de Herdeiros; 4) Descrição e avaliação dos bens; 5) Partilha; 6) Auto de contas; 7) Documentação extra.

Estas são fontes históricas massivamente investigadas em diversos contextos historiográficos (espacial e temporalmente) e passaram por mudanças em sua estrutura ao longo do tempo e do local de sua produção. Por isso, são excelentes para compreender diferentes momentos da história das nossas sociedades. Por exemplo, temos, ao longo do século XIX e principalmente no Brasil, na transição do Império para a República, uma redução dos dados de avaliação e descrição descritos na fonte, transformando a mesma ao longo dos anos e fazendo com que a pesquisa histórica também se reinvente a fim de investigar tais eventuais lacunas.

Ao estudar o século XIX, encontra-se vislumbres de realidades diversas distribuídas na documentação. Há fontes mais detalhadas, a depender do inventariado e suas posses, e fontes mais simplificadas, quando o indivíduo, em tese, não possuía muitos bens de “valor”. Importante considerar primeiro que a descrição e avaliação dos bens era realizada por indivíduos que também faziam este trabalho com suas perspectivas individuais (apesar das diretrizes legais de avaliação). Eles estabeleciam o “valor” comercial das coisas encontradas nas residências inventariadas, tornando esta atividade bastante específica, pois sabe-se que o valor de compra ou venda de um item não reduz sua importância no cotidiano. Este tipo de reflexão que, na maioria das vezes, não aparece explícita nas fontes, contribui para a complexidade da temática e para que o pesquisador não fique preso ao que aparece exclusivamente na documentação. Já que a fonte nos mostra alguns vislumbres do passado, ao mesmo tempo em que apaga alguns traços da experiência cotidiana dos indivíduos. Tais indícios podem ser encontrados em algumas outras categorias de fontes, como testamentos, onde alguns detalhes são indicados, e a execução de inventário para pagamento de dívidas, onde aparecem indicações de alguns itens mais pessoais.

Como citado, inventários são documentos judiciais realizados após o falecimento de uma pessoa. Acima citei capa⁶ (1) e apresentação (2), além de indicar o auto de contas (6) e os documentos extras (7). Cabe destacar esta terminologia (7) não é oficial. É apenas a sugestão de outros tipos de documentos que podemos identificar como parte dos inventários, a exemplo dos autos de contas de órfãos, requisição de dívidas e contestações de partilha, que ocorrem justamente após a finalização do processo, podendo, dependendo da temática de pesquisa, tornar-se o foco das análises. Importante pensar que o documento em exploração aqui é formado de um conjunto de partes e que, a depender do objetivo da pesquisa, sua apreciação mudará teórica e metodologicamente. Para pesquisas quantitativas, analisar a fonte investigada por partes é uma opção interessante, já que consideramos que o montante de dados é enorme se analisado descuidadamente. Se esse conjunto de dados não for meticulosamente organizado, inviabiliza a execução da pesquisa em tempo hábil, no caso de dissertações e teses. Já em pesquisas qualitativas em história social, trajetórias ou abordagens micro historiográficas, por exemplo, sejam quais forem as abordagens e metodologias, é possível apreciar partes ou conjuntos de inventários de maneira mais detida os pontos de interesse.

Na capa do documento consta, em geral, o ano e o nome dos indivíduos (inventariante e inventariado). Na sequência temos as indicações do ano, local, escrivão e a abertura do processo (2). Em seguida aparece o título de herdeiros, com os nomes e idades (podem aparecer outras informações), o que possibilita mapear, inclusive, as estruturas familiares no século XIX.

Após essas partes de apresentação, temos a descrição e avaliação dos bens (3), que podem aparecer separadas. Primeiro consta uma lista, com a descrição dos bens e suas quantidades e na sequência. Uma nova lista (que pode ser atualizada, sendo diferente da primeira) com os valores dos bens. Por isso é importante comparar as duas quando aparecem separadamente, pois, na avaliação, pode-se ter sido adicionado algum item. Esses dados precisam ser observados.

Ao longo da avaliação constam as indicações dos itens, o seu estado (usado, novo, velho, com adjetivos denominando sua característica estrutural e física), se são feitos de algum material específico (como prata, ferro, ouro) e as quantidades destas coisas na residência. Em geral, ainda pode aparecer, entre a avaliação dos bens e a partilha, documentação comprobatória de dívidas ativas (aquelas que o inventariante terá de pagar) e passivas (aquelas que receberá). Essa documentação pode aparecer, inclusive, após o processo de partilha e, em alguns casos, ser

necessário a reabertura do mesmo e que seja refeita, inclusive a avaliação. Nos casos da documentação comprobatória, que podemos inserir no item documentação extra (07), torna possível perceber outros elementos da prática de consumo e atividades familiares, ao analisar a distribuição do montante do inventário ou mesmo investigando os autos de contas de órfãos, que indicam os gastos com produtos consumidos ao longo do tempo. Devemos considerar aqui que essas comprovações são um fragmento e que podem também ter sido manipuladas pelo tutor. Tal temática pode ser investigada usando, em paralelo, as fontes judiciais de autos de tutela para investigar diferentes nuances do assunto.

É possível criar estratégias de pesquisa que visem aproveitar os diversos elementos da fonte e suas possibilidades de acordo com a temática e a metodologia empregada. Tendo em mente essa discussão, podemos tomar por base algumas produções que utilizam esta mesma fonte e são importantes referências para seu entendimento.

Como referências mais clássicas da análise de fonte, temos Fragoso e Pitzer (1988), que exploram a estrutura de inventários post mortem para o estudo da História Social. Assim, colabora na compreensão do que identificar na fonte de pesquisa e, apesar de algumas variáveis não serem relacionadas ao tema do consumo, é possível perceber a potencialidade dela. Temos ainda Vargas (2013) tratando especificamente da análise da fonte para o estudo de fortunas de famílias de charqueadores pelotenses. Passa a ser uma versão mais localizada de tal discussão, já que Fragoso e Pitzer (1988) tratam da realidade específica do Rio de Janeiro e Vargas trata especificamente de Pelota/RS. Esses exemplos demonstram os aspectos estruturais da fonte que possibilitam uma diversidade de pesquisas em razão da homogeneidade e reiteração, que torna análises quantitativas possíveis de serem realizadas, além de pesquisas qualitativas através de diversas metodologias. O historiador Luís Augusto Farinatti (2009) explora a fonte ao trabalhar a apropriação de terras a partir de inventários e também é uma referência na elaboração metodológica no âmbito da história serial e análises quantitativas (FARINATTI, 2008).

Esses trabalhos são as referências utilizadas na construção do banco de dados da pesquisa, levando em consideração as orientações para formulação das séries, entendimento das fontes e criação das categorias de análise dos objetos e dos inventariados. A reiteração e homogeneidade permitiram a formulação dos dados no período de 5 em 5 anos, buscando elaborar, então, um conjunto de fontes que tivessem uma amostra de pesquisa adequada, possível em razão do esforço teórico- metodológico e das leituras historiográficas realizadas até o momento.

Ademais desses autores, há também uma disponibilidade interessante de textos que tratam de possibilidades de pesquisa ao utilizar tal fonte, como as análises de patrimônio, riqueza, endividamento, distribuição e ocupação espacial de territórios a partir das residências, entre outras temáticas (ver a seguir) que estão disponíveis em mecanismos de busca acadêmicos. É importante, então, para o desenvolvimento das pesquisas, o entendimento documental (características físicas, estrutura da fonte, entendimento da paleografia), a adaptação ao trabalho com a fonte, leitura de materiais de pesquisa de outros estudiosos e, conseqüentemente, a ambientação, que gera tranquilidade no decorrer do trabalho de análise. A leitura de autores que já pesquisaram a documentação é fundamental, atrelada a uma diversificação de temáticas e metodologias diversificadas, possibilitando perceber as aplicações das análises em diversos contextos espaço-temporais.

Para o século XIX temos a possibilidade de usar os inventários post mortem como fonte para o estudo de aspectos materiais das residências dos indivíduos, pois, mesmo com as transformações ao longo do oitocentos. O detalhamento dos bens consegue nos mostrar alguns traços da vida cotidiana de uma família e indivíduos no momento do falecimento e da partilha das *coisas* que estavam naqueles espaços, isso se reflete na tentativa de entender melhor as características do dia a dia na fronteira oeste do Rio Grande no século XIX. Conseqüentemente, afastando alguns estereótipos e exercitando novos olhares, além dos estudos sobre indivíduos abastados ou questões político militares exclusivamente. O que podemos dizer para além do que já sabemos?

Esse questionamento norteou a pesquisa desenvolvida pela autora ao partir do exercício de pesquisa acadêmica na graduação, ao trabalhar com inventários que eram investigados com o propósito de averiguar as relações familiares no âmbito das relações sociais de poder. Conseqüentemente, a participação em grupo de pesquisa possibilitou tomar contato com a fonte e perceber outros elementos e lacunas ao identificar alguns bens, em geral móveis, e que despertaram a dúvida sobre o que estava por ser descoberto sobre o cotidiano na fronteira oeste, repensando a ideia de civilidade como padrão e explorando outras possibilidades de análise.

A leitura de Alba Mariani (2007), por exemplo, tem um estudo sobre a vida cotidiana em Montevidéu e Buenos Aires, orientou a percepção da variedade de dados em suas fontes, já que as documentações recebiam um tratamento mais minucioso diferente da realidade que se encontra no Império brasileiro. Mas, ademais dessa questão, o estudo de Mariani (2007) contribuiu diretamente para as análises da vida cotidiana na fronteira oeste pela compreensão da relação comercial

e cultural que se estabeleceu entre a região mais meridional do Império brasileiro e os estados platinos. E isso, para a pesquisa em desenvolvimento, é um dos principais pilares para o uso desta fonte e Mariani uma das autoras que mais contribuíram na pesquisa e no entendimento da fonte. As pesquisas de Elaine Abrahão (2008) e Tânia Lima (1995) são também fundamentais para pensar esta fonte e suas especificidades no estudo da vida material e dos objetos.

A metodologia e a temática, em partes, terão uma relação muito próxima, já que algumas temáticas usam uma metodologia que se enquadra melhor em análises pormenorizadas, como as análises de trajetórias e biografias, que exigem uma metodologia mais qualitativa, ou análises micro históricas, que podem iniciar pela pesquisa mais detida e, também, integrar aspectos quantitativos. Os estudos sobre comércio tendem a explorar o quantitativo para entender o contexto mais amplo e mesmo a metodologia serial, mas não é possível desconsiderar a identificação de um exemplar ou outro de fonte para elaborar análises específicas. Ou seja, as fontes e metodologias possuem influências do estado da arte e da vertente teórica ou temática a qual estamos atrelados. Porém estes elementos são iniciais, o que se destaca é que mesmo com inventários não se pesquisa apenas grupos abastados, concentração de riqueza ou personalidades específicas da História rio-grandense.

A estrutura da fonte pode nos sugerir caminhos para a pesquisa em si. Exemplo são os processos em que o juízo é o inventariante, ou seja, o indivíduo falecido não tinha alguém para inventariá-lo ou possuía dívidas a serem pagas (entre outras razões possíveis). Assim, seus bens eram colocados, em geral, para leilão a fim de arrecadar fundos, e podemos encontrar fontes em que, além de constarem os bens móveis (em geral utensílios e mobiliário), podemos identificar vestuário e outros itens pessoais.

A pesquisa desenvolvida pela autora baseia-se em uma análise quantitativa e serial destes inventários, buscando investigar os bens enquanto elementos que faziam parte da vida cotidiana dos indivíduos que residiram na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Anteriormente, o foco também se dividia enquanto análise social, contudo, atualmente, o campo teórico está muito próximo do entendimento das coisas e sua distribuição, diferenças, características e presença nas casas das vilas de Alegrete, São Borja e Uruguaiana na segunda metade do século XIX. É importante perceber que essa transformação na abordagem ocorre após muitas reflexões e leituras sobre o próprio conceito de coisa, com base nas leituras de Daniel Miller (2013) e sobre consumo de Grant McCracken (1983).

Percebeu-se que as compreensões sobre consumo estão, em geral, nas pesquisas relacionadas a ideia de capitalismo, principalmente no início do século XX. Tais compreensões nos ajudam a entender o tema, porém, não são totalmente adequadas ao conteúdo da pesquisa, já que se trata de uma análise sobre o século XIX. MCCracken (1983) faz este apanhado das discussões sobre como o consumo se tornou uma prática cotidiana e, quando analisamos os inventários, percebemos que a concepção de consumo capitalista não se enquadra ainda. O que se encontra são os bens consumidos ao longo de uma vida, ou seja, um consumo de médio e longo prazo, enquanto a estrutura capitalista de consumo está se consolidando e passa a se fazer presente ao longo da segunda metade do oitocentos. Se considerarmos, por outro lado, as fontes comprobatórias de dívidas e inventários de comerciantes, podemos ver a introdução dos manufaturados em estabelecimentos comerciais e outras categorias de produtos (alimentos, bebidas, acessórios, etc.) refletem a conexão da fronteira oeste com as transformações mais globais que estavam em desenvolvimento naquele período. Tais reflexões refletiram no entendimento dos bens alocados nos inventários e em como é difícil trabalhar uma perspectiva de entendimento que não recaia na mera separação daqueles itens de maneira funcionalista. Por isso, também, a leitura de Daniel Miller (2013) contribuiu para o entendimento de que as *coisas* são e estão em constante contato no cotidiano dos indivíduos e são também agentes no contexto em que se inserem. As *coisas* não estão apenas reduzidas aos seus aspectos funcionalistas, apesar deste conceito acabar norteando, por exemplo, a formulação de categorias de análise. Procura-se investigar usando paralelos e contraposições entre os bens.

Este tipo de modificação, ou aprimoramento das reflexões, pode representar ao pesquisador um certo receio ao sair do contexto mais padronizado das análises historiográficas. E, como já foi dito aqui antes, para se elaborar respostas é preciso primeiro entender as fontes, exercitar a criatividade e variar as perguntas e as escalas. Por isso, a leitura de pesquisas, sejam artigos ou teses e dissertações, é fundamental. Quando se trata de alcançar os diversos aspectos do projeto em que o pesquisador/a está se propondo, ressalta-se a importância de estudos como resultados de pesquisa de diversas temáticas para construir um olhar geral.

Identifica-se que inventários post mortem são bastante propositivos para o entendimento da cultura material, para compreensão do que se possuía ao longo da vida pelos indivíduos e suas famílias, e em perspectiva de pesquisas que tem como foco o colecionismo e sua análise⁷, já que a fonte explora o universo dos bens em diversos estratos e grupos sociais. E, se levarmos em conta inventários de

indivíduos mais abastados, são encontrados bens mais específicos, mais caros do ponto de vista comercial e com materiais enobrecidos (joias, arte, louças e utensílios, objetos de entretenimento, móveis com madeiras nobres)⁸.

A partir da listagem de obras e autores que constam nos inventários, o estudo da arte também é uma possibilidade de investigação. Esta temática de pesquisa tem suas dificuldades de execução, já que, por vezes, os avaliadores não expunham no documento a origem ou artistas das obras listadas. Mas é possível analisar o entendimento de práticas religiosas e da morte⁹ a partir de obras de arte religiosa e itens usados nestas práticas.

Além disso, há uma possibilidade frutífera de executar estudos sobre o cotidiano¹⁰ e pesquisas sobre residências, já que nos inventários (a exemplo da pesquisa na fronteira oeste do Rio Grande do Sul onde verificamos isso brevemente¹¹) são listadas as propriedades do/a falecido/a. A descrição da moradia pode apresentar elementos como tamanho, características da estrutura, teto e paredes, contribuindo para pesquisas sobre habitação e formas de habitar¹².

No escopo de estudos culturais e de cultura material é possível ainda explorar os objetos específicos e, nesse caso, a metodologia vai estar atrelada ao objetivo da pesquisa. Alguns exemplos são pianos, que geram certo interesse pelo valor, características estruturais (madeira, teclas) e, por serem bens grandes em tamanho, tal peculiaridade pode gerar estudos para compreender a circulação deste tipo de objeto pelo território.

Há o exemplo do caso da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, que tinha nos portos de Rio Grande/Pelotas e Montevideu/Buenos Aires seus principais contatos comerciais na segunda metade do século XIX. Distâncias as quais influenciavam em alguma medida no transporte de deslocamento de produtos por todo o estado rio-grandense e pela região platina, fazendo que com a presença de pianos em inventários post mortem se tornassem pontos interessantes de análise. Nota-se, então, uma possibilidade de estudo de categorias de objetos. Há outros exemplos como joias, livros, utensílios e instrumentos musicais¹³. As perguntas são diversas: de onde vieram, se foram produzidos no local, se faziam parte de alguma coleção e a quem pertenciam¹⁴.

As pesquisas sobre história rural e urbana são também convenientes quando se trata de usar os inventários enquanto documentação, sejam como fontes principais ou atreladas a outras. Em estudos sobre história rural, investigando as estruturas fundiárias e de posse de terras¹⁵, hierarquias sociais¹⁶ e distribuição de riqueza¹⁷. Identifica-se ainda exemplos no estudo de história urbana¹⁸ e as nuances

deste espaço, como as desigualdades sociais existentes¹⁹. Além de uma série de estudos sobre posse de escravizados²⁰ e família escrava²¹, temas fundamentais para o entendimento do século XIX e da instituição da escravidão ao longo do Império. Assim, percebe-se uma gama de possíveis temas e metodologias a serem executadas a partir desta fonte tão complexa quanto eficiente na pesquisa histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como consequência deste texto, obtemos um conjunto de análises sobre os inventários *post mortem* enquanto fonte para a pesquisa histórica. De acordo com as referências apresentadas ao longo do texto e nas notas temos um compilado de possibilidades de seu uso e um convite à considerá-la em sua multiplicidade e complexidade quando se trata do uso de tal conjunto documental.

As reflexões, que não são novidade no campo historiográfico, fazem parte do processo de compreensão de como a pesquisa histórica é ampla²² e, por isso, a análise dos inventários ainda é um caminho que pode conduzir pesquisas a resultados diversificados e inovadores. O exemplo é a pesquisa da autora deste texto, que, ao iniciar o uso de inventários como fonte principal, utiliza um conjunto de fontes já apreciado por pesquisas ligadas à história serial, distribuição de riqueza, estratificação social e uma série de temas neste campo. Tal contexto poderia significar o esgotamento da documentação enquanto uma fonte de dados e informações historiográficas. O que não ocorre.

Como foi possível verificar, ainda há uma série de variáveis em aberto e o estudo do consumo como prática familiar e cotidiana traz à tona uma discussão da história em um contexto fronteiriço, visando desarticular as concepções oitocentistas de redução da realidade da fronteira oeste ao incivilizado e rústico.

Quer se dizer também que esses conceitos ligados a concepção de civilidade ao longo do século XIX (civilizado, rústico, atrasado) são importantes de serem considerados e designam o que era pensado sobre a região platina do Império brasileiro. Isso se deve a sua característica ambiental -pampa como sinônimo de vazio - e social em relação às concepções do período, e muito perpetuadas por relatos de viajantes²³ e implementadas a partir das ideias de modernidade vigentes. Porém, tomar esses elementos como o todo do entendimento da fronteira oeste é equivocado e reducionista. Ao colocarmos essas concepções em choque com os resultados de pesquisa percebemos que a realidade platina (região do pampa,

fronteira oeste e o contato com estados nacionais vizinhos) era bastante conectada também com as transformações nas atividades comerciais e de vida social do período, como nos demonstram Thompson Flores (2009, 2013) e Márcia Volkmer (2013). Tais resultados contribuem em uma produção historiográfica mais consistente sobre tal região e baseadas nas análises em andamento investigadas através dos inventários post mortem alocados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTAS

¹Para mais informações sobre a pesquisa concluída no mestrado verificar <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/17487/DIS_PPGHISTORIA_2019_TOMAZI_TAIS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

² A pesquisa atual é orientada pela Prof. Dr. Beatriz Teixeira Weber e coorientada pelo Prof. Dr. José Martinho Rodrigues Remedi, ambos professores do corpo docente do Programa de Pós Graduação em História da UFSM.

³ Categoria de análise a partir da obra *Trecos, troços e coisas*, de Daniel Miller (2013) para pensarmos uma série de elementos relacionados aos objetos, vestuários, e outros elementos materiais que são parte da vida de pessoas.

⁴ Na pesquisa, o objetivo é investigar em conjunto inventários das vilas de Alegrete, Uruguaiana e São Borja sob a ótica da análise serial e em perspectiva de um estudo das *coisas*. Por isso é importante destacar o contexto fronteiriço bem como o período temporal investigado que se dá entre 1850 e 1890, tendo como base discussões sobre fronteira de inspiração nas pesquisas e compreensões de Thomspson Flores (2012, 2019).

⁵ Considerar aqui uma discussão sobre o consumo como uma prática cotidiana que se consolida ao longo do século XIX, mas para a pesquisa em si, estamos desenvolvendo a concepção de consumo familiar de longo/médio prazo por considerar que os bens inventariados passaram em alguma medida por todas as pessoas da família e foram parte da vida cotidiana, além de adquiridos por consumo ou produzidos localmente com o objetivo de satisfazer funcionalidades e explorar as dimensões da vida social e construção da civilidade que era vivenciada pelos indivíduos do período e espaço investigados.

⁶ No caso a capa original quando tiver e capa adicionada na catalogação do documento, por isso aparecem duas versões.

⁷ OLIVEIRA, Mariani B. Dos inventários post mortem nos campos gerais do Paraná: habitações, senhores e escravos (1820-1844). Anais do 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre (UFRGS), 2017.

⁸ LIMA, Tânia Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 3, p. 129-191, jan/dez 1995.

⁹ OLIVEIRA, Lelio L. de. A prestação de contas com a morte: um olhar sobre os testamentos e inventários post-mortem (nordeste paulista, séculos XVIII e XIX). Resgate - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v. 25, n. 2 [34], p. 105-122, jul./dez. 2017.

- ¹⁰ FERREIRA, Natânia S. Para a compreensão de uma história das “estruturas do cotidiano”: Fontes para o estudo de cultura material. Anais do XI Congresso de História Econômica, São Paulo/SP, p. 520-536, 2020.
- ¹¹ TOMAZI, Taís Giacomini. As nuances da civilização: consumo e cotidiano na fronteira meridional do Brasil, Alegre (1846-1891). Dissertação de Mestrado, PPGH-UFSM, 2018.
- ¹² SANTANA, Hava M. Da porta para dentro: o habitar sertanejo a partir dos inventários postmortem (Cajazeiras, SÉC. XIX). Monografia (Licenciatura em História), UFCG/CFP, Cajazeiras, PF, 2022.
- ¹³ HOLLER, Marcos T.; SANTOLIN, Roberta F. O piano em Desterro no século XIX. DAPesquisa, Florianópolis, v.4 n.6, p.463-470, 2009.
- ¹⁴ BRANDÃO, Angela. Inventários como fontes para a História da Arte e do Mobiliário Brasileiro. In: Cultura Visual, n. 13, maio/2010, Salvador: EDUFBA, p. 11-23. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. “Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacases, sécs. XVIII e XIX”. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. n. 1, p. 107-129, 1993; ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX”. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v. 12, p. 91-128, jan./dez., 2004; ARAÚJO, Maria Lucila Viveiros. “Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista”. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v. 12, p. 129-160, jan./dez., 2004.
- ¹⁵ VARGAS, Jonas M. “Um olho no Atlântico, outro na fronteira”. Os charqueadores de Pelotas, o comércio de carne-seca e as suas propriedades na fronteira com o Uruguai (século XIX). Clio – Revista de pesquisa histórica, Recife, PE, n. 30.2, 2013; PEGORARO, Andréa P. Família e propriedade no século XIX na região dos Campos de Cima da Serra. Anais do XVI Encontro Estadual de História – ANPUH/RS. Evento Online. 2022; FINDLAY, Elaine A. G. A mulher e a propriedade da terra no século XIX. In. BRAGA, Hugo Paz de Farias; CORRÊA, Randolpho Radsack; NEPOMUCENO, Talyta Marjorie Lira Sousa (org.) Anais do II Colóquio Internacional de Pesquisas em História do Brasil Império, 2022.
- ¹⁶ REIS JR. Darlan de O. Uma história rural: riqueza, pobreza e injustiça social nos sertões do Ceará (segunda metade do século XIX). Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015. PEGORARO, Andréa P. Família e propriedade no século XIX na região dos Campos de Cima da Serra. Anais do XVI Encontro Estadual de História – ANPUH/RS. Evento Online. 2022.
- ¹⁷ VALENTIN, Agnaldo; MOTTA, José F. COSTA, Iraci. Distribuição e concentração da riqueza com base em inventários post mortem na presença de casos de riqueza líquida negativa. História, São Paulo, v.32, n.2, p. 139-162, jul./dez. 2013.
- ¹⁸ MENEGALDO, Ana Beatriz F; PEREIRA, Renata B. A análise de Inventários post mortem como recurso metodológico para a reconstituição do espaço da cidade de Campinas no século XIX. Anais do IX Seminário Nacional do Centro de Memória- Unicamp, Campinas/SP, 2019.
- ¹⁹ PEDROSO, Guilherme V.; RODRIGUES, Luiz Fernando. Desigualdade social e espaço urbano em Porto Alegre (1850-1880): Um panorama acerca de uma pesquisa em andamento. Anais do XIII Encontro Estadual de História, ANPUH-PE, evento online. 2020.
- ²⁰ MATHEUS, Marcelo S.; FARINATTI, Luís A. Registros de batismo e inventários post mortem como fontes para o estudo da estrutura de posse de escravos no sul do Brasil (século XIX): possibilidades e limites. Estudos históricos, Montevideo, UY, Año VIII, n. 16 – Julio, 2016; BRITO, Esther R.; FERREIRA FILHO, Aurelino J. Inventários post mortem, famílias, escravos e posse de terras. São José do Tijuco MG, 1850-1890. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal/RN, 2013; MACHADO, Larissa. O uso de inventários post mortem e testamentos nas pesquisas históricas sobre famílias escravas: o caso de Itapemirim-ES. Anais do IV Congresso de Processo Civil Internacional, Vitória/ES, 2019.

²¹ ROCHA, Cristiany M. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas. Campinas, século XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 175-192 - 2006

²² MINUZZI, João Davi O., TOMAZI, Taís G. Limites e possibilidades no uso de fontes históricas: batismos, inventários e relatos de viagem. História Unicap, Recife/PE, v. 3, n. 6, jul./dez. de 2016

²³ Relatos de viagem são ainda fontes importantes para o entendimento do século XIX de uma perspectiva das pessoas que passaram pela fronteira oeste como August Saintilaire, Nicolay Dreys, Conde D'Eu, entre outros. Estes textos refletem as concepções do período do ponto de vista da Europa como centro das concepções de civilidade e modernidade, tais ideias eram refletidas na maneira como se pensava a sociedade e o mundo, porém ademais dos problemas que estes escritos geraram ao reproduzir estereótipos persistentes sobre tal contexto, ainda são interessantes para que possamos correlacionar com o que era vivenciado pelas pessoas que habitaram a fronteira oeste na segunda metade do século XIX. Em resumo, é importante utilizar e pensar criticamente esta documentação e contrapô-la com resultados de pesquisa que qualifiquem e complexifiquem o entendimento da região investigada. Considerar MINUZZI, João Davi Oliveira. Uma impressão a cada viagem: percepção da natureza do Pampa na visão de viajantes europeus (1818-1858). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

²⁴ Verificar dissertação da autora (TOMAZI, 2018) para obter parte do acervo documental acessado e utilizado até o presente momento.

Fontes

Inventários post mortem acondicionados pelo APERS, referentes às cidades de Alegrete, Uruguaiana e São Borja entre 1846 e 1891 (a coleta de fontes foi realizada para períodos de 5 em 5 anos dentro desta margem temporal e as informações estão sendo organizadas em banco de dados).²⁴

Referências

ABRAHÃO, Eliane Morelli. *Mobiliário e utensílios domésticos dos lares campineiros (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CABREJAS, Laura Leonor. *Vida materia en la frontera bonaerense*. In: MAYO, Carlos. *Vivir en la frontera: la casa, la dieta, la pulpería, la escuela (1770-1870)*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. Anos 90 (UFRGS. Impresso), v. 15, p. 57-72, 2008.

_____. *Apropriação da terra e formação de grandes patrimônios fundiários na fronteira sul do Brasil, através dos inventários post mortem (1800-1860)*. Trabajos y Comunicaciones- Departamento de História. La Plata, v. 35, p. 149-171, 2009.

FARINATTI, Luís Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)*. In: HEINZ, Flávio (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

FRAGOSO, João L. R.; PITZER, Renato R. *Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla - inventários post mortem*. Revista Arrabaldes, Ano 1, n. 2, set/dez 1988, p. 29-52.

LIMA, Tânia Andrade. *Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 3, p. 129-191, jan/dez 1995.

MARIANI, Alba. *Vivienda, Alimentación y Vestimenta en el Río de la Plata (1850-1890)*. Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2007.

MARTINS, Rui Luís Vide de Cunha. *O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas)*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

MCCRACKEN, Grant. *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: MAUD, 2003.

MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de. *Brasil y Argentina: fronteras y circuitos comerciales en el Plata (siglos XIX y XX)*. Anuario del Centro de Estudios; Córdoba Ed.1, 2001, p. 283-300.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

SCHMIT, Roberto. *La construcción de la frontera decimonónica en la historiografía rioplatense*. Mundo Agrario, vol. 8, n. 6, primer semestre de 2008.

THOMPSON FLORES, Mariana F. C. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____. *O conceito de fronteira na historiografia: antigos debates, temas contemporâneos*. In.: ROMANI, Carlo; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno. *Fronteiras e territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia*. Intermeios, São Paulo, 2019.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas da Porto Alegre oitocentista*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

VARGAS, Jonas M. *Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários postmortem*. In: APERS. XI Mostra de pesquisa: produzindo História a partir de fontes primárias. V. 1. Porto Alegre: CORAG, 2013b, p. 155-180

5.2

DE COMERCIANTES A ESTANCIEIROS: A FAMÍLIA OLIVEIRA GUIMARÃES E OS CAMPOS DE SÃO LOURENÇO

Patrícia Bosenbecker

Resumo: O trabalho que apresento é fruto de uma intensa coleta de dados sobre as estâncias da região de São Lourenço do Sul, retratando uma área com poucas informações em termos de história agrária. Limitada por Pelotas e Camaquã, a região foi uma das últimas a ser fatiada, no final do século XVIII e início do XIX. Embora próxima do rio Camaquã, a configuração das sesmarias da localidade é ainda um quebra-cabeças, começando pelos chamados “campos de São Lourenço”, que foram formados a partir de quatro sesmarias de terras, constituindo três fazendas diferentes, passadas e comercializadas por pelo menos três grupos familiares, no período de 1789 até 1829. O centro da narrativa busca entender a inserção da família dos Oliveira Guimarães, comerciantes portugueses, com negócios em Rio Grande e no Rio de Janeiro, através do investimento na compra de terras e nos casamentos com integrantes das famílias “estabelecidas”.

Palavras-chaves: história agrária – estâncias – fontes documentais

A *Estância de São Lourenço* foi formada por quatro sesmarias incompletas, adquiridas pela família Oliveira Guimarães, em princípios do século XIX. Entre as sesmarias que mais se aproximam da localização consagrada da *Estância de São Lourenço* [Norte: Arroio Carahá – Sul: Arroio Grande (atual Turuçu) – Leste: Laguna dos Patos e Oeste: Serra dos Tapes] estão: a sesmaria que foi concedida a Jorge Colaço, chamada de *Sesmaria do Serrito* (ou Cerrito), conforme trataremos mais detalhadamente; uma sesmaria concedida a Antônio Furtado de Mendonça, chamada *Sesmaria de São Lourenço*, e uma terceira, doada a Thomaz José da Silveira, denominada de *Sesmaria do Arroio Grande*. Todas elas foram requeridas e concedidas em 1789.¹ Da quarta sesmaria, ainda não obtivemos dados mais precisos. As três sesmarias desses requerentes eram limítrofes: Furtado de Mendonça parece estar mais ao norte, enquanto Thomaz José da Silveira ficava a leste, tendo ao norte o Arroio São Lourenço, e Colaço, que era vizinho dos dois, estabelecido no lado oeste, limitando-se com a Serra dos Tapes, sem acesso a Laguna dos Patos. Começaremos, então, a descrever a história da formação das estâncias.

Em 28 de maio de 1814, Ignácio Ribeiro Leite encaminhou petição ao Governador e Capitão-General Dom Diogo de Souza, para justificação de uma sesmaria na região da Serra dos Tapes, limítrofe à *Estância de São Lourenço*.² Em 21 de agosto daquele ano, a Câmara Municipal de Rio Grande informou que apenas a dona Isabel Eufrásia de Oliveira, viúva de Manoel José de Oliveira Guimarães, havia se oposto ao requerimento do suplicante, pedindo que houvesse o cuidado para não tocar nas terras que pertenciam a sua família. Isabel Eufrásia declarava que a petição de Ribeiro Leite incluía uma parte da área que ela já possuía na *Estância São Lourenço*. Ignácio Ribeiro Leite era um dos mais antigos sesmeiros da região,³ embora ainda não tivesse legalizado a sesmaria. Foi soldado de Ordenanças e morava nas “abas” da Serra dos Tapes, em um:

[...] terreno Correspondente a huaLegoa de frente com trez de fundo incluindo Campos faxinaes e Matos entre dous galhos do Arroyo Grande q. formão forquetahum dos quaes divide a Estancia de S. Lourenço, e outro mais caudalozo q. vem [ilegível] divide a do Cor.^{el} Paulo Roiz X.^{er} Prates fazendo fundo p^a a m.^{ma} Serra dos Tapes sertão devoluto.⁴

Desde 1802, Ribeiro Leite trabalhava fazendo lavouras e cortando matos da serra, constando que seu principal serviço à Coroa foi a abertura de uma estrada que seguia para dentro da Serra, caminho que era utilizado para outras pessoas poderem “povoar” a referida serra. Em 1814, ele requereu a faixa de terras descrita acima, entrando em litígio com os proprietários da *Estância de São Lourenço* até 1823, quando sua sesmaria, denominada *Sesmaria dos Potreiros*, foi concedida após julgamento de recurso no Tribunal da Relação, no Rio de Janeiro. Ribeiro Leite era casado com Maria das Neves, com quem teve sete filhos, sendo que os dois mais velhos serviram como soldados no destacamento do, na época, alferes Simão Soares. Estes dois filhos entraram em um violento conflito com outros integrantes do destacamento de Simão Soares, ficando os dois feridos e impossibilitados de proverem o próprio sustento. Ignácio Ribeiro Leite faleceu em 17 de maio de 1822, antes da sentença definitiva da concessão da sesmaria, que ocorreu após um longo período de disputas nos órgãos competentes, tendo um parecer favorável à concessão da sesmaria de Ribeiro Leite, com a condição de não “perturbar” a *Estância de São Lourenço*.

A família Ribeiro Leite dispersou-se pelo Rio Grande do Sul e a *Sesmaria dos Potreiros* foi quase toda adquirida (cerca de 75%) por Jacob Rheingantz, no processo de colonização com imigrantes de origem alemã de São Lourenço. O que nos interessa na justificção de Ribeiro Leite é a documentação que dona Isabel Eufrásia apresentou sobre a posse da *Estância de São Lourenço*, pois a *Sesmaria do Serrito*, que integrava a estância, era vizinha à área pertencente a Ignácio Ribeiro Leite. A *Sesmaria do Serrito* foi concedida em 1789 a Jorge Colaço. A carta de concessão data de 25 de novembro, quando foi emitida “oficialmente” no Rio de Janeiro. Segundo os termos da carta:

Jorge Colaço [afirmou] que elle tinha povoado com animais vacuns e cavallares; Cazas e Curral no Continente da Villa do Rio Grande huma [resacada] de Campo que se achava para a parte de dentro do alto de humSerrito que fica nas Cabeceiras do Arroyo Grande que [a extrema] da parte do Sul a Estancia de Thomas Jose da Silveira atacado dos Mattos que do mesmo Sul ao Norte e com voltas da Serra sevão a encontrar com o Rincão do confinante Antônio Furtado de Mendonça e fazia [o suplicante] haver pouco mais ou menos legua e meya de comprido e mais digo documprimento e pouco mais de meya de largo [...]⁵

Contudo, antes da concessão definitiva ser emitida, Jorge Colaço vendeu a sesmaria para Manoel Bento da Rocha, conforme um *pertence* anexo a carta, que data de 4 de março de 1789:

Pertence esta Sismaria ao Capitão Mor Manoel Bento da Rocha [demitando] a mim toda a posse, ação, dominio, e senhorio que na mesma tenho por [ca] serto que entre mim e o dito Capitão Mor houve e por virtude deste se não oporão mesmo herdeiros e testamenteiros para clareza lhe passei a presente por mim feito e assinado. Fazenda de Nossa Senhora dos Prazeres de Pellotas[,] quatro de Março de mil sete centos oitenta e nove. [ass] Jorge Colaço.⁶

Manoel Bento da Rocha foi oficial da Câmara, capitão de ordenanças e, tempos depois, capitão-mor. Teve várias estâncias no Rio Grande do Sul e em outras partes do Brasil e, provavelmente, chegou a Rio Grande antes de 1760. Com a invasão espanhola, transferiu-se para Viamão e teve uma estância em Triunfo, até se instalar na nova capital, transferida para Porto Alegre, onde formou grande rede de

relações e continuou a expandir seus negócios. Em 1783, “*subitamente abandonou sua ‘vida pública’, recolhendo-se a uma de suas fazendas*”. Manoel teria se retirado para a Estância de Nossa Senhora dos Prazeres (em Pelotas), no distrito de Rio Grande, onde faleceu em 22 de dezembro de 1791.⁷

A *sesmaria do Serrito* teria sido medida por ordem de Isabel Francisca da Silveira, esposa de Manoel Bento da Rocha, conforme informação de Isabel Eufrásia de Oliveira, no requerimento de oposição a justificação de Ribeiro Leite.⁸ Assim, podemos comprovar que Manoel Bento da Rocha foi proprietário de parte do que viria a ser a *Estância de São Lourenço*. Esta estância era chamada pela família Oliveira Guimarães de *estância grande de São Lourenço* e era formada por duas sesmarias: a do Serrito e a do Arroio Grande. No entanto, a sesmaria não foi comprada pelos Oliveira Guimarães diretamente de Manoel Bento da Rocha, uma vez que o estabelecimento dos irmãos nos campos de São Lourenço ocorreu apenas mais tarde, por volta de 1807, quando começaram a adquirir propriedades na região.

Manoel Bento da Rocha declarou em seu testamento que tinha duas estâncias, a de *Nossa Senhora dos Prazeres*, em Pelotas, e a de *Santa Isabel das Pedras Brancas*, em Porto Alegre, e, portanto, não possuía mais as propriedades de São Lourenço.⁹ Entretanto, há outro dado comprova que Manoel Bento da Rocha efetivamente possuiu a *Estância de São Lourenço*, pois ele mantinha na propriedade um administrador, que recebia salário para a manutenção da mesma. Este administrador era Melchior Cardoso Osório, filho do tenente-coronel Thomaz Luís Osório¹⁰ e de Francisca Joaquina de Almeida Castelo Branco. No inventário da primeira esposa de Melchior, Ignácia Maria de Jesus,¹¹ que faleceu em 16 de dezembro de 1790, foi citado o valor que quase alcançava um conto e meio de reis (1:457\$000), como dinheiro pertencente ao casal, provindo do salário de Melchior como administrador da estância, conforme consta no processo:

Declarou o Inventariantte que quando sua mulher falleceu possuia em dinheiro corrente a Coantia de hum conto quatro sentossincoenta e sete mil e setenta réis de Salarios que havia vencido desde o primeiro de Janeiro de mil settesentos e oitenta e quatro the vinte dois de Junho de mil settesentos e novintta e dois, dia em que passou a Segundas nupssias – 1:357\$040. Cujos Salarios havia vencido na adeministrasão da Estancia de São Lourenso do falecido Capitão Mor Manoel Bento da Roxa.¹²

Como podemos notar na transcrição acima, Melchior declarou que teria trabalhado como administrador das estâncias entre 1784 até 1792, ano que se casou pela segunda vez, mas não deixou de administrar a estância. Em 1792, Manoel Bento da Rocha já havia falecido e não deixou declaradas em testamento as estâncias de São Lourenço. Acredito, contudo, que Melchior tenha administrado as estâncias de São Lourenço até a viúva de Bento da Rocha ter concluído a venda das mesmas. Nesta época, início da década de 1790, Cardoso Osório não declarou pertencer terras na região. Em 1892, ele casou-se com Thereza Angélica Rodrigues, irmã de dona Isabel Eufrásia. Thereza faleceu em 10 de fevereiro de 1813, quando Melchior declarou, por ocasião do inventário de sua segunda esposa, que possuía uma fazenda, denominada *Estânciado Boqueirão*, formada por uma sesmaria de campos com duas léguas de comprimento e uma de largura, dividindo-se ao norte com João Cardoso de Gusmão e o Coronel Simão Soares, ao sul com tenente-coronel José Antônio de Oliveira Guimarães [ou seja, as estâncias de São Lourenço], a leste com Lagoa dos Patos e a oeste com a Serra dos Tapes.

Já analisamos que as sesmarias que formaram a estância de São Lourenço foram “legalizadas” em 1789, no nome de outros sesmeiros, como Jorge Colaço, por exemplo.¹³ Entretanto, ao que tudo indica Manoel Bento da Rocha tinha a posse efetiva das estâncias muito tempo antes das suas concessões “oficiais”. Infelizmente, ainda não nos é possível precisar quando e para quem Manoel Bento da Rocha, ou sua esposa, vendeu a *Estância de São Lourenço*. As terras podem ter sido vendidas a Manoel Pinto de Moraes, que vendeu os campos para os *Oliveira Guimarães*, ou pode haver ainda outros envolvidos. Manoel José de Oliveira Guimarães faleceu em 15 de dezembro de 1811, e no seu inventário, realizado no ano seguinte, eram listadas as suas propriedades, dentre as quais estavam:

Seis Leguas de Campo no Lugar denominado Sam Lourenço por duas Sismariasim Completas e se dividem pello Norte Com o Arroyo Sam Lourenso, pelo Sul com o Arroyo grande pello Leste com a Lagoa dos Patos, e pello Oeste com a Serra dos Tappes por Compra a Manoel Pinto de Moraes, que os avaliadores acharão valler a quantia de dezasseis contos de Reis” (16 contos de réis¹⁴)

Assim, temos uma estância, no lugar de São Lourenço, formada *por seis léguas de campo* divididas em duas sesmarias incompletas. Portanto, a primeira sesmaria de Jorge Colaço está contida nessa parte de terras, pois temos a referência do Arroio Grande e da Serra dos Tapes nos dois documentos, mas não

temos a referência da Lagoa dos Patos na sesmaria de Colaço. A referência da Laguna dos Patos está, por sua vez, na sesmaria de Tomás José da Silveira. Dentro desse mesmo campo, havia uma morada de casas de sobrado, coberto de telhas, avaliada em um conto e novecentos mil réis (1:900\$000), além de armazéns, senzalas, olarias e outras benfeitorias. Portanto, há um sobrado na *Estância de São Lourenço* em 1811, quando as terras pertenciam a Manoel José.

Manoel José de Oliveira Guimarães também possuía outra estância, vizinha a primeira, e denominada de *Estância do Porto de São Lourenço*. Tal designação é fundamental para entendermos a “futura” designação dos espaços territoriais sul-lourencianos. A descrição da *Estância do Porto de São Lourenço* era a seguinte:

Duas Leguas de Campo pouco mais ou menos denominado odalria [Olaria?]¹⁵ no mesmo Lugar de Sam Lourenço que se duvide pello Norte com o Arroyo Caraâ, pelo Sul com o Arroyo Sam Lourenço pello Leste com a Lagoa dos Pattos e pelloEste com aquella do Boqueirão[,] comprado a João Alves Pereira, e a Affonço Pereira Chaves que sendo visto e avaliado pellos avaliadores acharão valer a quantia de sete contos e duzentos mil reis.”¹⁶

Portanto, Manoel José de Oliveira Guimarães possuía outra sesmaria,¹⁷ que formava a *Estância do Porto de São Lourenço*, menor que a primeira, mas contínua a esta. Assim, do Arroio Grande ao Carahá temos, conforme o inventário de Manoel José, três sesmarias formando o lugar chamado de *campos de São Lourenço*. A descrição da segunda estância nos remete a possibilidade de que uma sesmaria que poderia ter formado a *Estância do Porto* era a doada “originalmente” a Antônio Furtado de Mendonça, pois sua sesmaria ficava ao norte das terras de Tomás José da Silveira, divididas pelo Arroio São Lourenço. Ainda é preciso descobrir, contudo, se esta sesmaria tinha o Arroio Carahá ao norte ou se havia outra sesmaria entre Mendonça e o Carahá. Antônio Furtado de Mendonça era sogro de Manoel Bento da Rocha. Os genros de Antônio Furtado de Mendonça formavam o que Fábio Kühn chama de “bando dos cunhados”. Juntos, os cunhados teriam conseguido postos na administração de cargos em Viamão (1765-1773) durante dezoito vezes. Ao longo do tempo, ascenderam economicamente, pois mantiveram vários contratos de comércio, ou contratos de “arrecadação”, com a Coroa Portuguesa. Os genros, a saber, eram: Capitão Manoel Fernandes Vieira (casado com Ana Ignácia), Manoel Bento da Rocha (Isabel Francisca), Francisco Pires Casado (Mariana Eufrásia), Mateus Inácio da Silveira (Maria Antônia), Antônio Moreira da Cruz e Domingos Ribeiro Gomes Filho (que foram casados com Joana Margarida).¹⁸

Segundo consta no mesmo inventário de Manoel José de Oliveira Guimarães, ele devia a João Alves Pereira, por crédito da compra da Estância *do outro lado do São Lourenço*, ou seja, a do porto, mais de oito contos de réis, e a Manoel Pinto de Moraes, por crédito da compra da *estância grande de São Lourenço*, mais de vinte e três contos de réis. Em consequência ao alto valor das dívidas, a família se obrigava a garantir o pagamento dos valores, partilhando partes das próprias estâncias e comprometendo-se ao pagamento das parcelas futuras, ainda não vencidas. No inventário também consta o desmantelamento da sociedade que Manoel mantinha com o irmão José Antônio e o pagamento das dívidas existentes entre ambos. Assim, na divisão dos bens, além dos mantimentos e de semoventes que existiam em grande quantidade terem sido divididos, os campos foram também esfacelados: José Antônio ficou com cerca de 51% da Estância grande de São Lourenço e mais 79% do sobrado; dona Isabel Eufrásia ficava com apenas 2,5% da estância grande e o restante do sobrado(21%), bem como as benfeitorias e demais construções eram divididas entre os dois; Manoel Pinto de Moraes ficou com 46% da estância grande. O restante dessa estância foi dividido em terça e outros credores, respeitando o critério e a lei de igualdade na distribuição. Já a Estância do Porto de São Lourenço, chamada no inventário de Olaria, foi dividida da seguinte maneira: José Antônio com cerca de 17% das terras, Manoel Pinto de Moraes com mais ou menos 27%, João Alves Pereira com o equivalente a 50% das terras da fazenda e o restante (6%) foi repassado a Inácio. Contudo, sabemos que os *Oliveira Guimarães* mantiveram as estâncias em seu poder e as partilhas dos campos em pagamentos para os dois principais credores, antigos donos das fazendas, tinham por finalidade garantir o pagamento das terras, assim, muito provavelmente, José Antônio ressarcia os dois credores, assumindo os pagamentos que ainda deveriam ser realizados pelos campos, pois consta em seu inventário datado de 1829 uma dívida com Manoel Pinto de Moraes.¹⁹ E, ainda antes do final do inventário, José Antônio se casou com a viúva, sua cunhada, garantindo que o patrimônio fosse mantido.²⁰ O que não está claro no inventário, requerendo ainda maiores pesquisas, é o que aconteceu com as terras e matos que Manoel possuía no Faxinal, áreas que possivelmente integrariam a Estância do Salso.

Manoel Pinto de Moraes foi Comandante do Distrito de Pelotas, por volta de 1825, mas não temos maiores informações sobre este antigo proprietário da *estância grande de São Lourenço*. Já o proprietário da *Estância do Porto de São Lourenço*, João Alves Pereira, em 1799, aparece como proprietário da Fazenda São Lourenço, onde mantinha um Oratório, também denominado São Lourenço. A informação foi repassada pelo Padre Bento Cortes de Toledo, que foi encarregado

pelo Bispo de visitar as capelas e igrejas do Continente de São Pedro.²¹ Poderíamos cogitar uma possível ligação entre estes personagens. Partimos então para a genealogia: João Alves Pereira era o filho mais velho do Alferes João Pereira Chaves. O Alferes faleceu em 20 de novembro de 1797²² e foi um dos mais abonados estancieiros do Continente de São Pedro do Rio Grande, com o maior contingente de escravos e um dos maiores patrimônios do século XVIII, sediado na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos.²³ João Alves Pereira estudou em Portugal e foi o único filho que restou do primeiro casamento do Alferes Pereira Chaves. Anos depois da venda dos campos de São Lourenço, João Alves estabeleceu-se em Piratini. O Alferes casou-se, novamente, com Lauriana Joaquina Pereira, viúva de Manoel de Barros Pereira, que tinha falecido em 1777. Deste 2º matrimônio, o Alferes teve três filhas: Gertrudes, Ana Úrsula e Isabel. A primeira filha casou-se com Afonso Pereira Chaves e a segunda filha com Manoel Pinto de Moraes.²⁴

Assim, todos os envolvidos com a venda das estâncias de São Lourenço para Manoel José de Oliveira Guimarães são interligados pelo Alferes Pereira Chaves, conhecido como grande negociante de terras, e sua esposa, Lauriana. Entre a herança deixada pelo Alferes João Pereira Chaves, estavam a Fazenda de Taquara e a Fazenda da Boa Vista, sendo que esta última propriedade, pelo inventário do alferes, ficou pertencendo a dona Lauriana, que a vendeu após 1798, quando foi concluído o inventário, para Antônio José Gonçalves, filho de Francisco da Costa Gonçalves.²⁵ Em 1806, quando foi realizado o inventário de dona Lauriana, a família estava estabelecida mais ao sul do Rio Grande do Sul, mas ainda possuía a Fazenda de Taquara. Dona Lauriana era natural da Ilha do Faial, dividia com as filhas e os genros os negócios de criação e fazendas, tendo ainda uma sociedade na Fazenda da Taquara, com Thomaz Luiz Osório, na época de seu falecimento. Ela escreveu seu testamento na Fazenda de Pelotas, em 19 de dezembro de 1804, e faleceu em Rio Grande, em fins de novembro de 1805.²⁶

O genro e inventariante de dona Lauriana, Afonso Pereira Chaves, informou que sua sogra possuía alguns bens divididos em duas fazendas: *a de São Lourenço* e *a de Taquara*. A pedido do genro foram listados e avaliados os bens de cada fazenda, separadamente. Entre os itens relacionados estavam na Fazenda de São Lourenço cerca de vinte pessoas escravizadas e vários utensílios de prata, de cobre e de bronze. Da Estância de Taquara haviam ficado um pedaço de campo, uma casa de sobrado, móveis, escravos, vários utensílios e muitos animais vacuns e cavalares. Afonso Pereira Chaves era natural da Freguesia de Santa Maria do Salto, comarca de Chaves, arcebispado de Braga, Portugal. Ele faleceu em 7 de maio de 1833, na vila

de São Francisco de Paula, onde residia com a esposa Gertrudes; o casal não teve filhos. Já Manoel Pinto de Moraes faleceu em Rio Grande, em 8 de novembro de 1839, onde residia com a esposa Ana Úrsula, com quem teve oito filhos. Ambos continuaram negociantes de propriedades de terra, mas moravam nos núcleos urbanos, possuindo considerável patrimônio.²⁷

Portanto, pelas informações do inventário de dona Lauriana Joaquina Pereira, ela não possuía terras em São Lourenço, que provavelmente foram compradas pelos seus genros e pelo enteado. Até esse momento, podemos apontar que possivelmente Manoel Bento da Rocha vendeu os campos para os descendentes do Alferes Pereira Chaves, que por sua vez venderam os campos para a família Oliveira Guimarães. Conforme as transações até aqui mencionadas, podemos notar que as terras das estâncias *do Porto e de São Lourenço* formaram um conjunto de terras que se configuraram em grandes investimentos, com avultados retornos financeiros, para os maiores comerciantes e proprietários do Rio Grande do Sul, no final do século XVIII e início do XIX.

A família *Oliveira Guimarães* manteve as estâncias em seu poder por mais de dez anos, até que em 26 de novembro de 1819 as quatro sesmarias incompletas que formavam os campos de São Lourenço foram vendidas com tudo que estava dentro pelo valor de sessenta e nove contos de réis. O comprador das terras foi José da Costa Santos, que também era comerciante e tentava se estabelecer na região. Conforme os termos da venda:

O Tenente Coronel Jose Antonio de Oliveira Guimarães e sua mulher dona Isabel Eufrasia de Oliveira fazem Escriptura de venda de quatro sesmarias incompletas de terras de campos e mattos e assim mais cento e trinta e oito Escravos ladeiros e hum Hiate e seus pertences anssim mais toda a qualidade de animais e generos que havia dentro da dita Fazenda ao comprador José da Costa Santos em vinte e seis de Novembro de mil oito centos e desenove.²⁸

No entanto, no inventário de Costa Santos estavam duas sesmarias que formavam a *Estância de São Lourenço* e outra que era a *Estância do Porto de São Lourenço*, acrescida de mais uma parte que ele mesmo comprou de Affonso Pereira Chaves. Ainda nos documentos apresentado pelos vendedores ao comprador, ficaram registrados que havia alguns moradores nas fazendas, que tinham licença dos donos para morar em São Lourenço, entre eles estavam: “...no lugar dos *Poteiros no fundo do campo da fazenda, se achão como agregados e morando a seu*

favor João Pinto, a viuva Antonia Ignacia, a viuva Maria Francisca do Padro e seu genro...”, entre outros.

A escritura foi passada em 29 de novembro de 1819 e até 29 de novembro de 1825 José da Costa Santos havia feito seis pagamentos, que ultrapassavam os quarenta contos de réis (41:473\$000). Costa Santos faleceu em 29 de abril de 1826, sendo que em seu inventário, autuado em 30 de maio de 1827, o tenente-coronel José Antônio de Oliveira Guimarães cobrou, através de um libelo cível, o pagamento das parcelas faltantes, que somavam mais de vinte e sete contos de réis. Segundo um dos termos desse libelo:

Provará o Autor que sendo Senhor e legitimo possuidor [o tenente-coronel] de quatro Sesmarias de Campo e Mattos que formão a Fazenda denominada São Lourenço, desta com animais, escravos e mais [officinas] a ella pertencentes no dia vinte e nove de Novembro de mil oito centos e desenove com sua mulher fez venda ao falecido José da Costa Santos marido e Pay dos Réos [os inventariantes do inventário] o qual pela Escrytura junta se constituhiodevedore pelos artigos que comprou fiador da quantia de cessenta e nove contos cento e vinte e dous mil reis...²⁹

A dívida foi reconhecida e *provavelmente* paga pelos herdeiros de Costa Santos, uma vez que ainda constavam no inventário do tenente-coronel José Antônio, em 1829.³⁰ No inventário de Costa Santos estavam, entre as propriedades da família, a *Estância de São Lourenço*, com suas duas sesmarias, o sobrado de morada do casal, um estabelecimento de charqueada e uma olaria; a *Estância do Porto de São Lourenço*, com um armazém; e uma sesmaria de matos na Serra dos Tapes, no fundo das fazendas, além de um rincão de campo que Costa Santos comprou de Affonso Pereira Chaves. Da estância do Porto, foram desmembrados um terreno, doação de Costa Santos para a “nova” Capela do Boqueirão (localização atual da sede do distrito do Boqueirão), e um rincão de terra, doado ao afilhado Antônio Francisco Pinto de Oliveira Júnior, em frente à casa do pai deste, que dividia as terras com Costa Santos.³¹

Costa Santos nasceu em 1773 e foi batizado na Freguesia de Santa Rita, no Rio de Janeiro. Era filho de Manoel da Costa Santos e Thereza Maria de Jesus. Tinha irmãos e irmãs, além de uma tia que ficava em sua companhia. Ele veio ao sul do Brasil para auxiliar o tio, Serafim da Costa Santos, comerciante português que começou a trabalhar no Rio Grande do Sul como caixeiro de Manoel Bento da Rocha.

O comerciante José da Costa Santos também procurou investir seus recursos em terras, pelo menos desde 1792, quando requeria uns campos, uma ou duas léguas aquém do Passo do Camaquã.³² Em 21 de Abril, o Capitão José de Saldanha informava ao Marechal Governador quem era o requerente:

[...] hum mosso solteiro, sobrinho de Serafim da Costa Santos negociante deste Quartel [Rio Pardo], e Estancieiro d'esta Fronteira, este seu sobrinho anda embarcado cuidando nos negocios de d^o seu Tio, e [ousou] dizer que se pertendeestabelescer em alguma Estancia com os animais, que lhe ceder o mesmo Serafim da Costa, pois elle não tem alguns.³³

Costa Santos radicou-se no Rio Grande do Sul, casou-se em 1808 com Ana Joaquina da Silva, filha de Joaquim Gonçalves da Silva. Por três vezes, José da Costa Santos havia requerido concessão de sesmarias, mas não obteve sucesso, e ao que tudo indicava, suas petições haviam se extraviado. Para o Capitão Saldanha, as dimensões apresentadas nas petições estavam equivocadas e havia mais interessados nas mesmas terras, além disso, conforme declarou:

Serafim da Costa Santos, que hé quem áge pelo Sup.^e seu sobrinho, diz que tem cartas por donde ha de mostrar forão subnegadas as d.^{as}petiçoens na Camera; o que eu não duvido; porem sempre me lembra reflectir, que até agora não tem aparecido Sismaria, ou requerimento algum com estas confrontações, que confira o mesmo lugar a algum dos favorecidos, ou conhecidos dos da [Câmara].³⁴

Depois da compra dos campos de São Lourenço, Costa Santos tornou-se um abastado fazendeiro. Quando morreu, ele ainda mantinha um contingente de cento e sessenta e uma pessoas escravizadas. O iate da fazenda São Lourenço, agora, era chamado de Patrocínio, e havia, ao todo, onze mil reses de criar e setecentos cavalares. Como dissemos anteriormente, o famoso sobrado da Fazenda do Sobrado, já existia em 1811, quando foi realizado o inventário de Manoel José de Oliveira Guimarães.³⁵

Contudo, antes de prosseguirmos, um outro nome dado a *da Estância do Porto de São Lourenço* foi Fazenda do Carahá, como ficou registrado na divisão das terras que a viúva de Costa Santos faria anos depois. Não podemos esquecer que existiu uma *Sesmaria do Carahá*, doada a dona Constância de Oliveira Ferreira Pinto

Bandeira³⁶ por seu tio, Rafael Pinto Bandeira. Em 1793, dona Constância pediu confirmação da sua sesmaria, um “rincão de campo”, com três léguas de comprimento, por duas de largura. Este terreno requerido teria sido “apropriado” por Rafael Pinto Bandeira, por volta de 1776,³⁷ contudo, o governo já havia realizado concessões no referido local, e como vimos há um conjunto muito mais complexo sobre a história agrária da região e as redes de relações que podem ter facilitado as aquisições de abastados comerciantes e compradores de terras, no período que compreende o final do século XVIII e o início do XIX. Dona Constância teve deferida sua carta de concessão de sesmaria, mas com medidas muito menores. Conforme o Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, o referido terreno achava-se ocupado por duas diferentes sesmarias, reduzindo as dimensões do rincão à légua e meia quadrada. Infelizmente, não sabemos se esta légua e meia estava compreendida nos campos de São Lourenço e se foi vendida, integrando as sesmarias que formaram as duas estâncias de São Lourenço. E, assim, retornamos ao começo desta análise. O próximo passo, inevitavelmente, deverá compreender a realização de novas e aprofundadas pesquisas.

NOTAS

¹ Sobre as terras de Jorge Colaço trataremos ao longo do artigo. A concessão de Antônio Furtado de Mendonça, da Sesmaria de São Lourenço, ficou registrada como “*Rincão de terras, que se acha dividido com extremidades da Serra e cabeceiras do Arroio São Lourenço, do confrontante Tomás José da Silveira, no qual, haverá pouco mais ou menos duas léguas de comprimento, e pouco mais de meia de largo*”. Já a Sesmaria de Tomás José da Silveira tinha ao norte o Arroio São Lourenço e, ao leste, a Lagoa dos Patos. Os registros constam do Livro Geral de Registro de Sesmarias, Livro nº 38, fls. 41 e fls. 40, respectivamente. Cópia dos registros encontra-se em: MARCOLLA; MONQUELAT. *As datas e sesmarias na Serra dos Tapes e São Lourenço do Sul*. Jornal Diário da Manhã, 7 de agosto de 2011.

² Justificação de Sesmaria de Ignácio Ribeiro Leite. AHRs. Coleção Sesmarias. Nº 536, maço 39, caixa 14.

³ As informações sobre Ribeiro Leite podem ser conferidas em: Justificação de Sesmaria de Ignácio Ribeiro Leite. AHRs. Coleção Sesmarias. Nº 536, maço 39, caixa 14, especialmente p. 3 a 4. E também: Processo de inventário de Maria das Neves (viúva de Ignácio Ribeiro Leite) APERS. Comarca de Pelotas. Processo nº 118, caixa 006.0385. (o inventário de Ribeiro Leite está anexo ao processo).

⁴ Justificação de Sesmaria de Ignácio Ribeiro Leite. AHRs. Coleção Sesmarias. Nº 536, maço 39, caixa 14, p. 3v e 4.

⁵ Cópia da Carta de Sesmaria de Jorge Colaço, anexa ao processo de Justificação de Sesmaria de Ignácio Ribeiro Leite. AHRs. Coleção Sesmarias. Nº 536, maço 39, caixa 14, p. 7.

⁶ Conforme “*Pertence*” no final da Carta de Sesmaria de Jorge Colaço, anexa ao processo de Justificação de Sesmaria de Ignácio Ribeiro Leite. AHRs. Coleção Sesmarias. Nº 536, maço 39, caixa 14, p. 9 e 9v.

⁷ Todas as informações deste parágrafo são oriundas de: KÜHN, Fábio. *Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói/PPG-História UFF, 2006, p. 257.

⁸ Justificação de Sesmaria de Ignácio Ribeiro Leite. AHRS. Coleção Sesmarias. Nº 536, maço 39, caixa 14, p. 6.

⁹ Testamento de Manoel Bento da Rocha. APERS. Livro 2 do 1º Tabelionato, p. 102v-104v. O testamento foi paleografado e está anexado a tese de KÜHN, Fábio. *Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói/PPG-História UFF, 2006, p. 467 a 469. Embora, os campos de São Lourenço parecem terem sido medidos a pedido de dona Isabel Eufrásia da Silveira, o que pode indicar que os campos ainda pertenciam à viúva, apesar de não termos a data da referida medição.

¹⁰ O tenente-coronel Thomaz Luiz Osório era natural de Cartaxo e foi condenado e enforcado em Lisboa, em 21.04.1768, durante as investigações sobre a invasão espanhola de Rio Grande.

¹¹ Conforme o inventário de Ignácia Maria de Jesus, anexo ao processo de inventário de Melchior Cardoso Osório. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 280, caixa 006.0396. No mesmo inventário está anexado o inventário da segunda mulher de Melchior, Tereza Angélica Rodrigues, falecida em 10 de fevereiro de 1813. Melchior faleceu em 27 de julho de 1844, mas seu inventário só seria realizado em 1847, após o fim “dos transtornos” causados pela Guerra dos Farrapos.

¹² Inventário de Ignácia Maria de Jesus. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 280, caixa 006.0396. As folhas não foram numeradas e, portanto, não há número de páginas.

¹³ Segundo informações das tentativas realizadas pela família Oliveira Guimarães para confirmar a concessão das sesmarias que formaram a Estância de São Lourenço, o nome do proprietário de outra (ou de uma outra) sesmaria que formou os campos de São Lourenço era João Bernardo da Silva, que teria meia légua de frente e duas de fundas. Há a possibilidade desse João Bernardo da Silva ser o sobrinho que Manoel Bento da Rocha esperava chegar de Portugal, em 1791, quando faleceu. No entanto, no inventário de Oliveira Guimarães, só foi possível identificarmos que ele comprou, de Manoel Pinto de Moraes, a estância já formada. (KÜHN, 2006, p. 467 a 469). Veja também: A. F. Monquelat; V. Marcolla. As datas e sesmarias na Serra dos Tapes e São Lourenço do Sul. In: O povoamento de Pelotas (20). Diário da Manhã, no dia 31 de julho de 2011.

¹⁴ Inventário de Manoel José de Oliveira Guimarães. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Inventário nº 92, ano 1812, caixa 005.081, p. 23.

¹⁵ A denominação de *Olaria* pode proceder, pois havia uma olaria localizada na margem esquerda do Arroio Carahá. A olaria fora construída em um tipo de chácara, com casa, quinta e arvoredos que pertencia à família de Balthazar José Rodrigues Soares. Não foi descrito no inventário da sua mulher se havia partes de campo “de criar” junto ao estabelecimento da olaria. Conforme: Inventário de Isabel Eufrásia Ozório. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 11, ano 1845, caixa 006.101. Isabel Eufrásia Osório faleceu em 1839, era filha de Melchior Cardoso Osório, e, acreditamos, que a referida chácara que possuía ficava nas terras da Sesmaria do Boqueirão, de propriedade de Melchior Cardoso Osório, pois tal sesmaria tinha o Arroio Carahá como limite sul, ou seja, eram vizinhos da *Estância do Porto de São Lourenço*.

¹⁶ Inventário de Manoel José de Oliveira Guimarães. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Inventário nº 92, ano 1812, caixa 005.081, p. 23v.

¹⁷ Manoel possuía mais estâncias, uma delas era formada pela sesmaria do Faxinal, na margem do Camaquã, possivelmente seja uma parte do que viria a ser a estância do Salso. Não tratarei neste trabalho sobre a Estância do Salso, outra importante fazenda da família.

¹⁸ KÜHN, Fábio. *Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói/PPG-História UFF, 2006, p. 318. Ver também: HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar Calor à nova Povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro/PPG-História UFRJ, Tese de Doutorado, 2006.

¹⁹ Inventário de tenente-coronel José Antônio de Oliveira Guimarães. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Inventário nº 37, ano 1829, (maço 2, estante 59), especialmente p. 14 e 14v.

²⁰ Inventário de Manoel José de Oliveira Guimarães. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Inventário nº 92, ano 1812, caixa 005.081, veja a informação sobre um libelo que cobrou as dívidas que o finado possuía, p. 43, e o respectivo pagamento aos credores: Manoel Pinto de Moraes, que incluiu partes dos dois campos em São Lourenço, p. 49v a 50, e do pagamento a João Alves Pereira, p. 50 a 52. O Tenente Coronel José Antônio de Oliveira Guimarães ficava com a maior parte dos campos de São Lourenço, incluindo o sobrado, veja especialmente, p. 52v, 53, 55v. Ele recebeu duas vezes no exórdio, a primeira como sócio do irmão (17:188\$030), pela metade da sociedade que lhe cabia, e, depois, como credor do próprio irmão (13\$144\$165), p. 53v a 55v. A viúva ficou com uma parte muito pequena das benfeitorias do sobrado e dos campos de São Lourenço, p. 56.

²¹ RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1998, p. 68.

²² Conforme inventário de João Pereira Chaves, 1798. APERS. Processo Judicial/Inventário nº 13, caixa 789. (1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre).

²³ KÜHN, Fábio. *Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói/PPG-História UFF, 2006, p. 164.

²⁴ Veja: PEREIRA, Cláudio Nunes. *Genealogia Tropeira*. Santa Catarina, Lages e Nordeste do Rio Grande do Sul. Séculos XVII, XVIII e XIX. V. 2, 2008, p. 176. Ainda conforme este autor: o alferes João Pereira Chaves era natural de Portugal, filho legítimo de Gervásio Pereira e Maria Alves Barros. Sua primeira esposa foi Gertrudes de Lima, do Rio Grande, filha de José Rodrigues Nícola, de Évora, e de sua mulher Inês de Lima, da Colônia do Sacramento. Já sua segunda esposa, Lauriana era filha de Manuel Vieira Mercador e Maria Severa. Seu primeiro casamento, em 1773, foi com Manuel de Barros Pereira, natural da Ilha de Santa Maria, Oficial de Milícias e um dos primeiros proprietários de terras do Rio Grande do Sul. Na obra do genealogista Carlos G. Rheingantz consta o primeiro casamento de João Pereira Chaves com Gertrudes Joana de Lima (1731-1776), mas não foram descritos os filhos. O casamento teria ocorrido em 1761, cf: RHEINGANTZ, Carlos G. Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia do Sacramento. IN: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: IBGE/IGHMB, 1979, p. 256.

²⁵ A fazenda foi negociada por 16 mil cruzados e pagos adiantados cem mil réis, o restante foi parcelado. Conforme o testamento, anexo ao inventário de Lauriana Joaquina Pereira. APERS. Comarca de Porto Alegre. Processo Judicial/Inventário nº 344, ano 1806, caixa 799, p. 46.

²⁶ Conforme o inventário de Lauriana Joaquina Pereira. APERS. Comarca de Porto Alegre. Processo Judicial/Inventário nº 344, ano 1806, caixa 799. Acreditamos que Lauriana tenha falecido em 5 de novembro, pois a palavra referente ao dia está rasurada no documento. O testamento foi aberto no dia 7 de novembro, em Rio Grande, onde ela foi sepultada.

²⁷ Confira: Inventário de Afonso Pereira Chaves. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 178, ano 1833, caixa 006.0389, Inventário do Capitão Manoel Pinto de Moraes. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Inventário nº 437, ano 1840, caixa 005.0598, Inventário de Lauriana Joaquina Pereira. APERS. Comarca de Porto Alegre. Processo Judicial/Inventário nº 344, ano 1806, caixa 799.

²⁸ Conforme “o bilhete da distribuição da presente Escripura”. Segue registro: “A folhas des do livro primeiro de lançamentos das Escripuras publicas ou particulares ficão lançadas as forças da Escripura que faz o Tenente Coronel Jose Antonio de Oliveira Guimarães e sua mulher a Jose da Costa Santos de huns Campos, Escravos, Hyate e mais bens sendo os Campos no valor de vinte e quatro contos de reis em des pagamentos que fica o comprador obrigado a dera na factura dos pagamentos e para constar passo o presente. Rio Grande vinte e nove de Novembro de mil oito centos e desenove. O tabelião Joaquim José da Costa Campelo.” Esta documentação está anexa ao libelo cível que o tenente-coronel Oliveira Guimarães moveu contra a viúva de Costa Santos para receber o restante das parcelas. O libelo cível, em traslado, por sua vez, está anexo ao inventário de José da Costa Santos. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 113, ano 1827, caixa 006.0385. As próximas citações também foram retiradas desses documentos que infelizmente não foi numerado e, portanto, não apresenta número de páginas.

²⁹ “Libello Civil em que diz, como Autor o Tenente Coronel Jose Antônio de Oliveira Guimaraens, contra dona Anna Joaquina da Silva Santos Viuva do capitão José da Costa Santos, herderios e coherdeiros deste, e Curador dos menores Reios Citados, por esta e nmelhor forma de direito....” In: Inventário de José da Costa Santos. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 113, caixa 006.0385.

³⁰ Inventário de tenente-coronel José Antônio de Oliveira Guimarães. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Inventário nº 37, ano 1829, (maço 2, estante 59), especialmente p. 14 e 14v.

³¹ A localização dessa doação era entre o valo novo que Costa Santos fez para demarcar a parte da Capela do Boqueirão e a estrada, que se dirigia para Pelotas, provavelmente, na localidade de Passo do Pinto, interior do município de São Lourenço do Sul. Veja: Inventário de José da Costa Santos. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 113, caixa 006.0385, p. 36 a 37 (avaliação dos bens) e Testamento de José da Costa Santos. APERS. Processo Judicial/Testamento nº 1604, ano 1826, caixa 006.0477.

³² Justificação de Sesmaria de José da Costa Santos. AHRS. Coleção Sesmarias. Nº 147, maço 7, caixa 2.

³³ Justificação de Sesmaria de José da Costa Santos. AHRS. Coleção Sesmarias. Nº 147, maço 7, caixa 2, p. 2. A justificação, bastante destruída pela ação do tempo e, aparentemente, com partes faltantes, não informa se os terrenos foram ou não concedidos.

³⁴ Justificação de Sesmaria de José da Costa Santos. AHRS. Coleção Sesmarias. Nº 147, maço 7, caixa 2, p. 2v.

³⁵ Não podemos confirmar se foram os *Oliveira Guimarães* que construíram o sobrado, até porque a família do Alferes Pereira Chaves parece ter se instalado nas estâncias efetivamente, pois, por exemplo, tem se creditado a construção do Oratório de São Lourenço a João Pereira Chaves, filho do Alferes Pereira Chaves, que por sua vez, era conhecido como um dos homens mais abastados do Continente de São Pedro, inclusive como proprietário de um sobrado, com oratório de Pedra, na sua fazenda na Freguesia dos Anjos, além do que poderia ser uma das maiores casas construídas no Rio Grande do Sul, na chamada vila dos Anjos. As informações aqui são oriundas de KÜHN, Fábio. *Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói/PPG-História UFF, 2006, p. 145-146.

³⁶ Justificação de Sesmaria de Constança Ferreira de Oliveira Pinto Bandeira. AHRS. Coleção Sesmarias. Nº 79, maço 4, caixa 1, ano 1791.

³⁷ Questão tratada com mais cuidado pelos escritores Adão Fernando Monquelat e Valdinei Marcolla, nos artigos números 18 e 19, do *Jornal Diário da Manhã*. Confira edição online: www.povoamentodepelotas.blogspot.com.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Egon Ziebell de. *Aconteceu no Sobrado... contos da história de um povo da Lagoa dos Patos*. Esteio: Pabreu Design & Comunicação, Ed. do autor, 2001
- ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: Gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.
- BARROSO, Vera Lucia Maciel. *O povoamento do território do rio grande do sul/brasil o oeste como direção*. Revista digital EstudosHistoricos – CDHRP, Agosto 2009, nº 2. ISSN: 1688 – 5317. Disponível em: http://www.estudioshistoricos.org/edicion_2/vera_maciel.pdf Acesso em: 20/02/2010.
- BENTO, Cláudio Moreira. *Canguçu, reencontro com a História: um exemplo de reconstituição de memória comunitária*. Porto Alegre: IEL, 1983.
- BETEMPS, Leandro; JACOTTET, Alda Maria. *Povoadores de Pelotas/RS. Freguesia de São Francisco de Paula (1812-1825)*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2006.
- BOSENBECKER, Patrícia. *Uma colônia cercada de estâncias: a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço/RS (1857- 1877)*. Pelotas: Ed. UFPel, 2020.
- COSTA, Jairo Scholl. *Navegadores da Lagoa dos Patos. A saga náutica de São Lourenço do Sul*. São Lourenço do Sul: Ed. Hofstater, 1999.
- _____. *Origens históricas do município de São Lourenço do Sul*. IN: COMISSÃO CENTRAL DO CENTENÁRIO. *São Lourenço do Sul cem anos: 1884-1984*. Porto Alegre, CORAG, 1984.
- COURLET, Beatriz Azevedo. *Identidades em uma zona de fronteira : a região do prata no período colonial*. Anais eletrônicos da Segunda Jornada de História Comparada/FEE: Porto Alegre, out. 2005. Disponível em: [http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h4-03.pd"das/2/h4-03.pd](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h4-03.pd). Acesso em: 20/02/2010.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio Janeiro: Zahar Editor, 2000.
- FABRÍCIO, José de Araújo. *A descendência de Bento Gonçalves da Silva*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, PPG-História Social/UFRJ, 2007. 421p (tese de doutorado)
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2001.
- FORTES, João Borges. *Troncos seculares: o povoamento do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998, 2º ed.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo do espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária, 1994.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Na pia de batismo: Estratégias de interação, inserção e exclusão social entre migrantes açorianos e a população estabelecida na Vila de Rio Grande através do estudo das relações de compadrio e parentesco fictício (1738-1763)*. IN: Anais eletrônicos do congresso da ABPHE, 2003. www.abphe.org.br/congresso2003/textos/abph_2003_91.pdf Acesso em 17 de junho de 2007.

KÜHN, Fábio. *Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói/PPG-História UFF, 2006. (Tese de Doutorado)

MAGALHÃES, Mario Osorio. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Ed. UFPEL, 1993.

NEVES, Ilka. *Canguçu/RS. Primitivos moradores, primeiros batismos*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 1998.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2007.

PEREIRA, Cláudio Nunes. *Genealogia Tropeira*. Santa Catarina, Lages e Nordeste do Rio Grande do Sul. Séculos XVII, XVIII e XIX. V. 2, 2008. Coletânea de Material Histórico e Genealógico. Disponível em: <http://valdenei.silveira.googlepages.com/GENETROP2.doc>

RHEINGANTZ, Carlos G. *Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia do Sacramento*. IN: Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976). Rio de Janeiro: IBGE/IGHMB, 1979. V. 2.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1998.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

FONTES SECUNDÁRIAS

MARCOLLA; MONQUELAT. *As datas e sesmarias na Serra dos Tapes e São Lourenço do Sul*. Jornal Diário da Manhã, 7 de agosto de 2011.

FONTES DOCUMENTAIS E ACERVOS CONSULTADOS

AHRS: Sesmarias

Justificação de Sesmaria de Ignácio Ribeiro Leite. AHRS. Coleção Sesmarias. Nº 536, maço 39, caixa 14.

Justificação de Sesmaria de José da Costa Santos. AHRS. Coleção Sesmarias. Nº 147, maço 7, caixa 2.

APERS: Inventários

Inventário de Maria das Neves (viúva de Ignácio Ribeiro Leite) APERS. Comarca de Pelotas. Processo nº 118, caixa 006.0385.

Inventário de Melchior Cardoso Osório. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 280, caixa 006.0396.

Inventário de Manoel José de Oliveira Guimarães. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Inventário nº 92, ano 1812, caixa 005.081.

Inventário de Isabel Eufrásia Ozório. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 11, ano 1845, caixa 006.101.

Inventário de tenente-coronel José Antônio de Oliveira Guimarães. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Inventário nº 37, ano 1829.

Inventário de João Pereira Chaves, 1798. APERS. Processo Judicial/Inventário nº 13, caixa 789.

Inventário de Lauriana Joaquina Pereira. APERS. Comarca de Porto Alegre. Processo Judicial/Inventário nº 344, ano 1806, caixa 799.

Inventário de Afonso Pereira Chaves. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 178, ano 1833, caixa 006.0389.

Inventário do Capitão Manoel Pinto de Moraes. APERS. Comarca de Rio Grande. Processo Judicial/Inventário nº 437, ano 1840, caixa 005.0598.

Inventário de José da Costa Santos. APERS. Comarca de Pelotas. Processo Judicial/Inventário nº 113, ano 1827, caixa 006.0385.

5.3

RELAÇÕES FAMILIARES, TROCAS DE FAVORES E DE COMPADRIO NO SUL DO BRASIL NO SÉCULO XIX ATRAVÉS DE INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*

Andréa Pagno Pegoraro¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as relações de reciprocidade, parentescos e apadrinhamentos entre grandes proprietários de terras na região compreendida pelos Campos de Cima da Serra no seu antigo território em meados do século XIX. As fontes utilizadas são, principalmente, os inventários *post-mortem* de José Joaquim Ferreira (1872), proprietário da fazenda denominada Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, pertencente ao atual município de Vacaria-RS, inventário *post-mortem* de Antônio Manoel Velho (1848), proprietário da fazenda Ausentes, atualmente localizada em São José dos Ausentes-RS. Buscamos refletir sobre o modo como as organizações familiares poderiam interferir nos cuidados com a administração dos bens e, ao mesmo tempo evidenciamos as estratégias adotadas pelos fazendeiros para manter preservados seus patrimônios e colocação social.

Palavras-chaves: família – propriedade – século XIX

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo abordar as questões referentes a organização social e familiar durante o século XIX, considerando as articulações estruturais que permitiram aos grandes fazendeiros do sul do Brasil manter suas propriedades dentro de seu círculo de convivência. Como fontes de pesquisa para nossos estudos utilizamos os inventários *post-mortem* de alguns dos maiores proprietários de terras do antigo território dos Campos de Cima da Serra, entre eles José Joaquim Ferreira.

Ferreira foi proprietário da fazenda denominada Socorro, atualmente pertencente ao município de Vacaria e, que tem sua origem por volta de 1770, quando foi doada em sesmaria a José de Campos Bandemburgo. O fazendeiro não tinha filhos, motivo que originou disputas em torno de sua herança, resultando em seu assassinato. O segundo documento analisado corresponde ao inventário de Antônio Manoel Velho, sogro de Ferreira por este ter contraído casamento com sua

filha Gertrudes de Assumpção, que na época do falecimento de seu esposo sofria de alienação mental. Motivo pelo qual não pode assumir a abertura do inventário de Ferreira, cabendo a seu irmão Ignácio Manoel Velho o cargo de inventariante.

Antônio Manoel Velho foi proprietário até 1848 de uma das fazendas com maiores extensões de terras dos Campos de Cima da Serra, chamada de Ausentes, denominação conferida ao fato das terras terem sido arrematadas em Juízo de Ausentes. A carta de sesmaria teria sido concedida no ano de 1754 a Francisco Carvalho da Cunha, tendo sido as terras posteriormente arrematadas em Juízo de Ausentes pelo capitão Antônio da Costa Ribeiro. Após o falecimento deste, a propriedade foi novamente arrematada em Juízo de Ausentes pelo padre Bernardo Lopes da Silva e o tenente José Pereira da Silva e Manoel José Leão, sendo posteriormente vendidas para Antônio Manoel Velho.

Nesse contexto, observamos os laços de parentesco entre as famílias mencionadas, enfatizando as implicações decorrentes das trocas de favores e, auxílios mútuos. Buscamos entender de que modo as relações de reciprocidade ajudavam os fazendeiros a manter suas heranças preservadas e, as possíveis perdas causadas pelas disputas de herança e administração dos bens.

2. RELAÇÕES FAMILIARES NO SÉCULO XIX

Para compreendermos as constituições familiares do século XIX, precisamos primeiramente definir o conceito de família dentro do contexto que estamos estudando. BURGUIÈRE e LEBRUN, 1997, explicam que o entendimento de família perpassa diversas formas de solidariedade, entre as quais as ligações geradas pelos laços de sangue e, as resultantes das vivências entre pessoas que compartilham os mesmos interesses e habitações. De modo que, uma família pode ou não apresentar laços de consanguinidade, não podendo ser definida apenas por laços de sangue. Comissoli (2011) explica que:

A ideia de família varia segundo o tempo e as culturas, sendo reinterpretada dentro das sociedades conforme seus códigos próprios. Portanto, a família enquanto objeto social surge como fato social definido tanto pelo sangue quanto por regras sociais variáveis, sendo tão biológico quanto sociocultural. (2011, p. 268)

Conforme exposto por Comissoli (2011) o conceito de família varia conforme o contexto histórico e, de acordo com cada grupo social que dele se apropria para definir as suas ligações de proximidade inerentes a constituição parental. De acordo com o mesmo pesquisador, entre os laços mais significativos que unia as pessoas durante o século XIX estavam as ligações de apadrinhamento. De acordo com o pesquisador, o elo de batismo era considerado sagrado e, se estenderia para a eternidade dentro dos preceitos religiosos.

Nesse contexto, a oportunidade de oferecer a um filho(a) um bom padrinho poderia representar muitas vantagens, resultando em benefícios não apenas para os apadrinhados, mas também para as pessoas que estavam próximas a eles. A escolha de padrinhos, portanto, significava não apenas a inserção de novos membros familiares, que possivelmente poderiam vir a auxiliar em momentos de necessidade, mas também oportunidades de ocupar um cargo político, exercer determinada ocupação, ou mesmo receber algum tipo de favor. Nesse sentido, “a estrutura social no Brasil Imperial caracterizava-se por uma rede classificatória que localizava os indivíduos, atribuindo-lhes poderes e competências.” (VARGAS, 2007, p. 124). No caso dos apadrinhamentos, as escolhas corretas poderiam trazer muitas vantagens, possibilitando a inserção da família dentro de grupos sociais favoráveis, ou até mesmo sua ascensão econômica ou política.

Faria (1998), salienta que, no dicionário de Antônio de Moraes Silva, em sua segunda edição, de 1813, o termo família é descrito como o conjunto de pessoas de que se compõem a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, ou pais de família. Sendo, portanto, independente do grau de parentesco das pessoas envolvidas. De acordo com Faria:

O caso brasileiro pode ser mais complicado do que o de regiões europeias por incluir, na casa, os escravos, provavelmente não considerados como membros de uma família. No entanto, todos os outros moradores, como criados, parentes e agregados, talvez, estivessem incluídos (FARIA, 1998, p. 41).

Conforme ressaltado por Faria (1998), os modos de organização da família brasileira do século XIX, costumava agregar em seu conjunto todas as pessoas que viviam na propriedade, sendo comum que novos integrantes fossem inseridos motivados por novos laços resultantes de ligações com membros já aceitos. Assim, um casamento poderia levar para a fazenda não apenas a esposa, mas a irmã da

mesma, sua mãe, tia ou até mesmo pessoas encarregadas de prestar serviços, como escravos(as).

O pesquisador Fábio Kühn (2006), mostra que as famílias tinham o costume de se organizar a partir de objetivos em comum e, salienta que uma das maiores preocupações estava relacionada a administração de seu patrimônio. Assim, as relações de reciprocidade e troca de favores entre os grupos sociais das elites auxiliava não apenas na manutenção dos bens e patrimônios pertencentes aos grandes fazendeiros, mas também proporcionavam o fortalecimento dos vínculos sociais e prestígio que essas famílias possuíam.

3. RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE, PARENTESCO E DESAVENÇAS ENTRE OS MORADORES DA FAZENDA DO SOCORRO E AUSENTES

As proximidades entre os grupos sociais da elite favoreciam os entrelaçamentos matrimoniais entre os filhos dos fazendeiros, o que auxiliava no estreitamento das relações de reciprocidade entre as famílias. Ao contrair matrimônio os filhos dos fazendeiros poderiam adquirir suas próprias fazendas, podendo inclusive contar com a ajuda da famílias. Mas, em geral havia um costume bastante empregado na ampliação dos domínios familiares, que consistia em se estabelecer próximo aos limites da propriedade para então, tomar posse de novas áreas de terras para além das divisas.

No caso que estamos tratando nesse artigo as famílias de José Joaquim Ferreira (1872), proprietário da fazenda do Socorro e, Antônio Manoel Velho (1848), proprietário da fazenda Ausentes possuíam elos diretos de entrelaçamentos, o que mostrava que constituíam uma mesma família. Gertrudes de Assumpção do Senhor, conforme já citado, era filha de Antônio Manoel Velho, que segundo consta seria uma das netas de Clara Jorge (portanto, bisneta de Bandemburgo), casou-se com José Joaquim Ferreira, passando a este a administração da fazenda do Socorro. No ano de 1872 quando José Joaquim Ferreira foi morto, viviam no Socorro o fazendeiro, a esposa Gertrudes de Assumpção do Senhor, Domingos Gomes da Cunha, sobrinho deste, e sua esposa Maria Antônia Ferreira da Cunha.

Também morava na fazenda Henriqueta Maria dos Passos, parente ligada a Gertrudes de Assumpção do Senhor, Ricarda, entre outras pessoas que não nos foi possível identificar através de nossas fontes. Sabemos, no entanto, que José Joaquim Ferreira era tio de Domingos Gomes da Cunha, por haver esta ligação

parental com sua esposa e, que possuía os irmãos, José Jacintho Ferreira, João Jacintho Ferreira, Manoel José Ferreira e Maria Delfina do Nascimento.

As relações de parentesco, embora representassem a base de sustentação da sociedade imperial, principalmente no que se refere a manutenção de seus patrimônios, por vezes poderia resultar em grandes litígios pela aquisição de heranças, principalmente quando o que estava em jogo era a propriedade familiar. O valor conferido as terras até a metade do século XIX era praticamente simbólico, já que a análise das somas de heranças deixadas pelos fazendeiros em seus inventários nos mostra que suas fortunas estavam principalmente alicerçadas em seus rebanhos. No entanto, ser proprietário de terras representava estar acima na hierarquia social, conferindo visibilidade e prestígio para quem as possuísse.

Nesse contexto, definir quem herdaria a fortuna familiar significava para os proprietários de grandes extensões de terras e rebanhos muito mais que transferir o patrimônio para outro administrador, mas a garantia da manutenção da segurança familiar e sua colocação dentro de um grupo social privilegiado. Os critérios estabelecidos deveriam seguir as leis vigentes, que no conjunto estudado se referem as Ordenações Filipinas. Com o falecimento de um dos cônjuges abria-se o inventário realizando a partilha através da entrega da meação, que representava a metade de toda fortuna deixada pelo casal que pertencia a esposa ou marido do(a) falecido(a). Em seguida o restante da herança era partilhada entre os filhos e, sendo estes já mortos no momento da realização do inventário suas heranças eram entregues aos netos.

Antes de se proceder a divisão de heranças era necessário realizar o pagamento de todas as dívidas existentes, sendo estas anteriores ao falecimento ou decorrentes do mesmo. Dívidas de empréstimos e compras eram subtraídas antes da partilha e, havendo valores a receber estes eram acrescentados aos pagamentos. Gastos com funeral, missas, deveriam ser apresentadas nos inventários juntamente com os recibos referentes aos respectivos gastos.

Para garantir a tranquilidade familiar, muitos fazendeiros preferiam escrever os seus testamentos deixando expressas suas vontades quanto as partilhas de seus bens e administrações de suas propriedades. O testamento também servia como um momento de acerto de contas quanto as responsabilidades que o falecido desejasse assumir para supostamente descansar em paz após a sua morte. Assim, era comum que os fazendeiros nomeassem como herdeiros também os filhos havidos fora do casamento ou determinassem bens de sua herança para pagamento dos mesmos. A mentalidade religiosa e o medo da posterior punição que poderiam sofrer por seus

atos em outra vida levavam muitos fazendeiros a deixar doações a pessoas necessitadas, igreja ou escravos. Tudo para tentar aliviar sua alma dos possíveis tormentos e castigos, que acreditavam seriam aplicados por Deus para condenação de seus pecados.

Foi pensando nos cuidados com sua família e a futura administração de seu patrimônio que José Joaquim Ferreira decidiu designar o seu sobrinho Domingos Gomes da Cunha para substituí-lo na administração dos bens familiares após sua morte. Ferreira não tinha filhos, o que nos leva a entender que possuía por seu sobrinho uma estima paternal. Porém, não poderia imaginar os desdobramentos que viriam suceder a escrita de seu testamento e, os constantes desentendimentos que passaria a ter com seu herdeiro.

Ferreira colocou como critério de aprovação para aquisição de sua herança a permanência de Domingos na propriedade e os cuidados que deveria ter com sua esposa doente e os demais membros do grupo familiar, no entanto, as desavenças entre ambos chegou a tal ponto que se sentiu na obrigação de realizar a mudança de testamento. Mal sabia Ferreira que seria morto por seu próprio escravo de nome Anacleto, que motivado por promessas de liberdade e benefícios oferecidos por Domingos se tornaria o autor da morte de seu senhor.

Ao sair de sua casa em direção a vila de Vacaria tomou a precaução de ausentar-se mais cedo, o que impediu que fosse morto ainda a caminho de seu propósito. Todavia, ao regressar da vila com o novo testamento em mãos foi baleado por um tiro certo disparado por Anacleto. O novo testamento desapareceu nas mãos de Domingos, que solicitou a abertura do inventário valendo-se do testamento antigo.

O processo crime aberto em razão do assassinato de Ferreira mostra que a família já alertava para a conduta duvidosa de seu sobrinho e temia por sua segurança. As narrativas apontam também que na vila as pessoas sabiam das razões do crime e de seu mandante, porém ao serem chamadas para expor, se negavam a falar por medo dos desdobramentos posteriores. Apenas Henriqueta, uma afilhada de Ferreira que vivia na fazenda, afirmou saber do conteúdo do testamento do fazendeiro. Ela afirmou ainda que sua morte teria se dado em virtude deste, e aponta Domingos como responsável pelo assassinato.

Domingos Gomes da Cunha, conforme informações expressas no processo crime, consta ter sido residente da Guarda Nacional, comandante do segundo corpo de cavalaria e posteriormente comandante superior. Ou seja, uma figura bastante

imponente em seu meio, ostentando uma posição de prestígio e superioridade, o que mostra as razões pelas quais as pessoas o temiam.

Os registros nos mostram que Henriqueta e Domingos Gomes da Cunha mantinham relações conflituosas dentro da fazenda, sendo que ambos não eram favoráveis um ao outro. Henriqueta deixa claro em seu depoimento que sempre afirmou a Ferreira que não concordava com a sua decisão de legar sua fortuna a Domingos, já que o mesmo não se mostrava amigável com a família e, declara não ter nenhum tipo de afinidade com Domingos. Este por sua vez afirma em seu relato que:

Seu tio tinha uma afilhada por nome Henriqueta, que todo dia falava ao falecido sobre o testamento pedindo que reformasse o que tinha feito e então em uma ocasião esta Henriqueta chegou perguntando a ele acusado pelo testamento pedindo que lhe entregasse, ele disse que já lhe dava e pegando um papel ali mesmo onde ela se achava a questionou e ela viu ele acusado pegar o papel do (ilegível) e queimá-lo e não sabendo, porém se era o testamento [...]².

Os relatos evidenciam as desavenças que abalavam a tranquilidade familiar, o que nos aproxima também da realidade vivenciada no interior da fazenda antes do assassinato de Ferreira. Observamos, assim, que as rivalidades entre herdeiros já existiam, mas que se acentuam após a escrita do primeiro testamento, desencadeando uma série de discussões no núcleo familiar.

Torna-se difícil compreender as reais intenções de Henriqueta na herança e, se de fato havia uma preocupação verdadeira com relação ao seu padrinho. Os relatos também não apontam os motivos pelos quais Henriqueta morava na fazenda. Quanto a Domingos Gomes da Cunha, este seria genro de uma irmã da esposa de José Joaquim Ferreira, chamada Francisca Clara de Jesus. A escolha de Ferreira por Domingos, ao que tudo indica, esteve relacionada a confiança que o mesmo depositava em seu sobrinho, todavia, o fato de o fazendeiro não ter filhos com certeza colaborou decisivamente na decisão do estancieiro.

Os litígios que se seguiram entre 1872, ano em que o inventário de Ferreira foi aberto indevidamente por Domingos até a conclusão do processo crime e finalização do novo inventário em 1880, aliados ao abandono administrativo das fazendas promoveu uma quase total dilapidação do patrimônio de Ferreira. Colaborou para tanto as vendas ilícitas de animais dos rebanhos da fazenda praticadas por Domingos, os gastos com despesas judiciais, além da indefinição do sucessor de Ferreira na continuidade dos cuidados aos bens familiares.

O receio que pairava sobre a família era tanto, que mesmo estando cientes da relação de Domingos com o assassinato de Ferreira não tentava provar na justiça a ilegalidade dos atos praticados por Domingos. Apenas Luiz Jacintho Ferreira, sobrinho de José Joaquim Ferreira se propôs a agir. O mesmo contou com o auxílio de Boaventura Augusto dos Reis, que consta ter sido negociante em Porto Alegre e cuja relação com a família não nos foi possível identificar. Ambos compraram o direito de herança dos sobrinhos e irmãos de Ferreira, tendo por objetivo a nulidade do testamento usado por Domingos Gomes da Cunha para reivindicar a abertura do inventário *post-mortem*. Os mesmos obtiveram êxito em seus investimentos após um longo período de confrontações e querelas contra Domingos Gomes da Cunha, como se lê:

José Joaquim Ferreira fora assassinado a mando de Domingos Gomes da Cunha, seu parente e herdeiro testamentário, na ocasião em que arrependido ele (ilegível) do benefício feito, por ingratidão do beneficiado, desfez o testamento por outro que trazia consigo e foi arrebatado: Desaparecendo assim o segundo testamento e reaparecendo o revogado, que favoreceu Domingos: estando tudo perdido, por assim (ilegível) porque os irmãos e sobrinhos do assassinado, nenhum procedimento queriam intentar, como de fato não intentaram: o suplicante juntamente com seu irmão o capitão José Jacintho Ferreira e Boaventura Augusto dos Reis, negociante em Porto Alegre, compraram o direito de alguns dos irmãos e sobrinhos do falecido a sucessão deste e logo proveram ação de nulidade do testamento e deserção contra Domingos, cuja ação, depois de muito tempo, grande trabalho e maior despesa dá-nos afinal ganho de causa³.

Luiz Jacintho Ferreira foi ampliando seus ganhos na fortuna deixada por José Joaquim tornando-se credor e cessionário dos herdeiros. Nossas fontes não nos permitiram entender quais as circunstâncias que possibilitaram a compra das meações das heranças, mas nos consta que Luiz era casado com Ana Ignácia Velho, filha de Ignácio Manoel Velho. Este, conforme já mencionamos, era irmão da viúva de Ferreira e inventariante dos bens do casal. De modo que Luiz Jacintho Ferreira ao buscar recuperar a herança deixada por seu tio na fazenda do Socorro, estava ao mesmo tempo tentando recuperar um patrimônio que cabia à família de sua esposa. Essas imbricações demonstram a importância dos laços familiares e como estes favoreciam os cuidados com os interesses e bens do grupo doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar as relações de reciprocidade, parentesco e apadrinhamentos entre proprietários de grandes extensões de terras pertencentes ao antigo território dos Campos de Cima da Serra. A pesquisa realizada buscou considerar os vínculos de parentesco existentes entre os proprietários da fazenda do Socorro e Ausentes, considerando a origem e motivação dos entrelaçamentos e, composição familiar.

Com relação aos desdobramentos resultantes da mudança de testamento de Ferreira, evidenciamos que ao ser deserddado pelo tio, Domingos perderia além da fortuna que já contava como sua, todo prestígio e possibilidades de ascensão social pela qual almejava, o que provavelmente colaborou para que o sentimento de revolta tomasse maiores proporções. Porém, a decisão de assassinar o tio não ocorreu propriamente quando Ferreira torna público o desejo de deserdá-lo, já que os depoimentos das testemunhas interrogadas durante o processo crime mostram que a antecipação da morte de Ferreira era algo desejado por Domingos e expresso em conversas com o escravo Anacleto.

Diante da análise apresentada, consideramos que as relações familiares dentro das grandes fazendas do século XIX eram de fato o alicerce para a manutenção de suas relações sociais e preservação de seus patrimônios. No entanto, como podemos perceber, as implicações de ocupar uma posição de poder, receber heranças significativas e administrar os bens familiares poderiam se tornar uma grande ameaça para seus membros, tornando a transmissão de propriedade uma tarefa bastante complicada.

NOTAS

¹ Doutoranda em História UPF.

² APERS. Processo crime do escravo Anacleto. Cartório Civil e Crime, 1873. Autos n° 2007.

³ APERS. Inventário José Joaquim Ferreira. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1880. Autos n° 170.

FONTES DE PESQUISA

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Inventário José Joaquim Ferreira/ 1872 (1° e 2° volumes)

Ano: 1872

Autos: 90

Estante: 119

Maço: 3

Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes.

Inventário José Joaquim Ferreira/ 1880;

Inventariante: Antonio Manoel Velho

Ano: 1880

Autos n°: 170

Maço n° 5

Estante: 119

Vacaria/ Cartório de Órfãos e Ausentes.

Inventário Antônio Manoel Velho/ 1848;

Inventariante: Ignácio Manoel Velho

N° 540

Maço: 3

Estante: 10

Santo Antônio da Patrulha/ Cartório de Órfãos e Ausentes

Testamento José Joaquim Ferreira/ 1869;

Testamenteiro: Domingos Gomes da Cunha

N° 32

Maço: 2

Estante: 119

Ano: 1869

Provedoria

Processo Crime do Escravo Anacleto/ 1873;

N° 2007

Maço: 60

Estante: 58

Ano: 1873

Cartório: Civil e Crime.

REFERÊNCIAS

BURGUIÈRE, André e LEBRUN, François. *As mil e uma famílias da Europa*. In: BURGUIÈRE, André et. all. *História da Família*, vol.3, Lisboa:Terramar, 1987, p. 15-82.

COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro. (1808c. – 1831c)*. Rio de Janeiro, 2011.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Rio de Janeiro, 2006.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietária de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado/UFRJ: Rio de Janeiro, 2013.

6.1

UMA DEMOCRACIA EM PLENA DITADURA: O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL COMO TRAÇO DA BRANQUITUDE E INSTRUMENTO IDEOLÓGICO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Gabriela Luchese Custódio

Resumo: O presente analisa como o mito da Democracia Racial foi integrado às políticas de controle e repressão do Estado durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), demonstrando sua importância na manutenção dos privilégios da branquitude no Brasil. Para isso, será utilizado o fundo documental do Conselho de Segurança Nacional, disponível no Arquivo Nacional, focando em documentos que discutem o conceito de “democracia racial”. Dessa forma, torna-se possível compreender a importância do mito da Democracia Racial como instrumento ideológico usado pela ditadura em favor da manutenção da ordem e de uma suposta unidade nacional, na medida em que reprimiu e deslegitimou a ação dos movimentos negros brasileiros, considerados “subversivos”.

Palavras-chave: mito da democracia racial - ditadura militar - branquitude

*“E se eu fosse pessoa, PESSOA antes de mulata
E se eu não tivesse que falar na lata?
E se eu não tivesse que gritar?
Ainda ia ter graça me ver sangrar?
E se eu quisesse me vingar?
Ou cês acha que nós não lembrava
Do estupro da escrava
Que cês ainda comemoram a ação
Porque o resultado: A linda miscigenação”
Gabrielly Nunes*

INTRODUÇÃO

O golpe militar de 1964 e os 21 anos de ditadura que se sucederam apoiaram-se em um discurso de retorno “à ordem e aos valores tradicionais”, utilizando-se do fantoche do “perigo comunista”, em que se propagou o terror com o intuito de convencer a população da necessidade de uma intervenção militar e de legitimar suas políticas repressivas e antidemocráticas. Para isso, os golpistas fomentaram a difusão de uma narrativa de incentivo à construção de uma nação de iguais, que perpetuam os mesmos valores e convicções, sendo aqueles que negam e/ou não se inserem nesse ideal conservador e reacionário considerados “subversivos”. É por meio disso que se constitui a figura do “inimigo interno”. A este inimigo interno é retirada a cidadania, o que autoriza a ditadura a exercer seu autoritarismo, coibindo e perseguindo-o, de modo a cometer crimes de lesa humanidade como tortura, morte e a eliminação de sua identidade sob o mando do estado ditatorial.

Sob essa perspectiva, o nacionalismo perpetuado durante a ditadura era fundamentado na moral da classe dominante, negando a diversidade racial e social existente no país e, por consequência, as disparidades sociais e as injustiças que permeavam o cotidiano de grande parte da população. Ao rejeitar o caráter historicamente desigual da sociedade brasileira, negou-se também o direito à resistência e à manifestação em oposição a qualquer tipo de repressão e/ou retirada de direitos, sendo todos aqueles que tentavam subverter a esse princípio não dignos de sua cidadania. Essa é a imagem do “inimigo interno”, aquele que não se vê, que não tem perfil estabelecido, podendo ser qualquer um, gerando entre a população um caráter vigilante, de constante ameaça à essa figura desconhecida:

[...] a noção de “inimigo” se estendeu para qualquer um que supostamente ameaçasse a estabilidade capitalista: o padre, o professor, o estudante ou o trabalhador. Era a ideologia dos “inimigos internos”, que estariam infiltrados e misturados aos cidadãos do país. Como potencialmente todos eram inimigos, a doutrina promovia um clima permanente de medo. (NAPOLITANO, 2021)

Contudo, apesar dessa política de suspeição e da construção de um “inimigo interno” estar em grande medida relacionada ao contexto de Guerra Fria e, portanto, à tentativa de barrar qualquer influência socialista no Ocidente vinda da União Soviética, as práticas de suspeição e repressão não foram de forma alguma

exclusividade de grupos políticos declaradamente de esquerda, mas foram também voltadas à qualquer política de emancipação e luta por direitos humanos, como o exemplo do movimento negro. E é nesse contexto em que se introduz o mito da democracia racial como mecanismo ideológico de controle (RODRIGUES, 2020), pois, é a partir dele que se justifica e legitima o monitoramento e a repressão estatal para com o movimento negro brasileiro.

CONTEXTUALIZANDO A DEMOCRACIA RACIAL: O MITO COMO TRAÇO DA BRANQUITUDE BRASILEIRA

Primeiramente, devemos traçar um panorama histórico e social do mito da Democracia Racial. O mito, não como conceito já definido, mas como ideia e instrumento ideológico, remonta sua origem entre o fim do século XIX e começo do século XX, com a ascensão de lutas abolicionistas no Brasil e nos Estados Unidos (SILVA, 2015). A construção desse mito tinha, dentre outras pretensões, criar uma narrativa de que a escravização no território brasileiro foi mais branda em comparação a que ocorreu nos Estados Unidos. Nesse sentido, a elite intelectual e econômica brasileira da época estabeleceu um entendimento sobre a escravidão e as relações constituídas entre senhores e escravizados em que se entendia que as relações eram cordiais e não conflituosas, de modo a possibilitar uma comunhão e convivência agradável entre as “raças” – que gerou a miscigenação –, sem qualquer indício de discriminação e violência para com os africanos escravizados. O abolicionista francês M. Quentin descreve tal narrativa acerca das relações raciais no Brasil que se propagava no século XIX:

O que facilitará a transição [para um regime de mão de obra livre] no Brasil é que lá não existe nenhum preconceito de raça. Nos Estados Unidos e em Cuba todos os homens de cor, mesmo um liberto, são olhados de cima como inferior pelos homens de raça branca. Não há nada disso no Brasil: lá todos os homens livres são iguais; e esta igualdade não é só da lei, mas é também da prática cotidiana [...]. A igualdade lá não é só um direito: é um fato. (QUENTIN apud AZEVEDO, 1996, p.156).

Sob esse pretexto em que a elite brasileira nega a existência de racismo no Brasil, a obra *Casa-Grande & Senzala* de 1933 do sociólogo Gilberto Freyre é responsável por sistematizar o conceito de Democracia Racial e propagar a narrativa

de harmonia racial pelo mundo. Freyre (1933) irá defender a tese de que as relações senhor/escravo que se constituíram no Brasil possibilitaram a miscigenação da população, ou seja, a “mistura” das três raças fundantes da Nação brasileira: o branco colonizador, o negro escravo e o índio nativo. Tal miscigenação, de acordo com Freyre, ocorre de forma voluntária e é fruto da predisposição cultural dos colonizadores portugueses em se relacionar com etnias “exóticas”, possibilitando que se constitua um vínculo “familiar” entre brancos e não brancos, democratizando as relações sociais que se estabelecem a partir disso (MOURA, 2019). O sociólogo Florestan Fernandes irá questionar tal argumentação:

Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a ‘raças’ distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do bom-tom, de um discutível ‘espírito cristão’ e da necessidade prática de ‘manter cada um no seu lugar’. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, **regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática.** (FERNANDES, 1960, p. 14, grifo nosso).

Sob essa perspectiva, o mito da Democracia Racial, desde sua origem até os dias atuais, representa a consolidação do poder da branquitude brasileira historicamente, além de exemplificar perfeitamente como essa branquitude se comporta em relação aos seus privilégios e discursos. O mito da democracia racial serviu e continua cumprindo seu papel de deslegitimar e apagar todo o passado de escravidão, violência e resistência de africanos e afro-brasileiros que aqui viveram e lutaram. Essa imagem idílica do Brasil colonial e imperial se promove a partir não só da intenção de desmobilizar lutas e protestos da população negra em relação aos seus direitos e de sua emancipação, os mantendo na base da pirâmide social, como também é responsável pela construção ideológica que estrutura uma escala de valores que estabelece critérios de superioridade e inferioridade moral dentro da sociedade brasileira. Nesse sentido, o mito hegemoniza-se por meio da consolidação de uma estrutura que manipula e aliena grande parte da sociedade (não-branca), promovendo uma auto-repressão de sua identidade racial, por atribuir valores morais e culturais negativos à sua cor de pele. Clóvis Moura em seu livro Sociologia do Negro Brasileiro (2019) explica como se constitui esse mecanismo ideológico:

[...] A nossa realidade étnica, ao contrário do que se diz, não iguala pela miscigenação, mas, pelo contrário, diferencia, hierarquiza, inferioriza socialmente de tal maneira que esses não brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade. Nessa fuga simbólica, eles desejam compensar-se da discriminação social e racial de que são vítimas no processo de interação com as camadas *brancas* que projetaram uma sociedade democrática *para eles*, criando por outro lado, uma ideologia escamoteadora capaz de encobrir as condições reais sob as quais os contatos interétnicos se realizam no Brasil. (MOURA, 2019, p. 92, grifo do autor)

A noção de harmonia social perpetrada pelo mito, portanto, ao negar a diferença e a desigualdade racial que opera na e pela sociedade brasileira, trabalha na manutenção e na legitimação do racismo a partir da construção de uma narrativa que inferioriza a cultura e os valores das populações não-brancas. A cultura negra — entre outras identidades raciais não-brancas — é naturalizada e inferiorizada, na medida em que o discurso da branquitude vincula, de maneira essencialista e meritocrática, os comportamentos sociais, psicológicos e culturais (linguagem, música, religião, estética, etc.) de minorias racializadas com o discurso de pobreza, marginalização e violência da sociedade (GROSFUGUEL, 2007 *apud* atSCHUCMAN, 2012). Nesse sentido, novamente o discurso de inferioridade racial — explicitamente racista — é encoberto pela narrativa de inferioridade e superioridade cultural e não étnica/racial, nesse sentido, novamente o mito da harmonia racial é bem sucedido ao velar seu caráter racista, desmobilizando uma possível organização política que denuncie e recuse essa ideologia dominante opressora. Ao apontar as características físicas, culturais e comportamentais de pessoas negras como características negativas e que, portanto, devem ser evitadas por aqueles que não querem ser considerados inferiores, violentos ou marginalizados, sem apontar explicitamente a raça na qual esse discurso às vincula, gera-se uma despolitização da população, a qual busca seu embranquecimento a partir da negação de sua cor a fim de se manter no patamar estabelecido pela elite branca como “civilizado”.

Num certo sentido a sociedade brasileira criou o melhor dos dois mundos. Ao mesmo tempo em que mantém a estrutura de privilégio branco e a subordinação não branca, evita a constituição da raça como princípio de identidade coletiva e ação política. A eficácia da

ideologia racial dominante manifesta-se na ausência de conflito racial aberto e na desmobilização política dos negros, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de recorrer a um alto grau de coerção. (HASENBALG, 1979, p. 246, *apud* at SCHUCMAN, 2012, p. 43)

Desse modo, o que a democracia racial busca propagar atualmente e também no período da Ditadura Militar não é uma política explícita de embranquecimento biológico, a partir do incentivo da miscigenação da população até que haja a extinção de pessoas não-brancas na sociedade brasileira – política esta que ganhou força no início do século XX com as teorias eugenistas em ascensão no Brasil –, mas sim um incentivo ao embranquecimento cultural da população, a partir da negação desta acerca de seu pertencimento identitário como negros e negras, sendo possível estabelecer uma ideologia racial que tem como discurso de que o único modo de atingir a modernidade e o progresso da nação é por meio do embranquecimento biológico e cultural da população, pois apenas a branquitude tem uma cultura elevada para isso (SCHUCMAN, 2012).

Sob essa perspectiva, para que o poder e o privilégio branco se mantenham imaculados e hegemônicos é necessário o silenciamento do movimento negro, movimento esse que tem como papel histórico a luta pela ruptura dessa hierarquia estabelecida como legítima e incontestável, além de ter o papel de denunciar cotidianamente o racismo perene que acomete a sociedade brasileira. É a partir da narrativa meritocrática de “todos somos iguais e vivemos em harmonia como brasileiros” que se sustenta o racismo. E esse discurso pode ser atribuído à lógica da branquitude brasileira, que opera e sustenta seus privilégios em detrimento da discriminação e marginalização de identidades raciais não-brancas no Brasil.

O MITO COMO INSTRUMENTO IDEOLÓGICO DA DITADURA MILITAR: DA NEGAÇÃO DO RACISMO À REPRESSÃO DO MOVIMENTO NEGRO

O mito da Democracia Racial ganhou contornos específicos durante a Ditadura Militar brasileira, sendo essa ideologia racial responsável por legitimar e promover a manutenção da violência e repressão perpetuada pelo Estado brasileiro durante o período. Nesse sentido, a ditadura utilizou-se do mito da democracia racial como instrumento ideológico, partindo do pressuposto nacionalista de que o Brasil é uma Nação constituída por “iguais”. Para defender a tese da existência concreta de

uma igualdade racial operante no país, a ditadura precisou se utilizar de uma narrativa perpetuada pela branquitude, narrativa esta que visa a manutenção de sua hegemonia a partir da negação do Outro. Ou seja, a branquitude, ao operar por meio da construção de um discurso que inferioriza as identidades raciais não-brancas, promove um embranquecimento cultural da população não-branca do país.

A população negra brasileira, buscando distanciar-se do seu lugar de marginalização social, nega sua identidade negra acabando por corroborar com a teoria de que não há racismo no Brasil, à medida que aproxima-se dos símbolos da branquitude e admite sua própria identidade como inferior, justificando a desigualdade racial a partir da lógica da meritocracia – o argumento se baseia na ideia de que negros não ocupam espaços de poder e não têm acesso aos seus direitos por conta da sua falta de esforço em conquistá-los (MELO; SCHUCMAN, 2022). É aqui que se concentra o recorte específico de funcionamento do aparato ideológico repressivo da Ditadura, pois além de se utilizar de tal ideologia, o Estado, inspirado pela Doutrina de Segurança Nacional, cria a figura do “inimigo interno” amparado em tais características. Dessa forma, todo aquele que foge do ideal estético, cultural e moral da branquitude será alvo de suspeição do Estado, por ser considerado um “subversivo”. Portanto, a repressão do Movimento Negro e de todos os grupos sociais e políticos que rejeitavam de alguma forma o ideal conservador e reacionário de “cidadão” que é desenvolvido pela ditadura – com o devido recorte racial, de gênero, e de classe – deve ser vigiado e punido caso apresente algum tipo de ameaça à “manutenção da ordem”. Assim, toda mobilização negra que buscava denunciar o racismo e, por consequência, negar a suposta harmonia racial defendida pela ditadura era considerada uma ameaça, pois eram os responsáveis por gerar e fomentar conflitos e antagonismos raciais “inexistentes”, abalando a ordem e a segurança da Nação (PIRES, 2015).

Sob essa perspectiva, o estado ditatorial passou a utilizar como justificativa de seus atos de perseguição, monitoramento e repressão aos movimentos negros um discurso de “racismo negro” – termo utilizado em 53 documentos do fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI) presente no Arquivo Nacional. Para a ditadura, as organizações negras e de esquerda, a partir de suas reivindicações por direitos e por emancipação social e política da população negra, promoviam o conflito e a segregação racial no país, pois, de acordo com esse aparato ideológico, a denúncia de racismo e discriminação racial realizada por esses grupos políticos era responsável por criar um ambiente de antagonismos inexistentes na realidade de harmonia racial existente no país. Por conta disso, tais grupos eram acusados pela

ditadura de serem os responsáveis propagar o “racismo negro”, sendo considerados subversivos à ordem tornando-se uma ameaça à Segurança Nacional, sendo justificável seu controle e repressão.

O Decreto-Lei Nº 898, dia 29 de setembro de 1969, “define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências”, prevendo em seu artigo 39 que a incitação “ao ódio ou à discriminação racial” terá uma pena de reclusão entre 10 a 20 anos (BRASIL, 1969). É importante destacar que esse Decreto-Lei, sem uma devida análise e interpretação de como operavam os órgãos repressivos na época, pode fazer entender que essa política exerce o papel de promover uma segurança e a implementação de um direito humano que é o de combate ao racismo na sociedade. Contudo, como já demonstrado anteriormente, essa política inverte a lógica de combate à discriminação ao ser utilizada para coibir movimentos sociais, sendo uma das políticas institucionais implementadas pela Ditadura Militar que comprova seu caráter racista e repressivo.

Outro órgão que tinha como função atuar em favor da Segurança Nacional e da ordem instituída foi o Conselho de Segurança Nacional (CSN). O CSN era um dos órgãos de mais alto nível de comando e assessoria direta ao Presidente da República durante a Ditadura Civil-Militar, sendo responsável pela formulação e execução da política de segurança nacional. Assim, de acordo com o Art. 6º do Decreto-Lei Nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, o Conselho de Segurança Nacional atuava, entre outras inúmeras funções, no estabelecimento dos “Objetivos Nacionais Permanentes e as bases para a política nacional e no estudo dos assuntos relacionados com a política de segurança nacional, no âmbito interno e externo, em especial os referentes a segurança interna” (BRASIL, 1970). Especialmente sobre este último, analisaremos um dossiê do fundo documental do Conselho de Segurança Nacional nomeado: “Avaliação da Conjuntura, Expressão Psicossocial Volume II - Análise da Situação Nacional e Apreciação do Poder Nacional” do dia 12 de dezembro de 1985, com a transcrição do documento a partir da fala sobre “Democracia Racial” localizado no capítulo 08 “Cultura”, no subcapítulo D “Cultura Negra”:

Nos dias atuais, a cultura negra é aceita e valorizada como parte integrante e inseparável da cultura brasileira. Apesar disso, formaram-se, no País, inúmeros Centros de Cultura Negra que, sob a capa de “resgatar o seu valor (dessa cultura)”, prestam um **desserviço à nossa tão incessantemente perseguida democracia racial, por acirrar um sentimento racista segregador**. Dentre essas agremiações, destaca-se o Movimento Negro Unificado (MNU), cujo

programa mínimo de ação prevê: a luta contra a discriminação racial em geral; contra a comercialização, folclorização e distorção da cultura negra; contra as formas sistemáticas de opressão, perseguição e violência policial nas favelas, alagados, cortiços e conjuntos habitacionais; e pelo direito do negro ao lazer, pela participação da mulher negra na luta de emancipação do povo negro, pela solidariedade à luta internacional contra o racismo e pela liberdade e organização do negro.¹

Sobre isso, como já explicado anteriormente, a democracia racial age por meio da negação do racismo e da validação da violência operada pelo estado ditatorial para com aqueles grupos sociais que denunciam tais práticas. Nesse sentido, a ditadura se utiliza do mito da Democracia Racial também de forma meritocrática, ao apontar, a partir de seu discurso nacionalista de construção de uma identidade nacional brasileira harmônica e cordial, que todo aquele que ouse subverter à ordem e ao sistema econômico e social imposto, estará produzindo sua própria repressão e marginalização. Ou seja, aqueles que se incorporam à ideologia branca e repressiva dominante são merecedores de sua cidadania, em detrimento daqueles que, ao contestarem de alguma forma o *status quo*, têm seus direitos cassados, sua identidade desrespeitada e sua dignidade humana violada. A ditadura atua como um sistema fundamental para a perpetuação da branquitude, pois atribui a ela um caráter cidadão e tudo que foge desse ideal pode e deve ser combatido.

A violência com que se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados, fazem com que, por uma justa inversão das coisas, o colonizado os escarneça quando se evocam na sua presença esses valores. (FANON, 1965, *apud* at MELO; SCHUCMAN, 2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o mito da democracia racial vinculado à uma lógica de suspeição e controle da figura do “inimigo interno” criado pela Ditadura Militar na tentativa de punição aos inimigos do sistema econômico, social e político defendido por sua ideologia, promoveram o fortalecimento de políticas institucionais racistas que, explícita ou implicitamente, foram os dispositivos ideológicos responsáveis pela manutenção da hegemonia branca no poder, em benefício de uma suposta unidade

nacional, na medida em que reprimiu e deslegitimou atos de resistência e de luta por emancipação social realizados pelos movimentos negros brasileiros. Entretanto, é fundamental salientar que tais políticas racistas não se restringem apenas ao período da Ditadura Militar no Brasil: o racismo institucional e estrutural, que busca promover um discurso de inferioridade racial e justificar as desigualdades mantendo uma minoria branca no poder é característica do Estado e da sociedade brasileira desde seu período colonial – modifica-se apenas os dispositivos utilizados para legitimar tal ideologia –, contudo, o que propomos a demonstrar nesse artigo é que a ditadura se utiliza de instrumentos específicos de suspeição e repressão para isso.

NOTAS

¹Arquivo Nacional, Fundo Conselho de Segurança Nacional, notação BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0256_d0001de0001 (grifo nosso).

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. Fundo Conselho de Segurança Nacional. *Ata da Avaliação da Conjuntura Expressão Psicossocial*, reunião do Conselho de Segurança Nacional, ocorrida em 12 de Dezembro de 1985, p. 49. Referência: BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0256_d0001de0001

BRASIL. *Lei nº 1.135, de 03 de dezembro de 1970*. Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências. Presidente da República: Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1135.htm#:~:text=Del%201135&text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%201.135%2C%20DE,Nacional%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 01 ago. 2022

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (1969). *Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969*. Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20898%2C%20DE%209%20DE%20SETEMBRO%20DE%201969.&text=Define%20os%20crimes%20contra%20a,julgamento%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 01 ago. 2022.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. *A branquitude como campo de estudo no Brasil Um problema novo?* In: CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. *Branquitude: dilema racial brasileiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020. p. 1-92.

DOMINGUES, Petrônio. *“Movimento Negro brasileiro. Alguns apontamentos históricos”*. *Tempo* 12/23, UFF/Niterói, 2007

LÔBO, M. . *Casa-Grande & Senzala e o Mito da Democracia Racial*. In: ANPOCS, 2015. Anais do Evento

MELO, Willamys da Costa; SCHUCMAN, Lia Vainer. *Mérito e mito da democracia racial: uma condição de (sobre)vivência da supremacia branca à brasileira*. *Espaço Acadêmico*, São Paulo, v. 6186, n. 1519, p. 14-23, fev. 2022.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva S/A, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *EM GUARDA CONTRA O PERIGO VERMELHO: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. 315 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. *Doutrina de Segurança Nacional nas escolas*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/educacao-basica/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

PADRÓS, Enrique Serra. *História do Tempo Presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 45, jan./jun. 2009.

PEREIRA, Amilcar Araujo. *“Teorias raciais e democracia racial no Brasil”*. In *“O Mundo Negro”: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Niterói: UFF. Tese de doutorado em História. pp. 45-60.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. *Colorindo memórias: ditadura militar e racismo*. In: RIO DE JANEIRO (Estado). *Relatório / Comissão da Verdade do Rio*. – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

RODRIGUES, Stanley Amarante. *“Quem é o inimigo? Quem é você?”: a lógica de suspeição da ditadura militar como prática de epistemicídio*. *Brazilian Journal Of Development*, [S.L.], v. 6, n. 9, p. 72972-72992, 2020. *Brazilian Journal of Development*. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n9-667>.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. 122 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

6.2

“SIM MEU PAI, VALEU A PENA”: PATERNIDADE E RESISTÊNCIA À DITADURA NO RIO GRANDE DO SUL, 1969-1974

Vanderlei Machado¹

Resumo: Neste trabalho buscou-se analisar as reações paternas frente a situações de detenção, prisão e tortura de filhos e filhas, militantes de grupos clandestinos de esquerda ou não, durante a Ditadura Civil-Militar, entre 1969 e 1974, na região metropolitana de Porto Alegre. Pretendeu-se perceber se as reações do pai, seja de apoio ou de recriminação, estavam atravessadas por questões de gênero. As fontes são processos de solicitação de indenização que estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Como resultado, pode-se afirmar que as maneiras como os pais reagiram ao saber da detenção, prisão e tortura de seus/as filhos/as foram bastante diversas.

Palavras-chave: ditadura – paternidade – gênero

O presente estudo busca descrever e analisar a maneira como reagiram os pais de homens e mulheres, militantes políticos de grupos clandestinos de esquerda ou não, que foram detidos, presos/as e torturados/as em instalações policiais da região metropolitana de Porto Alegre, durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. Procura também perceber como as reações paternas, seja de apoio ou recriminações em relação à militância e/ou prisão dos filhos e filhas, estavam atravessadas por questões de gênero.

O recorte temporal da pesquisa engloba o período compreendido entre os anos de 1969 e 1974, durante o governo Médici, quando, o Brasil vivia os denominados “Anos de Chumbo”, caracterizados pela intensa repressão aos grupos de esquerda, que optaram pela luta armada ou não. Nesse tempo, estava em vigor o Ato Institucional n. 5, AI-5. Para o Rio Grande do Sul, o contexto histórico é aquele das gestões de dois governadores, eleitos indiretamente e que pertenciam a ARENA, a saber, o coronel da Brigada Militar, Walter Peracchi Barcelos (1967 – 1971) e do major reformado do exército, Euclides Triches, (1971 – 1975).

Foi durante esses governos, segundo Carla Simone Rodeghero (2007, p. 98) que muitas organizações de esquerda optaram pela luta armada. Porém, como

ressalta a autora, não era necessário pegar em armas ou fazer parte de uma organização de esquerda clandestina com fins revolucionários para ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional. A realização de panfletagens, a participação em entidades estudantis ou sindicais, discursos em Câmaras de Vereadores, na Assembleia Legislativa e sermões em igrejas podiam ser considerados crimes e dar origem a inquéritos (os IPMs), que depois poderiam virar processos na Justiça Militar.

As fontes empregadas no presente estudo são documentos anexados a processos administrativos de solicitação de indenização, que estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). A partir da leitura do *Catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil*,² encontramos 463 processos movidos por homens e mulheres que foram detidos ou presos dentro do contexto histórico por nós delimitado. Aplicando o recorte espacial, região metropolitana de Porto Alegre, chegou-se ao número de 216 processos. Depois de analisados esses processos, foi constatado que em 07 processos aparecem alguma menção à reação paterna frente à detenção, prisão e tortura de filhos e filhas. Quatro foram encaminhados por homens e três por mulheres. Neste texto iremos analisar cinco processos.

Buscando analisar e descrever a maneira como os genitores masculinos reagiram ao saberem da detenção ou prisão de suas filhas ou filhos por órgão da repressão que atuavam no Rio Grande do Sul, passamos a discorrer sobre os relatos de dois homens, que na época dos acontecimentos eram menores de idade, e de três mulheres, duas das quais militavam em organizações clandestinas de esquerda.

José Plínio Guimarães Fachel³ tinha dezessete anos na primeira vez em que foi preso no DOPS/RS, em setembro de 1971. Naquela época, conforme declarou, buscava articular a UBES, União Brasileira de Estudantes Secundaristas, e teve relações com companheiros da Ação Popular. Além de preso, José Plínio foi torturado, conforme seu relato:

“Na ocasião das torturas eu era adolescente, menor de dezoito anos, fiquei traumatizado, deprimido, mesmo quando não estava sendo perseguido pela polícia ou membros das forças armadas, imaginava estar sendo. Ainda hoje meu grande pavor é a invasão da minha casa por policiais civis e/ou militares, especialmente à noite.”

José Fraga Fachel, pai de Plínio, era professor de sociologia da UFRGS, e rememorou os fatos, num relato escrito de próprio punho, datado de 22 de junho de 1998, o qual foi anexado ao processo de solicitação de indenização movido pelo filho. Ali, registrou que numa das prisões a que o filho foi submetido, sua residência, no bairro Menino Deus em Porto Alegre, foi invadida e vasculhada por investigadores do DOPS. Segundo Fachel, os agentes não apresentaram “nenhuma ordem judicial e disseram que vinham para averiguações e prender o meu filho José Plínio, acusado de atividades subversivas”. Os policiais, continua o pai, “vasculharam toda a casa e apreenderam livros didáticos pertencentes aos meus filhos e outros que me pertenciam”.

As invasões de domicílios afrontavam a imagem socialmente valorizada do pai como chefe de família, que deveria zelar pela segurança do lar. Além disso, como essas ações violentas eram realizadas por um forte aparato policial, elas serviam ao Estado, juntamente com outras medidas repressivas, para afastar os outros cidadãos de atividades que pudessem colocá-los em conflito com o governo, criando aquilo que Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 205) definiu como uma “cultura de medo”.

Após a invasão da casa, os investigadores levaram José Plínio para o DOPS instalado no Palácio da Polícia, esquina das avenidas João Pessoa com Ipiranga, em Porto Alegre. Segundo o pai, “não me foi permitido acompanhar a prisão de meu filho, que era menor de idade na época”. José Fraga Fachel rememorou que seu filho, “foi espancado, apesar da minha interferência”. No DOPS, José Plínio foi fichado e liberado dias depois. O pai lembrou que os policiais não apresentaram explicação para a prisão arbitrária do filho e que não foram devolvidos os livros apreendidos. Ou seja, os agentes da repressão não reconheceram a autoridade paterna e seu direito de proteger e acompanhar o filho menor de idade. O arbítrio se estendeu ainda à proibição de que o advogado constituído pelo pai defendesse seu cliente.

André Luiz Vinhas também era menor quando esteve em poder de agentes da repressão.⁴ Segundo relato de André no processo de indenização, ele tinha apenas onze anos de idade quando o apartamento em que se encontrava com sua irmã, Naira Vinhas, foi invadido por agentes policiais. A invasão foi realizada por muitos homens armados e mascarados. No momento, também estavam no imóvel o noivo de Naira, Eugênio Cechin, seus cunhados, Matilde Cechin e Antônio Cechin, e um padre holandês, denominado Padre Schen.

Após revistarem o apartamento, os agentes policiais levaram os três homens presos. André, Naira e Matilde permaneceram no imóvel. André registrou em seu processo que sua irmã continuava abraçada a ele e pedia que os agentes avisassem seu pai, “que eu estava lá sem poder sair e que viesse me buscar. Eu queria o meu

pai.” André acreditava que o pai “podia me salvar daqueles homens horríveis.” Sem avisar o genitor do menino, dois policiais, “já sem máscara” arrancaram André de sua irmã e o “levaram para a sacada do apartamento.” Um deles, com o braço por cima dos ombros de André, empurrava o seu pescoço no parapeito e dizia:

Estás vendo como é alto aqui: (Era do alto do décimo terceiro andar). Se caíres daqui é a morte certa! Vais ou não me dizer se tem mais gente aqui? O Frei Betto está aqui? Ele esteve aqui? Eu só chorava e dizia que não sabia, que não tinha mais ninguém. Mas eles continuavam ameaçando me jogar lá de cima, principalmente se eu continuasse chorando.

Os polícias procuravam o dominicano Frei Betto⁵ e utilizaram tortura psicológica para fazer o menino falar. André registrou que chorava, dizia para os policiais que não sabia quem era Frei Betto e que não tinha mais ninguém no apartamento. Sem ter o que informar para os agentes, André e Naira foram levados para o DOPS. Naquelas dependências policiais, ainda conforme o relato de André no processo de indenização, “um homem me levou para uma sala para conversar com outro, sentado à escrivaninha. Eu tremia de medo. Não lembro da conversa.” Após essa passagem pelo DOPS, outra imagem forte que André agregou ao seu relato foi a do retorno para casa, quando reencontrou com seus pais e “meu outro irmão que tinha 3 anos”. Desse momento, André lembra que o pai, Luiz Carlos Vinhas, “ficou muito brabo e dizia que tinha coisa.” Ou seja, o pai desconfiava que o noivo de Naira estivesse envolvido com grupos clandestinos e acusava a filha de ter colocado André em perigo.

André relata que aqueles acontecimentos transformaram completamente a relação que ele tinha com a irmã. Naira era filha dum primeiro casamento de seu pai e morava com os padrinhos dela. Sempre que saía com seu noivo, Naira levava o irmão junto para lhes fazer companhia. André tinha uma grande proximidade com a irmã desde a mais tenra idade. Essa relação se modificou devido à forma como o pai reagiu aos fatos ocorridos naquele fatídico dia 09 de novembro de 1969. Segundo André, seu “pai era muito rigoroso e autoritário e o método de educação era na base da chinelada.” Entre as muitas conseqüências daquela detenção para a sua vida, André cita que ficou proibido de sair com Naira e o cunhado. “Meu pai ficou furioso com o ocorrido, atribuindo culpa a ambos. Tanto que nem ele, nem eu, minha mãe e irmão fomos ao casamento dela”. O pai de André, descrito por Naira⁶ como um

apoiador da ditadura, não defendeu o filho e a filha das agressões sofridas nas mãos dos policiais, sua reação foi de fúria contra os mesmos.

A batida policial no apartamento onde André e Naira se encontravam foi amplamente noticiada pelos jornais *Correio do Povo*, *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Zero Hora* de 12 de novembro de 1969, cujos recortes foram anexados aos processos de indenização movidos por André e por Naira. Nas longas matérias, os jornais mencionaram os nomes dos presos e detidos, entre eles o de Naira e o do seu noivo Eugênio. Somente o nome de André, então menor de idade, não foi divulgado. A notícia de que uma criança foi torturada psicologicamente, que esteve detida e que prestou depoimento no DOPS não mereceu atenção por parte da imprensa da época. Possivelmente, a publicidade que a invasão do apartamento ganhou nos principais veículos da imprensa gaúcha, com a divulgação do nome de Naira, contribuiu para a fúria paterna e a condenação e discriminação social a que Naira teve que enfrentar. Naira relatou que seu pai faleceu em 1975, sem perdoar a filha e o genro.

As moças que participavam de grupo de esquerda que resistiam à ditadura sofriam uma desqualificação social através da imprensa. Conforme pesquisa de Luisa Dornelles Briggmann (2019, p. 134), o jornal gaúcho *Correio do Povo*, em reportagem de 26 de maio de 1971, fez um alerta aos moços para que não se deixassem seduzir pelas moças que “dividem amores e assaltos”. Os rapazes, conforme a matéria, não deveriam se iludir “com as palavras bonitas e românticas das môças bonitas da subversão, elas são criaturas hoje abandonadas pela família”. Tal condição se devia ao fato de que “vivem em ‘aparelhos’ com os demais, sendo usada como mulher para os atos sexuais, usada por qualquer companheiro de organização”. Esse tipo de notícia depreciativa contribuía, entre outras coisas, para indispor pais e filhas acusadas de subversão.

A incompreensão paterna também foi vivenciada pela estudante de Ciências Econômica da UFRGS, Marinês Grando, quando esta foi presa em agosto de 1971.⁷ As experiências de Marinês foram descritas em um documento assinado pela Assistente Social Maria da Graça Maurer Gomes Turck, com base em oito entrevistas concedidas pela ex-militante. O documento está dividido em subtítulos como História Familiar e Social, Participação Política, Prisão, Tortura, Vida Após a prisão, Violência, Sequências e Consequências. No primeiro subtítulo foi relatada a relação de Marinês com a família. A ex-militante nasceu em 13 de agosto de 1947, na cidade de Encantado, no Rio Grande do Sul. Era a filha mais velha e possuía três irmãos. Viveu toda sua infância e parte da juventude na cidade natal, onde começou

a trabalhar aos 10 anos de idade, na padaria de seu pai. Este, segundo a descrição de Marinês, apresentava uma postura político-ideológica de direita. A jovem definiu sua relação com o genitor como sendo a do “pai-patrão”, dada a rigidez na sua criação. Sua mãe, por sua vez, era mais “aberta” na relação com a filha.

Ainda de acordo com o que está registrado no processo, Marinês iniciou a sua militância política a partir de debates com estudantes de Porto Alegre que iam a Encantado para discutir a realidade brasileira da época. Em 1968, Marinês foi para capital gaúcha para realizar o vestibular da UFRGS, mas não conseguiu classificação. Em 1969, retornou à capital com o objetivo de cursar o pré-vestibular para Ciências Econômicas, contrariando seus pais. A mãe a queria professora e o pai contabilista. Marinês iniciou a faculdade de Economia em 1969 e passou a participar do Diretório Acadêmico da Faculdade. Ali, ocupou um cargo na direção e participou da divulgação de assuntos ligados à política estudantil, além de ter conhecido pessoas que militavam em grupos clandestinos de esquerda e passou a integrar o Partido Operário Comunista – POC.

Marinês morava em um apartamento que lhe foi cedido por um colega de militância. O imóvel funcionava como um aparelho da organização e, conforme se lê no processo, “acolhia companheiros envolvidos na luta armada, por tempo determinado.” Além de estudar, Marinês trabalhava como recepcionista em um consultório médico. Seus pais “nunca imaginariam que pudesse estar envolvida em militância política”. Sua prisão ocorreu em 1971 quando foi para um encontro com um colega de organização no bairro Cidade Baixa. Durante o período em que esteve presa Marinês foi bastante torturada. No processo de indenização, a ex- militante não soube precisar quanto tempo sua família levou para descobri-la no DOPS. Diz ter informação de que foi alguém do Centro Acadêmico que entrou em contato com uma tia sua, que residia em Porto Alegre. Além disso, um amigo de Marinês, Renor Lavrati, procurou sua família em Encantado, com a recomendação de que não contasse nada para o pai da militante. Temia-se que a reação paterna fosse de apoio à prisão. Após ficar sabendo da situação em que se encontrava a filha, a mãe de Marinês assinou uma procuração para que o advogado Werner Becker assumisse a sua defesa e o Diretório Acadêmico arcou com as custas do processo.

Ao saberem do envolvimento de Marinês com grupos de esquerda, as pessoas da sua cidade natal romperam relações com a estudante e a prisão repercutiu na família. Marinês passou a ser “vista e considerada socialmente” como uma “criminosa, trazendo vergonha a sua família de origem.” Sua irmã de sete anos “era apedrejada nas ruas da cidade, porque era irmã de comunista.” Além disso,

Marinês destacou que seu tio e sua tia, com quem havia morado em Porto Alegre, se afastaram dela. Também registrou: “meu pai rompeu comigo”. Rompidos os laços familiares, após ser libertada, Marinês contou com o apoio financeiro e afetivo de companheiros da militância.

O rompimento e a falta de apoio paterno também foram vivenciados por Nilce Cardoso, natural de Orlândia, no interior paulista. A falta de apoio por parte do pai ficou registrada em seu relato intitulado *Sim, meu pai, também posso dizer: “nossa luta não foi em vão”*, datado de março de 1998, e que foi juntado ao processo de indenização; Neste texto, Nilce menciona a figura paterna em dois momentos, no início e ao final. Porém, não há referência ao seu progenitor nos momentos em que a narrativa discorre sobre militância, prisão e torturas. No primeiro parágrafo, Nilce rememora uma indagação que lhe foi feita pelo pai nestes termos:

Meu pai me perguntou se tinha valido a pena tanta dor. Na época, eu só respondi que sabia com o que estava comprometida e quais seriam as consequências. Agora, propondo-me a escrever sobre as torturas que me foram impostas, essa pergunta me aparece novamente. Passados, trinta anos, o sentimento que me assalta é de esperança e, ao mesmo tempo, de horror.⁸

Ou seja, o relato inicia com uma pergunta feita pelo pai a respeito de sua participação numa organização de esquerda clandestina que tinha entre seus objetivos combater a ditadura que então aterrorizava o país. Ao questionar a filha, o pai colocava em dúvida a sua militância e suas convicções políticas, pois estas teriam lhe causado “tanta dor”. Para responder a essa pergunta, Nilce rememorou a história da sua militância. No texto em questão, ela nos informa que entrou para a Faculdade de Física da Universidade de São Paulo em 1964, “em pleno golpe”. Após entrar na USP, ela atuou no Movimento de Educação de Base e era admiradora de Paulo Freire. Entrou para a JUC (Juventude Universitária Católica), tendo feito parte da Direção Nacional. Em 1967, ingressou na Ação Popular.

Nilce afirma que o ano de 1968 foi um marco “para mim” e “para todos que militavam nessa época.” Naquele ano, Nilce se casou e foi morar no ABC paulista onde foi trabalhar numa fábrica com o objetivo de “conhecer de perto a vida e a luta da classe operária.” No ano seguinte, ela se transferiu para Porto Alegre e foi trabalhar nas indústrias Renner como operária. Sentindo-se insegura, decidiu dedicar-se ao magistério, atuando como professora de matemática. Em abril de 1972, Nilce foi sequestrada por agentes policiais quando estava numa parada de

ônibus. Naquele momento, foi jogada no banco traseiro de um carro e, aos bofetões, levada para o DOPS. Após ser encapuzada, a militante foi conduzida para uma sala. Sobre esse momento, registrou: “as primeiras palavras que ouvi foram: Tira a roupa”.

Os atos de tortura que se seguiram, comandados pelo “delegado Pedro Seelig, chamado por Cacique, junto com Nilo Havelha”, foram os mais terríveis. Na sala onde foi supliciada, Nilce teve uma parada cardíaca e teve que ser levada para o Hospital Militar, onde ficou em coma por oito dias. Quando acordou, foi novamente enviada para o DOPS, onde a “pancadaria recomeçou”. Nilce foi transferida para OBAN, no DOI-Codi, em São Paulo, e depois novamente para o DOPS em Porto Alegre, até ser solta em 20 de julho de 1972.

No DOPS, apenas a mãe de Nilce teve permissão para ver a filha. Seu irmão foi impedido de vê-la na prisão, tanto em Porto Alegre quanto na OBAN em São Paulo para onde foi transferida. Nilce registrou que contou com “a forte, amorosa e sensível presença de minha mãe Zilda, que, apesar de não saber da minha vida clandestina, apesar de ter sido vítima de terrorismo em sua casa, trouxe o apoio de meus irmãos e esteve sempre ao meu lado”. Como se depreende da parte final do relato de Nilce, a reação paterna não foi a mesma:

Sim, meu pai, continuo achando que valeu a pena. Hoje, felizmente continuo viva e, tendo feito o luto dos companheiros que foram assassinados, sigo em busca de meus sonhos, firme na luta, sabendo que estamos lutando por uma causa justa. Um dia a humanidade vai viver numa sociedade em que os homens serão aceitos na sua desigualdade. Haverá paz e justiça social para todos e não haverá nunca mais torturados e nem torturadores.

A análise do material apresentado, que ainda merecerá um aprofundamento, indica a maneira como reagiram alguns pais em relação a filhos e filhas detidos ou presos em instalações policiais do estado do Rio Grande do Sul, entre 1969 e 1974, acusados ou suspeitos de atividades “subversivas”. O genitor de José Fraga Fachel apoiou o filho quando este foi preso por agentes do DOPS, ainda que seus direitos paternos e de chefe de família tenham sido desrespeitados pelos agentes da repressão no ato de invasão de sua residência. O menino André Vinhas e sua irmã Naira não tiveram a mesma compreensão da parte do pai. Os dois, após os momentos de pavor que passaram nas mãos dos policiais, foram alvos da fúria paterna que os obrigou a romper os laços afetivos. Também para Nilce e Marinês a

prisão e as torturas a que foram submetidas foram posteriormente acompanhadas da incompreensão e falta de apoio paterno.

As reações paternas aqui descritas se pautavam, entre outras questões, numa hierarquia de gênero sancionada socialmente e que definia a esfera política como masculina. As mulheres que ousaram adentrar ao espaço político, como procuramos demonstrar, não eram socialmente bem-vistas. Apesar de todo sofrimento imposto, mulheres como Nilce e Marinês transgrediram os estereótipos do ser mulher, que as descreviam como dóceis e submissas, e romperam com normas de gênero.

NOTAS

¹Doutor em História e Professor Titular do Departamento de Humanidades do Colégio Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agradecemos as contribuições dos bolsistas de Iniciação Científica: Luana de Lima da Silva, James Macedo Barreto, Renata Coutinho Ferreira e Mariane Moreira da Silva

²RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014.

³CEIEP/RS: Processo nº4533 1200- 98/8. As informações e citações sobre José Plínio Guimarães Fachel estão nas páginas 2 e 8 do processo.

⁴CEIEP/RS: Processo nº 6667-1200/98-7 As informações e citações referentes a André Luiz Vinhas estão nas páginas 7 e 8 do processo.

⁵Em 1969, foi descoberta em território gaúcho uma rede de auxílio, montada por Frei Betto, para facilitar a saída de perseguidos políticos rumo ao Paraguai ou Argentina. A revelação desse esquema desencadeou uma intensa perseguição policial ao religioso e foi amplamente divulgada pela imprensa de Porto Alegre. Sobre a participação de Frei Betto nesse episódio, ver: ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul: o estado gaúcho como um espaço-chave no mapa da mobilidade da repressão e da resistência. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente. 1ed.Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013. p. 222-223.

⁶CEIEP/RS: Processo nº 8209-1200/98-3. As informações sobre Naira foram retiradas das páginas 8 e 9 do processo.

⁷CEIEP/RS: Processo nº 6293-1200/98-9. As informações e citações sobre Marinês Zandavali Grandó estão entre as páginas 35 a 40 do processo.

⁸CEIEP/RS: Processo nº 1310-1200/98-8. As informações e citações sobre Nilce Azevedo Cardoso estão entre as páginas 25 e 29 do processo.

FONTES

Processos de solicitação de indenização – Fundo Comissão Especial de Indenização/APERS

CEIEP/RS: Processo nº 6667-1200/98-7 – André Luiz Vinhas

CEIEP/RS: Processo nº 4533 1200- 98/8 - José Plínio Guimarães Fachel

CEIEP/RS: Processo nº 6293-1200/98-9 - Marinês Zandavali Grandó

CEIEP/RS: Processo nº 8209-1200/98-3 - Naira Vinhas Cechin

CEIEP/RS: Processo nº 1310-1200/98-8 - Nilce Azevedo Cardoso

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005.

ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul: o estado gaúcho como um espaço-chave no mapa da mobilidade da repressão e da resistência. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente*. 1ed. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.

BRIGGMANN, Luísa Dornelles. *Mulheres que foram à luta contra a ditadura nas páginas do jornal Correio do Povo (1968 - 1975)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

HENNIGEN, I.; GUARESCHI, N. M. de F. A paternidade na contemporaneidade: um estudo de mídia sob a perspectiva dos Estudos Culturais. *Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 44-68, 2002.

MACHADO, Vanderlei. Paternidade, maternidade e ditadura: a atuação de pais e mães de presos, mortos e desaparecidos políticos no Brasil. *História Unisinos*, v. 17, p. 179-188, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil*. (Coord.) Nôva Marques Brando [et al.]. Porto Alegre: CORAG, 2014.

RODEGHERO, Carla S. Regime militar e oposição. In: GERTZ, René. *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

WASSERMAN, Cláudia. Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “Celeiro” do Brasil. IN: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Al.; FERNANDES, Ananda S. (org). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): história e memória*. POA: Corag, 2010 – vol. 1

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1990.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

